

ISSN 0101-7993 • Nº 211 • R\$5,00

CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO

00211
1999010179938

MST Reforma agrária ou conquista do poder?

Euro x dólar

**A batalha
do fim do
século**

Argentina
**Ocaso da
era Menem**

Zuenir Ventura
**Contra o cinismo
e a hipocrisia**

**Deputada
denuncia:**

O lixo na TV



CADERNO^S

DO TERCEIRO MUNDO

Informação e Análise

ASSINATURAS: (021) 221-7511

Uma janela para os países em desenvolvimento. As realidades dos países emergentes sob os aspectos político, econômico, social e cultural.

EDITORAS TERCEIRO MILÊNIO

O que é e o que propõe o MST

90

esta edição de *cadernos* são debatidos alguns temas de amplo interesse nacional. Um deles se relaciona com o Movimento dos Sem Terra. No país, e, também, no exterior, a organização camponesa nucleada pelo MST ganha não apenas reconhecimento e divulgação, mas também aumenta o interesse em conhecê-la. Como era de se esperar, a enorme amplitude do Movimento está provocando reações radicais em setores tradicionais da propriedade da terra e em áreas do governo, tolerantes ou compreensivas com o latifúndio. A reportagem de Procópio Mineiro em São Paulo, com uma ampla entrevista do líder do MST, João Pedro Stédile, não apenas proporciona uma visão objetiva do Movimento e de suas potencialidades, mas oferece respostas às indagações e denúncias a respeito do mesmo. Stédile revelou dados surpreendentes. É como se abrisse para *cadernos* a "caixa-preta" do MST. No dia 8 de julho, o presidente da República, depois de dois anos, atendeu o pedido de audiência dos sem-terra. Quinze dirigentes do movimento, inclusive Stédile, participaram da reunião. Fernando Henrique admitiu desbloquear créditos vitais para os camponeses e atender outras reivindicações. Embora sem citar o MST, voltou aos rumores de apoio ao Sendero Luminoso,

tendo invocado a Lei de Segurança Nacional. O que esperam os dirigentes do Movimento - que nada têm a ver com os guerrilheiros do Peru - é que os compromissos administrativos de FHC se cumpram.

Outro tema da atualidade é o da violência e pornografia na TV, na guerra implacável e desesperada por audiência. A partir da denúncia da deputada peemedebista mineira Maria Elvira e de repercussões na mídia, esse problema é analisado neste número, suscitando uma discussão que assume a cada dia maior interesse nacional. Além das seções permanentes sobre temas nacionais e internacionais, economia e cultura, outros artigos e reportagens abordam informações de grande atualidade. Incluem-se entre estas uma entrevista de José Augusto Ribeiro com um dos mais destacados e renomados jornalistas do país, Zuenir Ventura e uma análise da disputa dólar-euro neste fim de século. A situação da Argentina, vista desde Buenos Aires, é objeto de uma reportagem do jornalista Leite Filho com análise e informações de grande atualidade. Outras matérias completam a edição, na qual se destaca a reportagem de Memélia Moreira sobre um tema de repercussão no país, sobretudo no Nordeste, que é o desvio das águas do rio São Francisco, uma reivindicação regional cujo projeto pioneiro já tem mais de um século.

Os Editores

CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO

ISSN 0101-7993
Nº 211 - Julho/Agosto 1999



EDITORA TERCEIRO MILÊNIO

Rua da Glória, 122/Grupos 105/106 - CEP 20241-180 Glória - Rio de Janeiro RJ - Brasil - Tel: (021) 221-7511 - Fax: (021) 252-8455
E-mail: etm@etm.com.br Internet: <http://www.etm.com.br>

Publicação com informação e análise das realidades dos países emergentes

FUNDADOR: Neiva Moreira

DIRETORA: Beatriz Bissio

DIRETOR-ADJUNTO: Pablo Piacentini

EDITOR: Procópio Mineiro

CONSULTORES: Darcy Ribeiro (*in memoriam*)

Henry Pease Garcia (Peru), Eduardo Galeano (Uruguai) e Juan Somavia (Chile)

COMERCIALIZAÇÃO:

Mensagem Representação Ltda.

Kleber Saboya

São Paulo: J.R. Comunicação e Publicidade

Rua Paulo Ribeiro Coelho, 594 - Butantã - SP - 05374-000 - Tel/Fax: (011) 810-4541/5828

DEPTO DE ASSINATURAS:

Tel: (0XX 21) 221-7511

Fax: (0 XX 21) 252-8455

E-mail: etm@etm.com.br

PAGAMENTOS: cheque nominal à Editora Terceiro Milênio e todos os cartões de crédito

DISTRIBUIÇÃO:

BRASIL: Fernando Chinaglia - Tel: (021) 575-7766

URUGUAI: Magazine, 18 de Julio 1120 - Montevideo-Uruguay Tel/Fax: (005982) 903-1950

NÚMEROS ATRASADOS: ao preço do último exemplar, desde que disponível no estoque. Solicitar envio ao **Departamento de Assina-**

turas

acrescentando 30% ao valor do pedido para

despesas de postagem ou adquiri-los diretamente na

sede da Editora.

FOTOS: Agence France Presse (AFP)

CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Iraque), IPS (Inter Press Service), SALPRESS (El Salvador), SHIHATA (Tanzânia), WAFA (Palestina), e a rede de agências dos Países Não-Alinhados. Intercâmbio com as revistas: África News (EUA), Altercom (Méxi-México-Chile), Third World Network (Malásia) e Against the Current (EUA)

Filiada à **ANER**

Cartas

Anistia para garimpeiros

O senador Mozarildo Cavalcante (PFL-RR) apresentou proposta de projeto de lei ao Senado Federal que concede anistia a garimpeiros presos, acusados ou condenados por crimes "decorrentes de atividades laborais em áreas indígenas ou de preservação ambiental". O senador pretende que os efeitos da lei sejam "amplos, gerais e irrestritos", abrangendo toda e qualquer situação no passado, "desde que o garimpeiro tenha sido incriminado no exercício da profissão". O projeto de lei, ainda em tramitação, abre um precedente perigoso para os garimpeiros que tenham cometido crimes dentro de áreas indígenas e os já acusados e condenados por assassinatos e massacres, como no caso do massacre de Haximu em 1993 contra os ianomâmis, no estado de Roraima, e a emboscada contra os Kithaurlu, subgrupo Nambikwara, na área indígena Sararé, no Mato Grosso.

Em sua singela justificativa, o senador Mozarildo Cavalcante assume a postura de defensor de pessoas que ele caracteriza como abandonadas pelo Estado, "aliados do contexto social, muito embora contribuam para o enriquecimento e progresso desta Nação". Na interpretação do senador, que compõe a base do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, os garimpeiros trabalham unicamente para si, em prol do próprio sustento. São pessoas "que enfrentam poderosas mineradoras ou interesses escusos internacionais, que se escudam atrás do discurso de proteção de áreas indígenas ou do meio ambiente, para carregarem, sem qualquer controle as nossas riquezas para fora do país".

O Cimi concorda que, em sua maioria, os garimpeiros pertencem a segmentos mais pobres da população e dos mais explorados economicamente, mas alerta que também é preciso aten-

tar ao fato de que existem empresários e grandes esquemas de mineradoras e de comércio por trás destes trabalhadores.

O mais grave deste projeto, entretanto, pode ser o fato de que o senador, que congrega a bancada que defende a mineração no Congresso Nacional, está anistiando três crimes: a invasão das áreas, a garimpagem de terras indígenas e a violência física contra os povos. Instigados por donos de mineradoras e parlamentares de má-fé, a maior parte dos garimpeiros nutre um sentimento negativo e preconceituoso contra os povos e comunidades indígenas, transformando-os em seus inimigos, porque os vêem como "empecilho" às suas atividades. Em muitos casos mulheres e homens indígenas são violentados e aliciados. O projeto de lei do senador Mozarildo Cavalcante é mais um a engrossar o leque das propostas de legislação antiindígenas no Congresso Nacional.

*Conselho Indigenista Missionário
Cimi
Brasília, DF*

Petróleo e cinismo

Outro dia, o presidente desta República afirmou em São Paulo que todo brasileiro "deveria fazer um check-up". Há poucas semanas, afirmou a banqueiros em Washington que "o Brasil voltou já à normalidade". Depois, seu genro, David Zylbersztajn, diretor da ANP, afirmou à imprensa que os valores mínimos estabelecidos pela ANP na licitação de áreas para exploração de petróleo não guardavam qualquer relação com as jazidas em questão. As três afirmativas guardam entre si uma lógica: a do cinismo. O Dr. David, na linha do seu sogro, quer nos convencer que empresas como a Shell, Exxon, Texaco, Agip e outras gostam de jogar dinheiro fora, presenteando-nos com ágios de até 53 mil por cento!



Povoado de Pec, em Kosovo, destruído na guerra

Lugoslávia

Gostaria de parabenizá-los pelo retorno de *cadernos*, uma publicação que é indispensável para quem deseja estar bem informado. Enquanto a grande mídia escamoteia os verdadeiros motivos que levaram a Otan, tendo à frente os Estados Unidos, a declararem guerra em nome da "paz" contra os sérvios, vocês com clareza mostraram todo o jogo de interesses que há por trás desses "inocentes" ataques. Sucesso.

*Ed Carlos de Oliveira Mesquita
Belém - PA*

Neoliberalismo

Escrevo para vocês na intenção de divulgar o II Encontro Americano pela Humanidade e contra o Neoliberalismo, que será realizado entre os dias 6 e 11 de dezembro próximo, em Belém do Pará. É a continuação do que foi realizado pelos zapatistas e que contou com a participação de representantes de diversos países do continente. Neste próximo encontro, esperamos ter a presença de lideranças de todos os países que se posicionam contra a onda neoliberal que massacra os povos americanos.

O objetivo é buscar a união de todos em torno de um projeto comum alternativo de superação do sistema capitalista e sua exclusão social. É mais uma forma de todos os que lutam contra a exploração se manifestarem contra a opressão. Os partidos de esquerda brasileira deveriam comparecer a esse encontro com o objetivo de criar um projeto político capaz de solucionar os graves problemas da nossa sociedade.

*Júlio César de Freixo Lobo
Belém-PA*

Pesquisa

Em nome de meu grupo de trabalho e em nome do Colégio Pedro II, agradeço o apoio dado por *cadernos* para a realização de um trabalho de pesquisas sobre Cuba e Colômbia, fornecendo material e dispondo de sua atenção para conosco.

*Faber Paganoto Araújo
Rio de Janeiro - RJ*

Que os homens desse governo consideram o povo brasileiro um bando de idiotas, é fato notório. Entretanto, atribuir essa mesma idiotice às maiores empresas petrolíferas do mundo já extrapola qualquer lógica, até mesmo a dos tucanos...

Argemiro Pertence Neto
Rio de Janeiro - RJ

Novos municípios

Na história do povo brasileiro, em nenhum outro período houve, como no início da década de 90, uma criação tão exagerada de municípios. Centenas de povoados foram elevados à categoria de município, provocando verdadeira explosão municipal, superando inclusive as décadas de 30 e 60, que até então tinham o maior número de municípios criados.

O ano 2000 se aproxima com eleições municipais e já se observa a mobilização por parte das elites, no sentido de expandir seus "currais eleitorais", criando novos municípios, sem preocupar-se com os problemas sociais, econômicos e políticos desses povoados, como seria fundamental para o desenvolvimento das diferentes regiões e, consequentemente, dos diversos estados da nossa Federação.

No processo de criação e implantação de novos municípios, dever-se-ia refletir sobre as despesas financeiras, arcadas pelo poder público, já que a realização de plebiscitos, eleições, construção de prefeituras, câmaras, salários de vereadores, prefeitos etc. representam ônus para o país.

Se os parlamentares estivessem realmente preocupados com o bem-estar social, não estariam em busca de novos municípios, mas, sim, aprimorariam os já existentes, no sentido de levar melhorias básicas, tais como saúde, educação, energia, saneamen-

to, para essas populações. Estariam trabalhando e, diante do reconhecimento por parte da população, alcançariam seus fins políticos.

Luís Paulo de Moura Holanda
São Luís - MA

Governo trai compromisso

A revogação da Portaria 820, de 11/12/98, assinada pelo ministro da Justiça, Renan Calheiros, que determina a demarcação da Terra Indígena Raposa/Serra do Sol, em Roraima, anunciada pelo governador Neudo Campos nos dias 17 e 18/06/99, e confirmada pelo diretor de Assuntos Fundiários da Funai, Áureo Falleiros, demonstra falta de compromisso do governo para com os nossos povos e nossas organizações.

Sabedores das políticas anti-indígenas defendidas pelo governo e pelos políticos do estado de Roraima, uma delegação de 22 lideranças de nossos povos Macuxi, Wapixana, Ingáricó e Taurepang, e de nossas organizações CIR, Apir, TWM e Opir, da terra indígena Raposa/Serra do Sol, foi até Brasília para se encontrar com o ministro da Justiça. Ouvimos dele, em audiência no dia 20/04/99, a afirmação que está gravada: "A Portaria publicada, eu não a revogarei".

Caso se confirme a revogação da Portaria, Calheiros tornar-se-á o quarto ministro a faltar com a palavra empenhada perante nossas lideranças, com o agravante de voltar atrás numa decisão oficialmente tomada e publicada no *Diário Oficial* da União.

Após 30 anos de luta pela demarcação e garantia da terra indígena Raposa/Serra do Sol, em que muitos dos nossos parentes tiveram suas malocas queimadas, foram presos, torturados e até assassinados,

como Juvencio André (1990), Lorival Ribeiro (1990), Damião Mendes (1990), Adão da Silva (1991), Donaldo Wilian (1988), Velario Tamir (1991), Mário Davi (1990), Claudemisson José Laima (1991), Geraldo Mendes (1991) e tantos outros, acreditávamos que, com a assinatura da Portaria, finalmente abria-se uma perspectiva concreta para assegurar o futuro de nossos povos e de vivermos em paz em nossas terras.

Já não bastassem a violência desses últimos séculos, recebemos agora novo golpe com a revogação da demarcação. Trata-se de estratégia deliberada de consolidar a invasão da terra indígena e consequentemente as violências, destruição e morte dos Macuxi, Wapixana, Ingáricó e Taurepang que ali vivem.

O governo brasileiro quer comemorar os 500 anos de conquista com manifestações triunfistas. Ao mesmo tempo, nega os direitos dos povos indígenas sobreviventes. Não aceitamos que nossa terra seja reduzida; não aceitamos a presença de arrozeiros e fazendeiros invasores de má-fé; não aceitamos as vilas criadas a partir do garimpo, como estratégia para minar a resistência de nossas comunidades; não aceitamos que o Governo Federal e seus aliados em Roraima brinquem com a vida dos nossos povos e o futuro de nossos filhos.

A anulação da demarcação da terra indígena Raposa/Serra do Sol provocará um conflito de proporções imprevisíveis. A violência e as mortes serão cobradas em todas as instâncias nacionais e internacionais.

Jerônimo Pereira da Silva
Coordenador Geral do CIR
Conselho Indígena de Roraima
Boa Vista - RR

Intercâmbio

Martins Venske
Rua Cruz e Souza, 1345
89124-000 - Benedito
Novo - SC

Yaremis Hernández
Calle 11 (2016
(20 y22 Jovellanos
Matanzas - Cuba
C.P. 42600

Caridad Izquierdo
Calle III (2016
(20 y22 Jovellanos
Matanzas Cuba
C.P. 42600

Maria Caridad Gareia
Calderón
Calle Cienfuegos (III e
e/ Logia y Rafael Trejo
Cumanayagua -
Cienfuegos - Cuba
C.P. 57600

Dalivia Sánchez
Edificio 51 Escalera 132
Apartamento 9 Reparto
Horacio Rodríguez
Jovellanos Matanzas
Cuba
C.P. 42600

Miguel T. Castillo Morera
Calle F. N° 69 e/
Cienfuegos y Filtros
Cumanayagua - C.P.
57600
Cienfuegos - Cuba

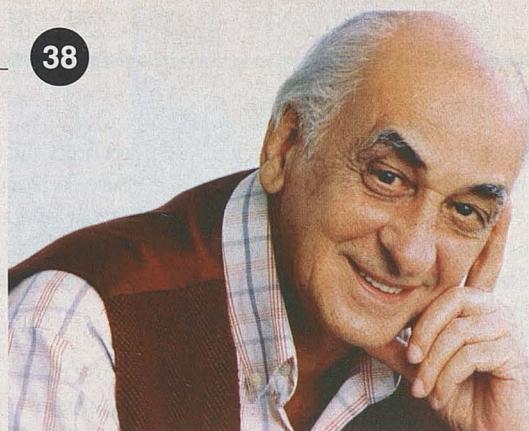
Jose Angel Chavieno
Amor
Avenida 19 (3202
% 32 y 34
C.P. 32800
La Habana - Cuba

Yaslanys Ponte Villar
Edif. 33 - Apto. # 1
Dept. Horacio
Rodríguez - Jovellanos
Matanzas - Cuba

Sumário

Julho/Agosto • 1999 • Nº 211 • Ano XX V

38



2 CARTAS

6 PLANALTO

12 PANORAMA NACIONAL

INFRA-ESTRUTURA

26 As águas do São Francisco vão rolar
Pode sair do papel um projeto que data de 1845

COMUNICAÇÃO

29 Cultura: O lixo da TV
Deputada denuncia o erotismo infantil e a violência prejudicando a nossa infância

SAÚDE

32 Ética: Aborto e Bioética
Mesmo à luz da ciência que estuda a conduta moral na biologia e na medicina, a interrupção da gravidez continua polêmica

LIVROS

Os mais recentes e importantes lançamentos editoriais ao alcance de nossos leitores

ENTREVISTA

38 Zuenir Ventura: Contra o cinismo e a hipocrisia
Como o Brasil de hoje é visto por um de seus mais lidos e influentes jornalistas

NOTAS ECONÔMICAS

AMÉRICA LATINA

46 Argentina: Um país com medo
Os argentinos preparam-se para trocar de presidente e gerenciar a globalização

50 Chile: Revendo os caminhos
Índices alarmantes de desemprego e a proximidade das eleições presidenciais levam o governo da Concertação a imprimir novos rumos à economia



16

MATÉRIA DE CAPA

MST - subversão ou justiça social?

Enquanto aumenta a produção dos seus assentamentos, o MST enfrenta uma escalada repressiva, que, em um mês, matou três sem-terra, aprisionou 52 e torturou diversos deles. João Pedro Stédile, coordenador do movimento, diz confiar no apoio da opinião pública, que já entendeu o valor e o sentido da luta pela terra



EUROPA

52

Economia: O lançamento do Euro

A definição de uma política social conjunta, que valorize o homem e não o lucro, é o grande desafio da nova Europa

ÁFRICA

56

Guiné-Bissau

Política: Novo Comando

A derrubada de "Nino" Vieira põe fim à guerra civil e o novo governo decide honrar a convocatória de novas eleições

ÁSIA

58

Timor: Acordo definitivo?

Nações Unidas adiam o plebiscito diante da onda de violência desencadeada pelas milícias pró-Indonésia

60

ECONOMIA

Africa: Zona de Livre Comércio em 2000

Uma das regiões mais pobres do planeta se prepara para enfrentar unida os desafios da globalização

CULTURA

62

Idiomas: O holocausto da palavra

A morte dos idiomas orais, prevista para o próximo século, é um dado alarmante do empobrecimento da cultura humana como consequência da revolução tecnológica e do predomínio de um grupo de nações

64

PANORAMA INTERNACIONAL

72

TEATRO

Burkina Fasso: O Teatro do "País dos Homens Integros"

Também na África o teatro é usado para despertar as consciências, à semelhança do Teatro do Oprimido, que o diretor Augusto Boal desenvolveu no Brasil



Fim do turismo na FAB

Autilização de aviões da Força Aérea Brasileira (FAB) para viagens estranhas ao serviço público por parte de ministros e de outras autoridades transformou-se em um escândalo na imprensa.

Um projeto de autoria do deputado gaúcho Airton Dipp (PDT) e que impede tais abusos foi aprovado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados. Ele regulamenta e define a seguinte matéria:

"A utilização de aeronaves oficiais será feita, exclusivamente, para desempenho de atividades próprias dos serviços públicos.

É proibida a utilização de aeronaves do setor público em todas as situações que não se relacionem com a execução de missões oficiais, especialmente:

- em excursões ou passeios;
- no transporte de familiares do servidor ou de pessoas estranhas ao serviço público, salvo nos casos previstos

na legislação vigente."

O relator foi o deputado federal do estado do Sergipe Pedro Valadares (PSB), que declara no seu parecer:

"O projeto de lei nº 462, de 1999, de autoria do ilustre deputado Airton Dipp, pretende disciplinar a utilização de aeronaves oficiais, para desempenho exclusivo em atividades pró-

prias dos serviços públicos.

Desse modo, a utilização que objetive transporte para lazer de servidor público, ou transporte de seus familiares ou de pessoas estranhas ao serviço público, está, também, proibida, a não ser nos casos expressamente previstos na legislação vigente.

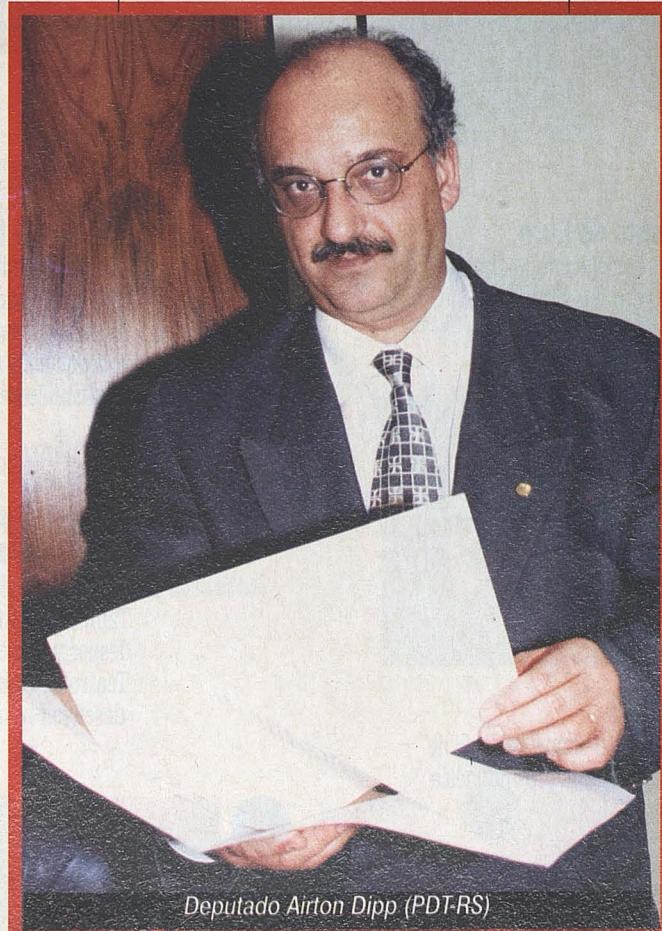
Caso ocorra utilização irregular, a Administração, ao tomar conhecimento, está obrigada a promover a devida investigação e processo disciplinar.

A utilização para fins oficiais deverá ser precedida de registro documental, com discriminação minuciosa dos dados correlatos.

Para as aeronaves específicas do Ministério da Aeronáutica, que se destinem ao transporte de autoridades, são estritamente elencadas aquelas com direito a essa facilidade."

O projeto em questão deverá ser apreciado ainda por outras Comissões e depois pelo plenário da Câmara e pelo Senado.

No entanto, tudo indica que terá uma aprovação rápida.



Deputado Airton Dipp (PDT-RS)

A queda de Campelo

A nomeação e queda, num espaço de 96 horas, do delegado João Batista Campelo para o comando da Polícia Federal engordou a lista de 445 nomes de torturadores, listados pelo grupo Tortura Nunca Mais, que conta agora com o próprio delegado Campelo e mais dois soldados que o acompanharam quando da prisão de João Monteiro, ex-padre e atual professor de Filosofia da Universidade Federal de Alagoas, e do bispo de Viana (MA), dom Xavier Maupeau, ocorrida em 1970.

João Batista Campelo integra a lista dos suspeitos de ter praticado tortura. Mas o depoimento de João Monteiro não deixou mais dúvidas e o presidente Fernando Henrique Cardoso, que insistiu em nomeá-lo, ape-

sar das denúncias, foi obrigado a abandoná-lo horas depois, quando o delegado compareceu à Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados para se explicar.

João Batista, que exerce o cargo de secretário de Segurança Pública em Roraima, compareceu espontaneamente à Câmara, porém nenhum dos líderes do Governo o acompanhou. Resultado, ele foi bombardeado pelas perguntas da Oposição. O líder do PFL, Inocêncio Oliveira (PE), resumiu o espírito dos partidos que apóiam o presidente da República dizendo: "Nesta Casa, quando se quer dar apoio a alguém, leva-se ao plenário; quando se quer jogar às feras, deixa-se depor em comissão, onde não há o menor ceremonial."



O professor e ex-padre José Antonio Monteiro, quando prestava seu sereno e objetivo depoimento na Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal, ao lado do presidente daquele órgão, deputado Nilmário Miranda (PT-MG).

Sua denúncia foi o detonante da queda de Campelo

Miro quer criar 15 milhões de empregos

Para combater as perspectivas de desemprego, cuja tendência é cada vez mais acentuada, e das demissões em massa de funcionários públicos, previstas no Plano Plurianual do Governo, o deputado Miro Teixeira (PDT-RJ) apresentou projeto de criação de uma carteira de crédito e financiamento para pequenos empreendedores econômicos. A carteira seria criada junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e, prevê Miro, poderia beneficiar cerca de 15 milhões de pessoas.

Na argumentação do projeto, o deputado pedetista lembra que o Fundo do Amparo ao Trabalhador (FAT) é o principal provedor de recursos do BNDES, chegando a repassar cerca de 40% dos fundos arrecadados pelo banco por esta razão, diz Miro. "Diante da grave crise econômica e social que vivemos, a orientação do BNDES deveria ser o provimento de linhas de investimento que, além de estimular o desenvolvimento de setores de infra-estrutura e serviços, indústria, e agropecuária, deveriam priorizar, também, o financiamento dos microcréditos e das microempresas, responsáveis pelo emprego de 60% da mão-de-obra e representam 95,7% dos estabelecimentos industriais".

O projeto já está em tramitação na Comissão de Trabalho e Miro Teixeira quer vê-lo aprovado até o final do ano.

Violência contra os jovens

Com dados sobre a violência contra os jovens, o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) está defendendo uma nova política de reaparelhamento jurídico-policial do Estado. Ele apresentou a seus colegas um levantamento feito pela Unesco mostrando que as mortes violentas de jovens entre 15 e 24 anos cresceram, no Brasil, cerca de 100% entre 1979 a 1996. Só em 96, informa o estudo da Unesco, 24.409 morreram de forma violenta, dos quais 15.231 foram assassinados. Esse dado, alertou Carlos Patrocínio, "nos mostra que os jovens do Brasil correm 50 vezes mais riscos de morrer assassinados do que os jovens da Espanha e da Irlanda. Informou também o senador que o Brasil concorre com esta trágica estatística com a Colômbia, Rússia, Venezuela e Estônia. Na lista apresentada pelo senador, Vitória, capital do Espírito Santo, é a cidade que comete mais

violência contra os jovens, seguindo-se Recife e Rio de Janeiro. "Estes dados mais parecem filme de horror", disse Patrocínio, afirmando ainda que "a imagem do brasileiro cordial, afável, alegre e brincalhão é parte de um passado remoto".

A questão da violência vem preocupando diversos parlamentares e o deputado Enio Bacci (PDT-RS) está reivindicando uma "agenda positiva" de combate à violência, proposta que pretende ser uma alternativa ao projeto de desarmamento proposto pelo Governo Federal.

Enio Bacci discorda do projeto que deve restringir o porte de armas aos cidadãos. "Primeiro tem que ver como se faz para desarmar os bandidos", afirmou o parlamentar gaúcho, esquentando os debates sobre o projeto de desarmamento.

Pobreza que escandaliza

A notícia não saiu nos jornais mas mostra o crescente fosso social brasileiro. Na sua nova fase, o Instituto Nacional de Seguridade Social resolveu uniformizar jovens atendentes prontas a receber os aposentados e pensionistas no INSS não em filas de bancos mas em shoppings da moda. Em Recife, a primeira experiência foi desastrosa. Os freqüentadores habituais destes centros de consumo ficaram escandalizados com os trajes maltrapilhos dos beneficiários da Previdência e foram ao gerente reclamar porque não queriam conviver, nos seus momentos de lazer, com tanta miséria. E o gerente nada pôde fazer porque a agência está alugada para o INSS por um longo período.

Os custos dos novos uniformes e do aluguel das agências não foram informados mas o deputado Agnelo Queiróz (PCdoB-DF) já tem pronto um pedido de informações ao ministro Waldeck Ornellas, da Previdência, para saber qual o custo das instalações e quanto está sendo gasto com os novos modelos das atendentes. E os aposentados, que enfrentaram as novas agências, estão inibidos para retornar em agosto e receber suas pensões.

Demissões e trote

No dia 3 de agosto, quando o Congresso Nacional retorna de seu recesso, a Câmara dos Deputados retoma os debates sobre as demissões de servidores. Trata-se do projeto de lei complementar que disciplina a perda de cargo público de servidor estável por insuficiência de desempenho.

O projeto mereceu voto contrário do deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ) que teme uma avalanche de demissões de servidores por critérios políticos.

Além desta discussão, os deputados votarão ainda mais 13 requerimentos de urgência, entre eles o do deputado Zenaldo Coutinho (PSDB-PA) que define o trote escolar como crime.

Na justificativa de seu projeto, Coutinho cita inúmeros exemplos de violência ocorrida durante trote universitários, apontando o recente assassinato de um estudante de Medicina da Universidade Federal de São Paulo que foi morto por seus colegas durante o trote.

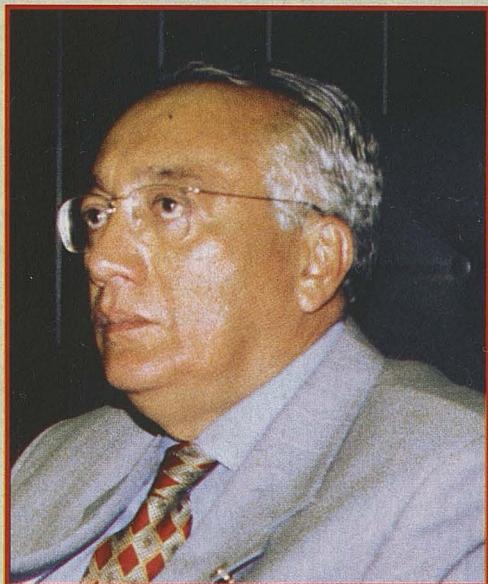
Extinção do ISS

Com proposta de emenda modificativa, alterando quatro artigos constitucionais, o deputado Gastão Vieira (PMDB-MA) quer substituir o Imposto Sobre Serviços por um imposto municipal, permitindo às prefeituras arrecadação de tributos para consumo de energia elétrica, combustíveis, restaurantes, comércio, hotelaria, sem prejuízo dos demais impostos estaduais e federais.

O novo tributo seria cobrado a uma taxa de 1% a 5%, de acordo com regulamentação a ser determinada pelo Congresso.

Diante disso, o deputado pretende fortalecer as competências tributárias próprias dos municípios, integrando-os à Federação pois, segundo o deputado, "não basta atribuir-lhe *status* de ente federativo, enquanto este não conseguir financiar, com recursos próprios, uma parcela mínima de suas despesas. Para tanto, é urgente rever a Constituição para dar às prefeituras capacidade de cobrar tributos que estejam ao

seu alcance e incidente sobre bases mais sólidas e disponíveis em qualquer localidade do país, sobretudo nas regiões menos desenvolvidas".



Deputado Gastão Vieira

Além disso, lembra o peemedebista que, na situação atual, as prefeituras estão falidas e, "da forma que está na lei de responsabilidade fiscal, só um louco quer ser prefeito".

Gastão Vieira pretende também consolidar a descentralização dos poderes e recursos fiscais, especialmente no tocante aos gastos sociais básicos, entre eles o ensino fundamental e a saúde.

Guardas devem usar armas?

Essa indagação agitou a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, na discussão do projeto de autoria do deputado Antonio Carlos Pannunzio (PSDB-SP) que permite o armamento dos guardas municipais.

Vários deputados se opuseram ao projeto, considerado inconveniente, sobretudo nas pequenas cidades onde poderiam os guardas ficar à mercê de autoritarismos municipais.

O deputado Pannunzio justificou sua iniciativa argumentando que "o exercício eficaz do importante papel recomenda autorização para porte da arma de fogo".

Esse argumento foi acatado pelo relator, deputado Claudio Caíado (PFL-BA), e pela maioria da Comissão, que aprovou o projeto.



Deputado Carlos Pannunzio

Privatizar as hidrelétricas é vender nossos rios

"É hora de o Brasil saber o que foi feito com o dinheiro das privatizações, fazer uma análise do que entrou, do que ganhamos e do que perdemos."

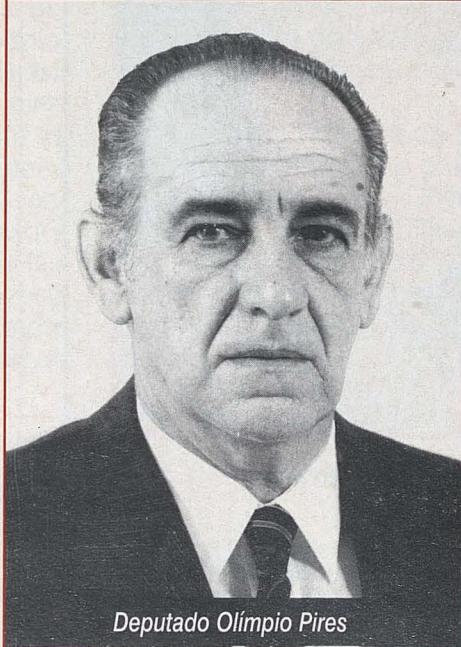
Essa apropriada e urgente cobrança foi feita da tribuna da Câmara Federal pelo deputado Olímpio Pires (PDT-MG), em uma ampla análise do problema das privatizações, centrado na Vale do Rio Doce e no setor elétrico, sobretudo nas hidrelétricas.

Sobre a importância da Vale para Minas Gerais e a região de Itabira disse o deputado: 'Precisamos dos empregos gerados pela empresa; precisamos dos impostos gerados pela empresa; precisamos da Vale do Rio Doce cada vez mais em Itabira e no estado, uma vez que a vida de cidades como Nova Era, Mariana, Ouro Preto e muitas outras, é fortemente afetada pelas decisões tomadas pela Vale.'

Quanto à privatização das hidrelétricas, declarou o deputado Olímpio Pires: 'As privatizações das hidrelétricas terão como consequência a privatização dos rios. Se estão comprando as usinas, estarão comprando as barragens e as barragens são abastecidas pelos rios que são formados por nascentes.'

Estarão sendo criados aí os mais sérios problemas. O com-

prador vai ser o dono de uma nascente que poderá estar a centenas de quilômetros da barragem, que poderá estar sendo usada para servidão ou até mesmo para irrigação ou, em outros casos, moradores que estão



Deputado Olímpio Pires

acima das barragens, que querem fazer uso deste rio terão problemas.'

O que significa vender nossos rios? Significa privar as populações ribeirinhas de seus projetos de desenvolvimento através de irrigação. Significa ter que pedir, esperando numa ante-sala vazia de povo, para fazer aproveitamento das águas para o bem geral.'

Plástica e prestações atrasadas

A Comissão de Assuntos Sociais do Senado aprovou 18 propostas no primeiro semestre de trabalhos legislativos, entre elas a da senadora Luzia Toledo (PSDB-ES) que permite o uso do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para quitação de prestações atrasadas da casa própria, antiga reivindicação dos mutuários do sistema financeiro habitacional. Além deste projeto - que não retornará à Câmara sendo, portanto, de caráter terminativo - a Comissão aprovou também projeto de iniciativa da Câmara dos Deputados, que obriga o Sistema Único de Saúde (SUS) a fazer cirurgia estética reparadora de mamas, nos casos de mutilação decorrente de tratamentos de câncer.

Este projeto voltará à Câmara para ser votado novamente e os parlamentares da bancada da saúde contam com sua aprovação sem problemas.

O Socialismo no novo século

Um acontecimento político e cultural foi o lançamento, na Câmara dos Deputados, do livro *Os desafios do socialismo no século XXI*, de João Amazonas. Centenas de pessoas prestigiaram o lançamento.

O livro é uma coleta de artigos e documentos apresentados ao seu partido, o PCdoB, destacando-se não apenas a sua visão ideológica e política, mas também uma exemplar coerência na vida pública.

João Amazonas termina o seu trabalho com uma frase que é um desafio aos socialistas sobre o presente e o futuro: "A construção de um modelo próprio de socialismo científico, refletindo a realidade e fiel aos princípios revolucionários, capaz de superar, em sucessivas etapas, os obstáculos e contradições que se apresentam a cada momento - eis uma importante tarefa da luta para tornar vitorioso o socialismo em todo o mundo."



Na foto,
Amazonas auto-
grafo o livro para
os deputados
Neiva Moreira e
Haroldo Lima

Dinheiro do Acre

O deputado Márcio Bittar (PPS-AC) quer saber qual o montante de recursos que o Governo Federal e as instituições internacionais enviaram para o seu estado nos últimos quatro anos. Márcio Bittar tem suspeitas sobre a aplicação destes recursos.

Disse o deputado que "a maioria dos projetos é voltada para os seringueiros e que eles se encontram na mesma miséria de sempre. O próprio irmão de Chico Mendes voltou para um seringal e vive passando necessidades. Enquanto isso, lemos todos os dias, nos jornais, que o Acre está recebendo milhões e milhões de dólares".

Na primeira semana de julho, o Acre recebeu mais US\$ 620 milhões para seis projetos na área ambiental.

O deputado acreano, que exerceu seu primeiro mandato na Câmara Federal, também está contestando a maneira pela qual o Governo Federal vem criando as reservas extrativistas.

"Não somos contra a criação de reservas, apenas gostaríamos que houvesse amplo debate sobre o assunto.

Que perguntasse à população se é exatamente isso que ela quer. Até agora, não vimos um resultado da produção das reservas extrativistas. Tudo continua igual", reclama Bittar.

Francisco Julião, a morte de um combatente

Neiva Moreira

Toquinho estava triste com a notícia que ouvira pela manhã: Julião acabava de falecer. Ele é porteiro do Condomínio Vivendas da Praia, entre Araruama e Iguaba, onde Francisco Julião passara vários meses, na casa de um amigo, escrevendo suas memórias. "Ele vinha todas as tardes conversar com os trabalhadores na portaria. Era homem muito bom, a gente compreendia fácil o que falava e entendia muita coisa do seu assunto preferido, que eram os trabalhadores do campo, de onde muitos de nós vieramos."

Julião avançou na tarefa que mais o preocupava no momento, escrever suas memórias. Mas não as concluiu em Iguaba, como era seu propósito. Decidiu retornar ao México, onde se casara com a companheira Marta Ruiz e afastar-se das tarefas políticas, para dedicar-se ao desafio que confrontava.

Ele já havia passado 14 anos de exílio naquele país, que o acolheu fraternalmente. Fazia jornalismo na revista *Siempre* e em *cadernos* e dava aulas na Universidade Nacional Autônoma do México (Unam), mantendo contatos com os movimentos progressistas de vários países latino-americanos.

Uma de suas atividades

de maior repercussão histórica foi o trabalho junto aos sobreviventes da revolução de Zapata. Julião os entrevistou, registrando tudo em gravações que são, hoje, um dos mais importantes testemunhos da gesta zapatista. Participei com ele de reuniões em diferentes núcleos de sobreviventes. Havia uma chamada ritual, como se fosse em uma escola e os que não respondiam é que estavam enfermos ou já haviam morrido.

Voltando ao Brasil, com a anistia, continuou sua luta social, sobretudo voltada para os camponeses. Ele conhecia bem o que era a perseguição, o cárcere, o isolamento. Foi salvo na deflagração do golpe de 64 por um homem admirável, que foi o deputado Adauto Lúcio Cardoso. A Câmara estava cercada por forças militares e Julião estava lá dentro. Adauto o retirou com uma operação solidária mas muito arriscada, levando-o a um lugar seguro.

Não tínhamos, desde o golpe, notícias do grande guerreiro. Um dia, no Batalhão de Guardas de Brasília, onde eu estava detido, um tenente chegou às grades para dar o que para ele seria a grande notícia: "Você não está só. Aqui ao lado tem peixe grande."

Era Julião, agarrado numa roça de Goiás com a postura daquilo que sempre foi na vida, um camponês. O oficial descrevia os as-

pectos inesperados da prisão. "O homem parecia de cima para baixo um roceiro. Mas um soldado desconfiou e pediu para ver pés e mãos do preso. Estavam tão lisinhos que deu para desconfiar", comentou. "E não deu outra: era ele."

Nos últimos tempos, afastado da militância, embora permanecesse filiado a seu partido, o PDT, Julião vivia na agradável cidade mexicana de Tepostlán, próxima a Cuernavaca, onde morou por muitos anos.

Experto em clandestinidade, não lhe foi difícil isolar-se e dedicar-se às memórias, uma extraordinária contribuição à história e à compreensão das lutas camponesas no Brasil, marcadas pela organização, a combatividade e o poder das suas Ligas.

Tive a satisfação de ser levado por Julião a visitar a Liga da Galiléia, em Pernambuco, berço do movimento camponês. Quando mais dura era a repressão no Nordeste, a Frente Parlamentar Nacionalista propôs à Câmara uma Comissão Parlamentar de Inquérito para examinar a atividade das Ligas, sobretudo as causas do problema agrário. Nossa objetivo tático deu certo. A CPI resultou em grande apoio à luta dos sem-terra no Nordeste e de denúncia contra as presões dos latifundiários.

Ao lado de Julião, o pio-



neiro organizador da Liga da Galiléia, José Francisco, disse aos deputados: "Não temos nada com política. As Ligas são independentes da religião e dos partidos. Lutamos para ver se temos um futuro melhor. Depois dessa sociedade organizada não saímos mais por aí, pedindo esmolas para enterrar os companheiros. Estamos mudando as coisas. O interesse dos camponeses pelas Ligas cresce a cada dia."

Aos 84 anos, foi preciso um enfarto fulminante para derrubar o imbatível sertanejo, que ficará na nossa História como um lutador sem pausa e sem medo em favor da causa dos trabalhadores duplamente excluídos, como camponeses e como nordestinos.

As Ligas desapareceram varridas pelo terror ditatorial, mas a semente plantada por Julião ficou. Germinava cada vez mais poderosa na organização de milhares de homens e mulheres do campo, imbuídos dos mesmos ideais da década de cinqüenta, que nas escaramuças de Vila de Santo Antônio, galvanizaram os deserdados do campo, sob a liderança do seu grande inspirador e dirigente que agora nos deixa com permanentes recordações e infinitas saudades.

Eleitores pedem CPI e renúncia

Uma campanha nacional foi iniciada pelos partidos da Oposição e entidades de classe apoiando a instalação de uma CPI que examine todo o processo de privatização das teles, sobre o qual pairam muitas dúvidas e suspeitas. A investigação envolve as responsabilidades de ministros, outros altos funcionários e do próprio presidente da República e, segundo parlamentares oposicionistas, poderá chegar ao pedido de *impeachment* de Fernando Henrique Cardoso.

Das listas de coleta de assinaturas distribuídas pelo PDT, pioneiro na iniciativa, consta também um apelo ao



Manifestação oposicionista em São Paulo contra as privatizações

presidente para que, em um gesto de grandeza política, renuncie juntamente com o seu vice, Marcos Maciel, para permitir ao povo, dentro das normas institucionais, eleger seus novos dirigentes.

Os atuais já não teriam condição de retirar o país da grave crise em que se encontra.

Carlos Lupi, integrante da Direção Nacional do PDT, disse à nossa reportagem que "a iniciativa é um grande êxito. A mobilização se estende a todo o país e o nosso partido, com outras forças da oposição, está empenhado nessa nova batalha democrática. O importante é a impressionante disposição das pessoas em assinar. É

quase um plebiscito".

Lupi espera reunir, só no Rio de Janeiro, um volume de assinaturas que se aproxima ao milhão de pessoas.

Jaime Wright, pela justiça

Outro exemplo de vida dedicada à causa da sociedade, o pastor presbiteriano Jaime Wright é outra perda recente.

Fulminado por enfarto em 29 de maio último, em Vitória, onde residia, Jaime Wright deixou o exemplo de grande, dedicado e eficiente lutador pelos direitos humanos. Legou para a consciência nacional o dossiê *Brasil: tortura nunca mais*, pesquisa que dirigiu, com o apoio do cardeal Paulo Evaristo Arns e a colaboração de equipe de 30 pessoas, durante cinco anos, no mais absoluto sigilo, em pleno regime militar.

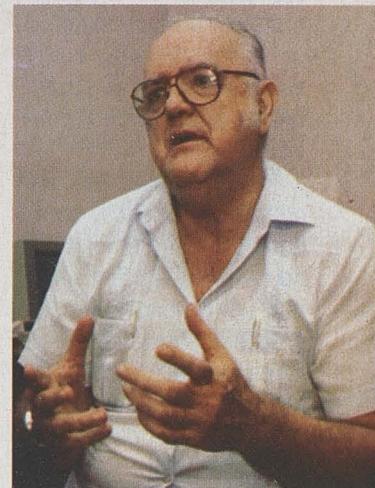
Jaime Wright, filho de missionários norte-americanos, optara pela cidadania brasileira aos 19 anos, o que nunca foi bem aceito pelas autoridades norte-americanas, que manifestavam seu desagrado sempre que podiam.

Ao perder o irmão Paulo, assassinado pela ditadura sob torturas, Jaime recorreu ao cardeal Arns, surgindo então uma parceria que viria a realizar muito pelos direitos humanos no país. O pastor passou a assessorar o cardeal, dispondo de sala ao lado do gabinete de d. Paulo. A curiosa situação permitiu, certa vez, que d. Hélder Câmara apresen-

tasse Wright a algumas pessoas como bispo auxiliar de São Paulo.

"Jaime Wright, que era uma pessoa simples e de modos reservados, procurava agir sempre com muita discrição e nunca mostrava quanta responsabilidade e coragem possuía", descreve Creusa Maciel, também militante dos direitos humanos e que com ele partilhou muitas das atividades em entidades com o Serviço Paz e Justiça na América Latina (Serpaj) e Grupo Pró-Vida, de ajuda a crianças vítimas de abuso doméstico.

Integrante do Conselho Nacional de Direitos



Jaime Wright: pelos direitos humanos

Humanos, Jaime Wright preocupava-se muito, ultimamente, em esclarecer o assassinato da sobrinha Leila Wright, filha do seu irmão Paulo. Desde que ganhara a indenização da União pela morte do pai, Leila passara a receber ameaças de morte.

A teleconfusão

A propaganda foi tão bem-feita, com rostos tão bonitos e até originais bumbuns de crianças como cartazes de orientação, que todo mundo quis falar com todo mundo. Todo mundo se deu mal e só ninguém se saiu bem, pois ninguém conseguiu falar com ninguém. Foi assim mesmo, a confusão interurbana.

O fiasco, no que seria a primeira grande demonstração das vantagens das telecomunicações fatiadas sobre o antigo sistema estatal, ainda precisa de mais explicações técnicas, porque as operadoras se acusam mutuamente e a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) mostrou-se desaparelhada, confirmado uma antiga suspeita dos adversários da privatização.

O que ocorreu? Segundo os técnicos, houve um excesso de entusiasmo da população, de modo que um sistema capaz de processar cerca de 20 milhões de interurbanos foi entupido com uma demanda próxima dos 40 milhões.

Além disso tudo, a população foi chamada pela propaganda veiculada na imprensa a escolher uma das operadoras, mas as peças ensinavam muito vagamente como discar corretamente uma fieira de números.

Um dos aspectos técnicos questionados foi bem explicado pelo presi-

dente da Telemar, que serve a 16 estados: "A adaptação das centrais telefônicas para o novo sistema foi realizada na madrugada anterior à entrada em operação. O trabalho foi realizado em poucas horas. O mesmo processo de adaptação, nos Estados Unidos, levou sete anos."

As declarações do próprio presidente da Telemar comprovam a pressa pouco responsável com que os defensores da privatização quiseram apresentar um sistema de grande complexidade.

A mesma pressa já vem causando seguidos problemas no sistema de energia. É uma sistemática de desmonte do que se edificou com uma visão nacional e com recursos públicos valiosos, afinal entregue a preços escandalosamente baixos e sempre em meio a denúncias graves, como ocorreu no caso dos grampos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), exatamente durante a privatização das telecomunicações.

O prejuízo público não ficou apenas nos baixos preços dos leilões, mas também nos elevados gastos anteriores, quando o governo investiu pesado para "tornar atrativas as estatais a privatizar". No ramo das telecomunicações, foram 20 bilhões de dólares em três anos, para que os novos donos não precisassem investir. E o sis-

tema acabou vendido por 21 bilhões, com financiamentos privilegiados de dinheiro público, via BNDES.

Renato Guerreiro, presidente da fiscalizadora Anatel, passou um mau pedaço e não poucas vozes consideraram sua administração muito branda com as operadoras, que, neste aspecto das ligações interurbanas, são gigantes se

digladiando pelo mercado. Guerreiro decidiu abrir processo contra as teles, mas, para não cometer injustiças, pediu primeiro, de cada uma, um relatório detalhado das falhas.

Como já adiantaram as próprias operadoras, grande parte da culpa será lançada sobre o usuário, que superlotou os canais e ainda está discendo errado...



As declarações do presidente da Telemar comprovam a pressa pouco responsável com que os defensores da privatização quiseram apresentar um sistema de grande complexidade

Governadores: unanimidade nos protestos

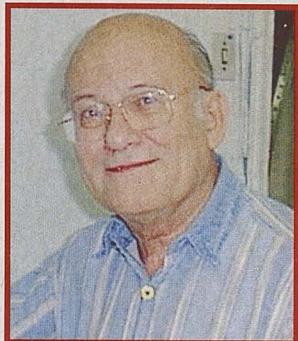
Reunidos em Aracaju, 22 governadores encontraram um consenso: estão muito queixosos e desgostosos com o governo federal, que lhes fez várias promessas na reunião de fevereiro em Brasília e nada cumpriu. E protestaram. Nos demais temas as opiniões nem sempre coincidiram, a começar pela nota redigida pelo governador de Sergipe, considerada "frouxa" por alguns governadores e que, por isso mesmo, não foi oficializada. Houve, no entanto, uma decisão que, no futuro, poderá definir as relações com o Planalto e dar mais objetividade às reivindicações: foi instituída a Confederação Nacional dos Governadores. Uma comissão permanente da CNG levará a Fernando Henrique as evidentes discrepâncias e protestos dos estados em relação ao governo federal.

Edouard Bailby, cidadão carioca

A Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro, por proposta do vereador Pedro Porfírio (PDT), concedeu por unanimidade de votos, o título de cidadão carioca ao jornalista francês Edouard Bailby.

Bailby é um destacado profissional da imprensa, foi diretor do Serviço de Comunicação da Unesco e é atualmente colaborador do *Le Monde Diplomatique* e outros importantes jornais e revistas europeus.

Durante muitos anos, atuou em meios de comunicação daqui do Brasil, desenvolvendo uma permanente luta pela democracia e o avanço social no nosso país. Mas foi sobretudo em *O Semanário*, o grande jornal dirigido por



Edouard Bailby

Oswaldo Costa, que Bailby teve uma atuação mais destacada.

Para cadernos do terceiro mundo, essa justa homenagem é uma dupla satisfação: contempla um jornalista muito ligado às lutas do povo brasileiro e que, atualmente, colabora com as nossas revistas como correspondente na França.

Menos empregos

O comércio varejista do Grande Rio empregava 4% a menos de pessoal em maio, em relação a maio de 1998. De abril a maio deste ano, a queda foi de 1,1%. Nos cinco primeiros meses de 1999 a taxa de desemprego no setor da região foi de 5,1% em relação aos cinco primeiros meses de 98, segundo o IBGE.

O instituto oficial de estatísticas, contudo, acrescenta aos números negativos uma análise otimista, afirmando que o percentual de desemprego demonstra uma "tendência declinante", algo como o desemprego campeia, mas campeia mais devagar.

O faturamento também diminuiu. Segundo os dados do IBGE, o comércio do Grande Rio também faturou menos nos cinco primeiros meses do ano, em relação ao mesmo período do ano passado: - 5%. Na comparação maio/99 e maio/98, o resultado também é negativo: - 8,9%.

C&T em rumo incerto

O Brasil construiu, em poucas décadas e com base na universidade pública, um dos melhores sistemas de pós-graduação existentes em países em desenvolvimento. Mas o governo vem sufocando a universidade pública, numa política de estrangulamento insistente, ameaçando, em consequência, a formação de recursos humanos de alta especialização. A pós-graduação tem recursos cada vez mais reduzidos, o que já determinou o congelamento do número de bolsistas e em breve poderá levar à sua redução. Com isso, o Brasil entra no século XXI de costas, caminhando em direção ao século XIX.

O diagnóstico da situação macabra é do secretário regional gaúcho da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC/RS), professor Carlos Alexandre Neto, em entrevista reproduzida pelo *Jornal da Ciência*, órgão da entidade. O professor aponta a falta de rumos em Ciência e Tecnologia no país, o que consome os recursos de modo errático, sem que ocorra um avanço real.

Segundo o professor, interferências políticas acabam por canalizar recursos para determinados projetos que, na visão do mundo científico, não representam prioridades. "Não nos parece que a ci-

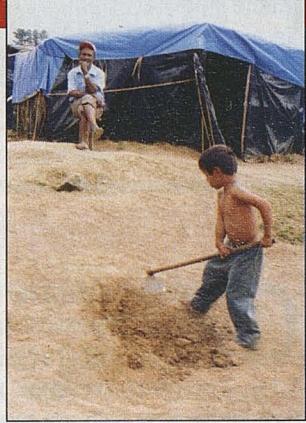
ência e a tecnologia sejam prioridades deste governo", definiu o professor Carlos Alexandre Neto. Destacou que o Brasil precisa entrar no século XXI com disposição para crescer, o que só pode acontecer com uma clara e determinada política de desenvolvimento científico e tecnológico. Isto implica dar atenção especial à ampliação do número de cientistas e pesquisadores, o que a política governamental do momento despreza.

Na apreciação do professor gaúcho, a única coerência do governo, no setor científico é o de sufocar, por igual e sem esmorecimento, as universidades públicas e os cursos de pós-graduação, de onde surgem nossos cientistas. Queixa semelhante partiu do laureado físico brasileiro José Leite Lopes, perseguido durante o regime militar e que se mostra estupefato com o que ocorre hoje em dia.

Ao receber no início de julho, em Budapeste, durante a Conferência Mundial da Ciência, o Prêmio Científico Unesco 99, Leite Lopes fez um desabafo, no discurso que pronunciou: "No Brasil, um governo presidido por um ex-professor universitário não cumpre o papel fundamental de apoiar a ciência e a tecnologia, as universidades públicas e os institutos de pesquisa."



Enquanto aumenta a produção dos seus assentamentos, o MST enfrenta uma escalada repressiva, que, em um mês, matou três sem-terra, aprisionou 52 e torturou diversos deles. João Pedro Stédile, coordenador do movimento, diz confiar no apoio da opinião pública, que já entendeu o valor e o sentido da luta pela terra e sustenta, com sua solidariedade, os atuais 499 acampamentos espalhados pelo Brasil. O governo federal desistiu de encaminhar a reforma agrária - constata Stédile, que se prepara para receber, em nome do movimento, o Prêmio de Direitos Humanos da Fundação Alceu de Amoroso Lima para a Liberdade e a Democracia, ligada à Universidade Cândido Mendes, pelo programa educacional criado pelo MST e que atende 75 mil "sem-terrinhos"





Fotos: Douglas Mansur

A onda repressiva contra o MST acentuou-se no Paraná, onde alguns assentamentos se destacam pela produção. Nas fotos, dois momentos em Curitiba: a passeata em direção ao palácio do governo e a manifestação interna

Procópio Mineiro

OMovimento dos Sem Terra (MST) sabe que poderá enfrentar tempos duros pela frente. Não se trata do desafio de multiplicar as 250 mil famílias (mais de um milhão de pessoas) já assentadas e produzindo para os mercados regionais, agrupadas em cerca de 400 associações de produção, comercialização e serviços, e em 49 Cooperativas de Produção Agropecuária. Não se trata, igualmente, de multiplicar o atendimento escolar, hoje extensivo a 75 mil crianças, nem o de ampliar parcerias com universidades e outras instituições.

Os tempos duros podem vir de uma conjugação de esforços surpreendente: o mau humor do governo federal, o mau humor da União Democrática Ruralista (UDR), o mau humor dos governos estaduais, como o do Paraná, que está reeditando violências de outras épocas. Passaram a justificar a força bruta contra os sem-terra e já surgiu um militar açulando

a UDR a constituir milícias para desarticular o movimento. Os assentados estão em época de safra. No final de junho, os dados parciais indicavam a colheita de mais de 12 mil toneladas de arroz, quase 40 mil de milho, 10 mil toneladas de soja, 15 mil de feijão e uma produção diária de 34 mil litros de leite, forra o café, as hortaliças e frutas, a carne e outros itens.

E imaginar que nada disso teria sido produzido, se a terra ocupada tivesse sido deixada em seu estado de latifúndio improdutivo... Mas os discursos e as ações da frente anti-reforma agrária só enxergam desordem nas ações do MST.

Nesta entrevista, João Pedro Stédile, coordenador nacional do movimento, expõe os objetivos e os métodos do MST, considera a conjuntura, critica a falta de visão das elites e resume a luta pela terra, expondo detalhes do pensamento e da ação - o que muitos consideram a caixa-preta, os segredos - do Movimento dos Sem Terra.

MST - transformar o pobre em cidadão

João Pedro Stédile não se abala com as acusações de que há um processo de militarização entre os sem-terra e as classifica como mais uma manobra na tentativa de isolar da opinião pública a luta pela reforma agrária.

"Acusar o MST de militarização é mais uma peça de propaganda para tentar enganar a opinião pública. Os serviços secretos ou de inteligência do governo operam dia e noite contra nós e sabem que não faz parte da estratégia do movimento militarizar-se ou fazer uma luta radicalizada. Nós temos como doutrina a de que nossa força é a quantidade de povo organizado.

Quanto mais gente organizada tivermos, mais fortes seremos. Como diz Ho Chi Min, o que importa é que o homem seja consciente, porque um homem consciente transforma qualquer objeto numa arma de conquista de seus direitos", enfatiza Stédile.

"Então, não estamos preocupados com arma. Estamos é preocupados com a consciência das pessoas e temos dito isto publicamente. Evidentemente, o governo e as forças reacionárias não têm o menor interesse em democratizar a propriedade da terra.

Quando os pobres da terra começam a organizar-se para tentar democratizar, eles procuram usar todos os argumentos junto à opinião pública para nos satanizar. Querem lançar a opinião pública contra nós, recorrendo a todo tipo de mentiras, inclusive a de que queremos levar o Brasil à luta armada. Procuram esconder da opinião pública, ao mesmo tempo, tudo o que estamos construindo nas zonas liberadas, nos setores da produção, da educação, da libertação verdadeira das pessoas."

O coordenador do MST cita que o movimento acaba de receber um prêmio pelo seu projeto educacional, que atende a 75 mil crianças e representa inovação em diversos pontos, inclusive prestando assistência escolar às crianças das famílias que moram em acampamentos de beira de estrada: "Agora mesmo, acabamos de receber o prêmio Alceu Amoroso Lima, da Fundação Cândido Mendes, por nosso projeto educacional nos assentamentos.

Foto: Procópio Mineiro



João Pedro Stédile, coordenador do MST, constata que o governo federal abandonou de vez um vago propósito de reforma agrária e isso estimula a repressão violenta. O governo diz ter assentado 250 mil famílias desde 1995, mas, segundo Stédile, 450 mil perderam as terras, no período.

Assim como este, há outros sucessos do MST que a grande imprensa sonega à opinião pública."

Afinal, o que o MST faz?

Stédile define os objetivos do MST como estritamente ligados à promoção humana e social do despossuído rural - fazê-lo "virar gente".

"O MST tira a pessoa da pobreza e transforma aquele pobre, aquele jeca-tatu e caipira num cidadão, um sujeito consciente - nós o transformamos num brasileiro. Isto é o que as elites não querem. Elas não temem que ocupemos terras. O que elas temem é que os pobres virem gente - aí ficam com medo, porque este novo cidadão deixa de ser curral eleitoral, deixa de ser massa de manobra e se torna um cidadão consciente que olha para o futuro, para o futuro dos filhos e para o futuro do Brasil. Isto, as elites não aceitam. As elites acostumaram-se a usar o Brasil como um grande curral. O MST está quebrando isso", avalia.

A prova da mudança

A novidade que representa o MST, com seus assentamentos conseguidos na pressão social, incomoda ainda mais na medida em que demonstra, na prática, que o caminho da reforma agrária abre novas perspectivas para o interior do país, segundo Stédile. Hoje,

estes assentamentos - são 2.600 - já representam produção significativa de alimentos e movimentam pequenas indústrias de processamento desses produtos em 700 municípios (cerca de 15% do total de municípios brasileiros). Os assentamentos tornaram-se visíveis nas economias locais e regionais e o tipo de organização que seguem desmentiu o preconceito de que dar terra a pobre é desperdício. No modelo MST, que organiza cooperativas e associações de produção, os novos agricultores logo produzem o suficiente para a própria sobrevivência e para abastecer o mercado. Não existe qualquer razão econômica que leve um administrador daqueles 700 municípios a condenar um assentamento do MST. Só o ranço elitista e o preconceito político, segundo Stédile, pode levar alguém a menosprezar os efeitos positivos da reforma agrária promovida nas áreas ocupadas pelos sem-terra.

A terra antes improdutiva, ou com produção insignificante para sua extensão, latifúndio de um único dono em geral desinteressado pela atividade do campo, ressurge nas mãos dos novos proprietários, que despertam, com plantações e criação, as faixas que recebem. O que antes não produzia, passa a abastecer o mercado.

João Pedro Stédile chama a atenção não apenas para esse fator econômico em si, mas também para o social: são famílias, antes na mais absoluta pobreza, que abrem para si uma nova vida, redescobrindo a dig-

nidade humana, a segurança do trabalho, a participação na sociedade, enquanto enriquecem o país com o aumento da atividade agrícola. Em poucas palavras, demonstra-se na prática a revolução da reforma agrária: maior produção, mais famílias integradas, menos pobreza, mais riquezas, em contraste com a paralisação do latifúndio, que serve apenas para sustentar esquemas de poder.

Por aí talvez se explique por que está ocorrendo uma crescente repressão ao movimento de transformação fundiária. Nunca houve paz, pois a trajetória do MST é pontilhada pelo sofrimento de despejos, muitos deles violentos, com mortos e feridos, presos e torturados. Mas, em 1999, há uma novidade: autoridades passaram a falar abertamente da repressão, estimulando-a, incluindo o presidente da República, governadores, militares e alguns juízes e juízas.

Um caso negativamente exemplar tem sido o governo Jaime Lerner, no Paraná: lá se colocou o grupo de elite da PM, adestrado para combater a bandidagem mais feroz, para promover desocupações de terras. Como resultado, prisões, torturas e mortos entre os sem-terra.

A repressão no Paraná

"O Paraná está passando por uma ofensiva da repressão contra o Movimento dos Sem Terra", define Stélide. "Nós tivemos, em um mês, 52 prisões, seis pessoas torturadas, três assassinatos e 19 despejos violentos, feitos todos por um grupo de operações especiais da Polícia Militar do Paraná, o GOE, que age sempre à noite. Quer dizer, soldados que foram preparados para combater crimes, assaltos a bancos e sequestros, foram deslocados pelo governo para fazer despejos no campo. Daí, pode-se imaginar o grau de violência que ocorreu nestes despejos." Na análise que faz, o coordenador do MST identifica dois aspectos. "A primeira fonte é a conjuntura nacional. O governo FHC abandonou a idéia de fazer uma reforma agrária. Apelou, apenas, como única saída para o Banco da Terra, o que significa transformar a reforma agrária em um mero negócio em que o governo se dispõe a comprar fazendas aos proprietários, à



O MST busca conversar com o governo e estranha a resistência oficial.
Na foto do alto, o encontro no Planalto; acima, flagrante da marcha do ano passado;
abaixo, manifestação em São Paulo, em frente à Sé



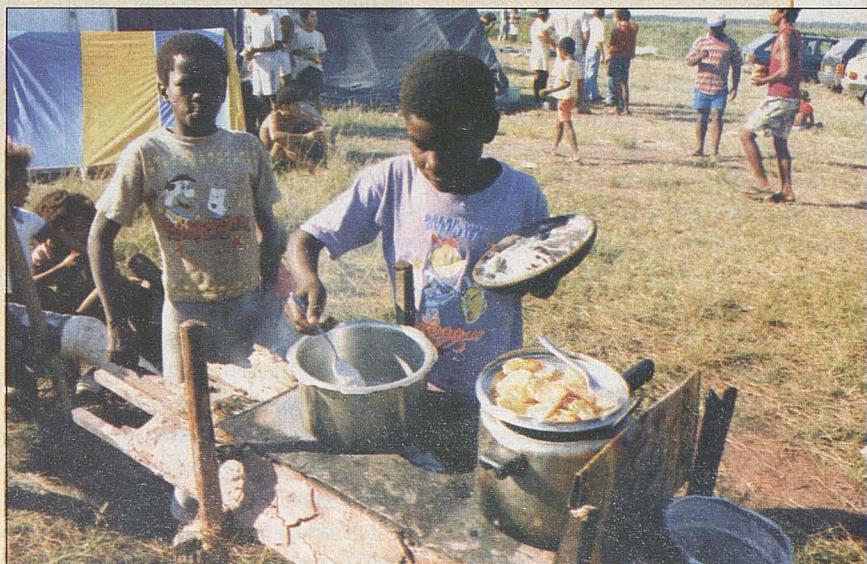
Acampamentos de 1999

Os estados de Pernambuco e Paraná lideram em número de acampamentos estabelecidos pelo MST - 133 e 103, respectivamente, o que os torna também os que apresentam o maior número de famílias acampadas - 18.048 e 6.194, seguidos pela Bahia, que tem 4.113 famílias distribuídas em 39 desses pontos.

No país, no início de junho, havia 499 acampamentos do MST, abrigando mais de 72 mil famílias esperançosas de encontrar um pedaço de chão onde plantar. Do total, 286 (57,3%) dessas minicidades de lona e plástico estão em estados nordestinos, 49 (9,8%) no Sudeste, 24 (4,8%) no Centro-Oeste, 10 (2%) no Norte e os restantes 121 (24,2%) no Sul. Veja, na lista abaixo, os detalhes dessa geografia que denuncia desperdício e injustiça.

Estado	Acampamentos/MST	
	Número	Famílias
AL	31	7.868
BA	39	4.113
CE	3	370
DF	1	40
ES	5	700
GO	9	1.796
MA	13	1.924
MG	7	868
MS	4	2.200
MT	4	2.800
PA	10	3.321
PB	13	1.866
PE	133	18.048
PI	7	611
PR	103	6.194
TO	7	720
RJ	7	1.030
RN	13	953
RO	8	909
RS	5	3.700
SC	13	3.242
SE	34	3.471
SP	30	5.703
TOTAL	499	72.447

Fonte: MST - Atualizado em 4/06/99



No caminho do acampamento há sempre um horizonte vazio: é o descampado sem cultivo e oneroso para o país - o latifúndio improdutivo. Acima, o casal espera à beira da estrada; ao lado, outro acampamento e sua vizinhança de desperdício de terras; abaixo, crianças no rancho, também cheias de esperança

fiquem à vontade para recorrer à força militar contra as ocupações", diz Stédile.

Ele assinala que, no mês de maio, FHC usou três vezes a expressão do uso de força militar contra os sem-terra, autorizando, de certa forma, atitudes violentas. E, de novo, em fala do dia 21 de junho: "Este é o pano de fundo nacional que estimulou o que está ocorrendo no Paraná", define o coordenador do MST.

"A segunda raiz do que está acontecendo decorre da própria conjuntura paranaense. Nas últimas eleições, Jaime Lerner, que é pessoa de cidade e que fez toda a sua carreira com a fama de ser bom arquiteto, de saber embelezar a cidade, homem sem qualquer ligação com o campo, percebeu que ia perder as eleições para o senador Roberto Requião. E ia perder mesmo. Para vencer, recorreu a uma aliança com o setor mais reacionário do meio rural, gente da bancada ruralista e da UDR. Com isto, conseguiu vencer, embora por margem estreita. Este setor direitista da UDR está agora cobrando a conta. Impôs, em primeiro lugar, o secretário de Segurança, indicado pelo deputado Abelardo Lupion, que é acionista da Rede Globo no Paraná. Com o fato de os fazendeiros dominarem a Secretaria de Segurança, eles aproveitaram essa correlação de forças e passaram a usar todos os instrumentos que o Estado tem nas mãos (polícia, Justiça e imprensa) a serviço da vontade dos fazendeiros, para despejar as áreas ocupadas e cometer tudo quanto é crime, como se tivessem a garantia da impunidade total."

A crise do governo

"Nossa interpretação é que o governo FHC está numa crise gravíssima, devido ao modelo que adotou ao longo de seu mandato. É um modelo de subordinação nacional aos interesses do capital internacional financeiro. Este modelo não apenas sucateou a agricultura, como gerou esta crise social que o país vive. Esta crise não tem saída, sabemos nós todos e sabe o governo - a não ser que se mude o modelo. Os índices de desemprego, a miséria no campo, o grau de violência nas cidades são fruto desse mode-

A produção nos assentamentos do MST

A valentia do MST na organização dos trabalhadores e na ocupação de terras improdutivas é conhecida. Pouquíssima gente sabe, porém, que os caboclos (de todas as tonalidades de pele e de olhos) são bons também de enxada. Reclamam que não se divulga seu crescente nível de produção e a expansão silenciosa, mas efetiva, de sua rede de comercialização. Querem vender mais, para produzir ainda mais. O levantamento preliminar da safra 98/99, que ainda está em andamento - e somente em algumas regiões de assentamento - mostram números alentadores, conforme a tabela abaixo.

Produto	Colheita Parcial	Região
Arroz	100 mil sacas	Porto Alegre/RS
	100 mil sacas	Querência do Norte/RS
Feijão	35 mil sacas	Itapeva/SC
	100 mil sacas	Oeste e Planalto/SC
	120 mil sacas	Coagri/PR
Milho	600 mil sacas	Coagri/PR
	6 mil sacas	Coanol/RS
Soja	136 mil sacas	Coanol/RS
	50 mil sacas	Jóia
	60 mil sacas	Coagri/PR
Leite	15 mil litros/dia	Coopereste/SC
	10 mil litros/dia	Coanol/RS
	8 mil litros/dia	Coagri/PR
	1 mil litros/dia	Porto Alegre/RS

lo", aponta Stédile. "O Fernando Henrique, com esta mesma avaliação, sabe que com este clima de tensão social, se houver movimentos sociais que se organizem e decidam lutar, o governo estrará num beco sem saída. Ele percebeu que o Movimento dos Sem Terra, apesar de pequeno e de representar pequena parcela da população brasileira, é uma entidade perigosa, porque somos um exemplo de organização e podemos nos transformar no estopim do barril de pólvora que é o Brasil. Com aquela sua declaração contra o MST, FHC está orientando os organismos repressivos a cortarem esse 'estopim'. Não deixem o MST atuar, porque o exemplo dele para os pobres das cidades é muito perigoso - esta é a leitura que

fizemos das intenções do senhor Fernando Henrique Cardoso", define.

Nesta mesma linha de pensamento ele inclui o texto do general aposentado Tasso Vilar de Aquino, publicado em jornal do Rio de Janeiro no mesmo dia 21 de junho, acreditando a UDR a organizar milícias para desbaratar o MST.

"Eu lamento que este tipo de militar ainda tenha uma visão tão atrasada da realidade brasileira. Devia estudar geografia, para entender melhor a realidade de nosso país. O Movimento dos Sem Terra luta especialmente contra a pobreza no campo e contra a desigualdade social. O general deveria explicar para a sociedade brasileira se ele é a favor da pobreza e da desigualdade.

Se é a favor, ele está em guerra contra nós, porque estes são os objetivos que nós almejamos. Espero que ele, apesar de reformado, tenha tempo de aprender um pouco sobre a realidade brasileira, andar aí pelo Brasil para entender por que o MST existe, imaginar por que uma empresa construtora como a CR Almeida, que nada tem a ver com a agricultura, é proprietária de 7 milhões de hectares de terras, por que o Bradesco, que é um grupo financeiro sem qualquer ligação com a agricultura, possui 300 mil hectares de terras, e por que o Bamerindus, antes de ir à falência, tinha 200 mil hectares de terras - o que só veio a público depois que nós ocupamos, pois antes ninguém falava nisso", desabafa.

Encruzilhada de nossa história

O Brasil, segundo Stédile enfrenta um período de profundos questionamentos. "Refletindo o que discutimos dentro do movimento e com outras organizações, o que debatemos com muitos outros companheiros é que o Brasil vive uma encruzilhada histórica, como aconteceu em outras épocas em que os modelos das classes dominantes entraram em crise, como em 1930, com a falência do modelo agroexportador. Depois entrou em crise na década de 80, com o desmonte do processo de industrialização, e agora as elites tentaram implantar esse modelo neoliberal que consideramos destinado a subordinar a economia brasileira ao capital financeiro."

"FHC e Collor aplicaram, nestes oito anos, exatamente tudo o que o capital financeiro queria do Brasil: abriram o mercado, elevaram as taxas de juros, transformaram nossa economia num cassino da economia global. Apesar de terem feito tudo o que a cartilha mandava, a economia brasileira continua em crise. Então, a reflexão que fazemos é que a crise que estamos vivendo não é passageira. Mas uma crise do modelo. Portanto, este coloca o país numa espécie de encruzilhada. As elites perceberam que a crise é grave, mas elas também não têm uma saída. O que estamos assistindo é que o setor mais direitista - tipo o PFL de Bornhausen - propõe que a saída da crise seja a

aceleração da subordinação, com a privatização da Petrobras, do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal, a dolarização da economia e a entrada do Brasil na Associação de Livre Comércio das Américas (Alca). Já outros setores das elites discordam desta proposta e começam a debater entre eles. É o caso do Antônio Carlos Magalhães, que percebe que isso não é boa saída. Estão acenando com o parlamentarismo, puxando o saco dos empresários do Rio, o PMDB faz propostas, sempre muito dúvida e oportunista, que às vezes se comporta em proveito próprio e às vezes critica FHC", avalia o coordenador do MST.

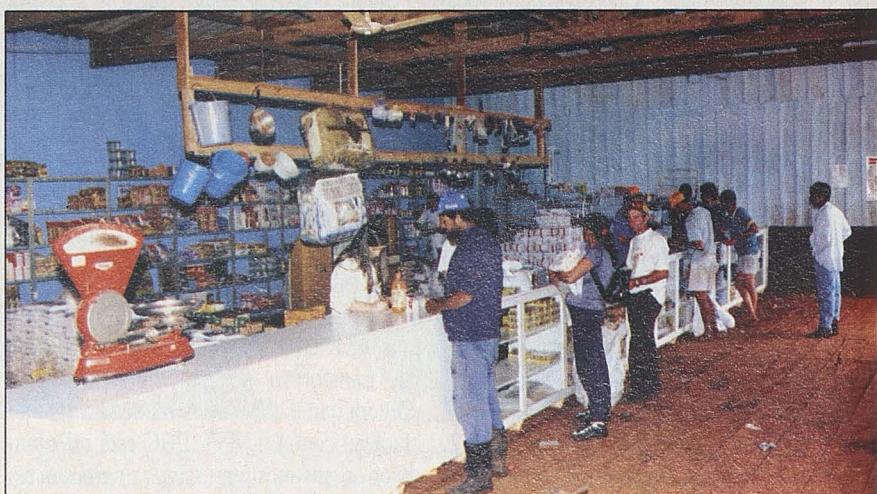
Stédile considera que as oposições, neste quadro, têm diante de si um desafio profundo. "Nós vivemos um desafio muito grande. Há uma parte da oposição - onde há setores de todos os partidos - que sonha unicamente com uma derrota eleitoral do governo. O caminho eleitoral não significa a possibilidade de derrotar, de fato, os inimigos. Isto porque, infelizmente no Brasil, as eleições se transformaram num grande comércio, quando as elites usam seu poder econômico para manipular a opinião pública, comprar votos e, de maneira alguma, as eleições são sinônimo de democracia em nosso país. Então, se fiar apenas na baixa popularidade de FHC e achar que as oposições vão derrotá-lo eleitoralmente, num calendário mágico, conquistando primeiro as

prefeituras e depois os governos estaduais e a presidência da República, achamos que isso é muita ingenuidade."

Mobilização social

"O caminho que as oposições deveriam tomar seria o de estimular a mobilização social: botar o povo na rua. Mas não só o povo na rua para protestar contra FHC, mas aproveitar esta complexidade da conjuntura que nós vivemos para discutir com a população outro projeto popular, nacional e alternativo, para o Brasil", sugere. "Nós temos feito estas experiências no interior, reunindo os companheiros, reunindo as entidades e discutindo qual é o Brasil que o povo quer, qual o Brasil que nós queremos, e é impressionante a forma como a população participa. O povo quer discutir outro caminho. Ele percebe que a alternativa não é só mudar o nome", assinala Stédile.

"Então, temos refletido sobre isso: precisamos derrotar politicamente o governo FHC, cujos desdobramentos ninguém sabe - pode ser renúncia, *impeachment*. Todos os juristas já comprovaram as improbidades que levariam ao *impeachment*, se nós vivessemos numa democracia. Os desdobramentos não interessam, quando se fala em derrotar politicamente FHC. Ao mesmo tempo, é preciso ir discutindo com a população a construção de outro projeto popular



Armazém de um assentamento paranaense mostra que a reforma agrária criou novos produtores e novos consumidores, encerrando o ciclo de miséria para mais um grupo de brasileiros

Sem-terrinhos do campo unidos a sem-terrinhos urbanos: o grito infantil contra o desmazelo social marca o aprofundamento da luta conjunta dos excluídos urbanos e rurais

que realmente resgate a reorganização de nossa economia, primeiro para enfrentar os graves problemas estruturais que nós temos e, segundo, para que nossa economia funcione para resolver as necessidades básicas de nosso população - para garantir coisas simples: trabalho para todo mundo, escolas para todos, saúde para todos, casa para todos, e, no interior, uma terra para trabalhar. Esta é a avaliação que fazemos hoje e este é nosso esforço: botar o povo na rua e discutir com o povo um projeto alternativo para o Brasil."

MST e a opinião pública

A opinião pública nacionaial tem ampliado sua compreensão em relação à luta do MST - esta é a avaliação de João Pedro Stédile, que considera este fato como de importância capital para o movimento. "Lutadores históricos das causas populares - como Francisco Julião, Neiva Moreira, Clodomir de Moraes, Lindolfo Silva, o velho Müller do Rio Grande do Sul, que foi um dos fundadores do Master (movimento dos sem-terra nos anos 60) - esses velhos lutadores pela reforma agrária sabem o que era lutar naquela época: era coisa de comunista, era ser demônio em país cristão. Já hoje todo mundo se pergunta por que não fizeram ainda a reforma agrária. Podem até reclamar que somos muito aguerridos, muito radicais, mas não existe um cidadão de consciência neste país que não seja a favor da reforma agrária", constata.

"Então, a opinião pública brasileira consciente mudou completamente nos últimos 30 anos. Por isso, como existe o monopólio dos meios de comunicação no Brasil, o governo procura utilizar a informação contra nós.

Mas nós temos uma vantagem: nossa luta é justa. E quando a causa é justa, por mais que lancem mentiras contra ela, dia mais dia a verdade prevalece. Como dizia Bertold Brecht, a verdade é filha do tempo, não da autoridade. A autoridade pode mentir, pode inventar o que quiser. Mas, ao longo do tempo, a verdade aparece. Nós temos a justiça da causa ao nosso lado. Vamos ganhar", diz, confiante.



Stédile chama a atenção para uma prova da mentalidade popular - a solidariedade que o MST encontra em toda parte. "Por mais que inventem contra nós, que nos ataquem pela tevê, pelos jornais, é impressionante como os pobres se solidarizam conosco nas marchas, nos acampamentos.

Temos hoje 499 acampamentos no Brasil inteiro. São focos de resistência dos pobres que não aceitam mais a pobreza. E como resistem há tanto tempo estes acampamentos? Simplesmente, porque são alvo da solidariedade. Se a opinião pública fosse contra, se a população não apoiasse, não resistiríamos duas semanas. Estes acampamentos só sobrevivem porque existe uma base solidária na sociedade."

Nas cidades

O coordenador do MST vê diferenças no nível de organização no campo e nas cidades. Nestas, a pobreza bate tão fundo quanto no campo e às vezes até mais. Essa massa urbana, porém, não demonstra coesão, embora numericamente seja muitas vezes superior aos camponeses.

"A desorganização do pobre urbano, que não se agita, apesar de tanto sofrimento, decorre, primeiro, de um fato objetivo. O migrante que vem para a cidade se desenraíza culturalmente. Ele demora anos para confiar nos vizinhos, não é como no interior, onde a pessoa se cria numa mesma comunidade, onde todos se conhecem e confiam um no outro. Na periferia das cidades, um é inimigo do outro. Ninguém se identifi-

ca com o outro, pois um é de Minas, outro de Pernambuco, um terceiro do Maranhão, e o quarto é gaúcho, e assim por diante. Vivem em periferias que se transformaram em depósitos de pobres. Demoram muito tempo a criar laços. Esta é uma razão objetiva."

"Existe também a razão subjetiva e esta é culpa nossa, da esquerda - partidos, sindicatos e igrejas. Neste país se deixou de fazer trabalho de base, o que se fazia na época da ditadura. Que trabalho de base é esse? É aquele que exige a paciência do militante de ir à casa das pessoas, fazer a reuniãozinha no bairro, na paróquia, na fábrica.

Hoje, a esquerda caiu na boa vida de distribuir panfletos e achar que o povo vem. Panfleto é instrumento de agitação, não de conscientização. Há necessidade de ter organização na base, que unifique as pessoas, para depois sair a mobilização. É ingenuidade achar que distribuir panfletos na Central do Brasil vai trazer o povo.

Se não houver uma organização de base lá onde ele trabalha, estuda ou vive, ele não vem.

Sem querer ensinar o padre a rezar missa, tenho dito que se quisermos organizar grandes mobilizações, é preciso retomar o trabalho miúdo de base, que visita o sujeito, que entrega o papel, que cria laços, que estabelece a organicidade daquele grupo de pessoas, daquele grupo de famílias, daquele grupo de trabalhadores.

O povo está doido para brigar", finaliza João Pedro Stédile.

O que faz o MST

Terra para 250 mil famílias

Coragem para a ocupação é uma das marcas do Movimento dos Sem Terra. Este é o aspecto que o aureola no meio dos simpatizantes e que o sataniza nas fileiras da longa lista de adversários - o governo, os donos de fazendas improdutivas, grileiros e parte da opinião pública ainda não-esclarecida sobre as imensas distorções agrárias no Brasil.

Mas o MST não é apenas coragem, demonstra também muita organização e exibe números que apontam sucesso na produção. Os assentados do MST produzem soja, arroz, leite, carne, sementes selecionadas, frutas, café e hortaliças, entre outros itens, fornecendo para os mercados regionais. Assim, nada mais falso do que imaginar um assentado do MST como alguém que apenas vai produzir precariamente para sua própria família.

Segundo João Pedro Stédile, os assentamentos do MST logo se tornam centros de produção e talvez seja este o aspecto que mais incomode os partidários do latifúndio. Afinal, não há pior denúncia contra o latifúndio do que torná-lo produtivo pelo trabalho de famílias antes na miséria. Não há maior defesa da bandeira da reforma agrária do que mostrar seus efeitos positivos: emprego, produção, renda, fixação do homem rural em seu meio - no seu próprio pedaço de terra.

Esta é a revolução silenciosa que não tem despertado a atenção dos meios de comunicação, mais mobilizados para mostrar a luta pela terra como um conflito desestabilizador e, portanto, condenável, queixa-se Stédile.

Abaixo, reproduzimos trecho de um documento do MST, onde se resumem dados de produção e do projeto educacional criado pelo movimento. É importante notar a rede de apoio técnico e científico que ampara os sem-terra - inclui de profissionais preciosos, como agrônomos, a instituições,



A Coagri está produzindo e mostrando que a reforma agrária dá certo e dinamiza um processo de inclusão social e econômica, além de estender a cidadania efetiva para a gente do campo. Mais de 12 milhões de agricultores aguardam ainda a oportunidade e lutam por ela

como universidades e o Unicef/ONU, envolvidas em projetos diversos com os assentamentos espalhados pelo Brasil.

2.600 assentamentos

"O MST surgiu no final da década de 70, a partir de lutas isoladas pela terra no Sul do Brasil, apoiado pelas pastorais sociais da Igreja Católica e Luterana, bem como do sindicalismo progressista e combativo.

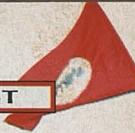
Hoje o MST é um movimento nacional e está organizado em 23 estados do Brasil. Com sua luta e com o apoio de diversas organizações da sociedade, conquistou terra para cerca de 250 mil famílias, em 2.600 assentamentos. Numa realidade onde vivem 4,8 milhões de famílias sem terra, e a propriedade altamente concentrada, 20% dos proprietários detêm 48% das terras.

Mas o MST, além de fazer a luta pela terra, atua em uma diversidade de áreas, com indicadores de resultados surpreendentes, como demonstraremos a seguir.

1. Na produção, 700 municípios beneficiados

Nos assentamentos funcionam cerca de 400 associações de produção, comercialização e serviços, 49 Cooperativas de Produção Agropecuária (CPA), que envolvem 2.299 famílias associadas, 32 Cooperativas de Prestação de Serviços com 11.174 sócios diretos, duas Cooperativas Regionais de Comercialização e duas Cooperativas de Crédito, com 6.113 associados. Desenvolvemos 96 pequenas e médias agroindústrias, que processam frutas e hortaliças, leite e derivados, grãos, café, carnes e doces.

Estes empreendimentos econômicos do MST estão gerando emprego, renda e impostos que beneficiam indiretamente cerca de 700 pequenos municípios do interior do Brasil. Para desenvolver a produção, o MST criou o Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA), que articula e coordena as demandas do setor de produção. Seja na formação de técnicos, seja no acompanhamento de gesto das cooperativas, estu-



Educação premiada

dos de mercado e de viabilidade econômica dos investimentos.

Atualmente, trabalham nos assentamentos cerca de 450 técnicos.

Depois de várias ocupações do Incra e de muita pressão, estes técnicos (agronomos, técnicos agrícolas e assistentes sociais) foram contratados pelo órgão, mas selecionados e coordenados pelo MST (nos assentamentos ligados ao movimento).

2. Na educação, mil escolas, 75 mil alunos

Estudam, nas 1000 escolas públicas dos Assentamentos, 75 mil crianças (de 1^a a 4^a séries), e o Setor de Educação do MST articula os 2.800 professores, que são pagos pelos municípios, desenvolvendo uma pedagogia específica para as escolas do campo.

Atua em quatro frentes: (I) Ciranda Infantil (creches em alguns assentamentos), (II) Ensino Fundamental (1^a a 4^a séries) (III) Educação de Jovens e Adultos (são 8 mil alfabetizandos com 600 monitores) e (IV) Capacitação de Professores (Magistério e Pedagogia em parceria com Unijuí-RS, Ufes, UFPB, UFMS, UFRGS...).

Atualmente, são mais de 50 universidades que apóiam a educação no MST, através de intercâmbios, pesquisas ou participações pontuais. Em julho de 98 realizou-se, em Brasília, em conjunto com a CNBB, Unesco, Unicef e MST, a 1^a Conferência Nacional de Educação Básica do Campo.

Está em andamento, no Rio Grande do Sul, um Curso de Pedagogia, com 55 professoras de assentamentos, de dezessete estados do Brasil, aberto especialmente para professores do Movimento dos Sem Terra.

Ainda no Rio Grande do Sul, criou-se, pela primeira vez, uma Escola Itinerante para acompanhar as crianças dos acampamentos que mudam constantemente de lugar, por conta dos despejos freqüentes. Foi uma conquista das crianças. É a escola indo onde a criança está".

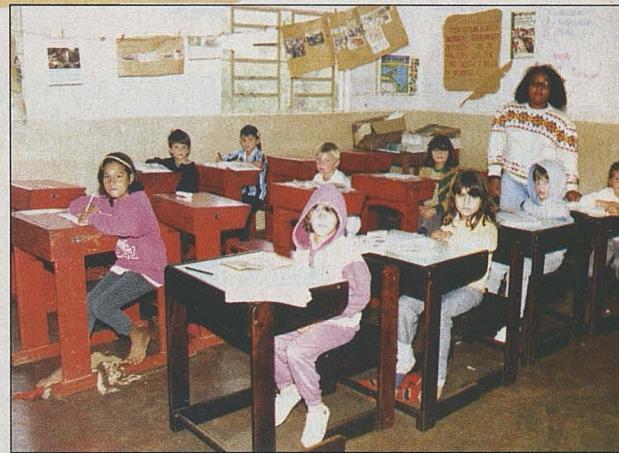
OMovimento dos Sem Terra incorporou à sua missão a responsabilidade de promover a educação dos sem-terra, um aspecto em geral muito prejudicado nas condições da vida rural.

Atualmente, são 1.000 escolas que atendem a 75 mil crianças e sete mil adultos, uma façanha ainda pouco conhecida do grande público. No entanto, já chama atenção de quem se interessa pela questão educacional brasileira e pelo tema da cidadania.

O modelo escolar do MST segue o método do educador Paulo Freire e conta com a parceria de diversas universidades, além do Unicef e da Unesco.

Os resultados estão levando o MST a receber, no próximo dia 16 de agosto, o Prêmio Direitos Humanos, concedido pelo Centro Alceu Amoroso Lima para a Liberdade e a Democracia, entidade ligada à Universidade Cândido Mendes, do Rio de Janeiro.

O prêmio destina-se a distinguir personalidades pelo trabalho humanitário e, pela primeira vez, foi concedido a um movimento social, em razão da expressividade do projeto de educação empreendido pelo MST nos acampamentos e assentamentos.



A educação é fonte essencial do projeto de reforma agrária do MST, que atende a 75 mil alunos e é feito em parceria com diversas universidades e entidades como o Unicef e a Unesco, da ONU. A qualidade premiou o projeto



Acima, final de mais um curso de aperfeiçoamento de professores do MST oriundos de 23 estados, realizado em Brasília. Abaixo, reunião de monitores de alfabetização de adultos



As águas do São F

Pode sair do papel um projeto que data de 1845

Memélia Moreira

Atransposição das águas do rio São Francisco para irrigar os estados castigados pelas estiagens, sonho dos nordestinos desde a seca de 1845, está saindo do papel e pode se transformar na primeira grande obra da engenharia brasileira do século XXI. O Congresso Nacional aprovou, no último dia de trabalho antes do recesso, a inclusão do projeto na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e, a partir de agosto, a bancada da região coordenada pelo deputado Marcondes Gadelha (PMDB-PB) começa a se mobilizar para garantir os recursos estimados em US\$ 1 bilhão, dos quais 700 milhões para a primeira fase.

A idéia é retirar cerca de 100 milímetros cúbicos/hora das barragens de Sobradinho e Itaparica, o que representa 3% da vazão regularizada por Sobradinho, em valor inferior à precisão de medição da vazão que é de 5%. A área a ser atingida insere-se na região de maior criticidade climática, onde a incidência de seca é superior a 80%, ou seja, uma área na qual o ecossistema está tão fragilizado que leva os técnicos em irrigação a afirmar que é de "seca permanente".

De acordo com estudos do 1º Grupamento de Engenharia de Construção do Comando Militar do Nordeste, o projeto visa retirar água do rio São Francisco à altura da cidade de Cabrobó (PE), situada à jusante da barragem de Sobradinho e transferi-la para os estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, além de algumas bacias afluentes do São Francisco, ainda em Pernambuco.

Recentemente, foi incluída no projeto uma segunda captação de águas no lago da barragem de Itaparica. Afirma o estudo dos engenheiros militares que a transposição vai engrossar as bacias dos rios Salgado e Jaguaribe, no Ceará, Apodi e Piranha-Açu, no Rio Grande do Norte, Piranhas, na Paraíba, Brígida, Terra Nova São Pedro e Moxotó, em Pernambuco.

Com este novo desenho do "velho Chico", chamado de rio da integração nacional, estará garantida, informam os estudos de engenharia, "o suprimento d'água necessário para áreas absolutamente estratégicas para o desenvolvimento dos estados beneficiados".

Estados beneficiados

Os principais benefícios para o Ceará surgem logo na capital, Fortaleza, sujeita a risco de colapso dos açudes Castanhão e Canal do Trabalhador. O projeto brindará abastecimento seguro não apenas para a cidade mas também para o Complexo Portuário de Pacém, onde está sendo implantado um polo industrial, além das cidades litorâneas, de importante valor turístico.

Para o Rio Grande do Norte está previsto o abastecimento de mais de 30 cidades, localizadas na área de influência dos rios que serão perenizados com a transposição das águas.

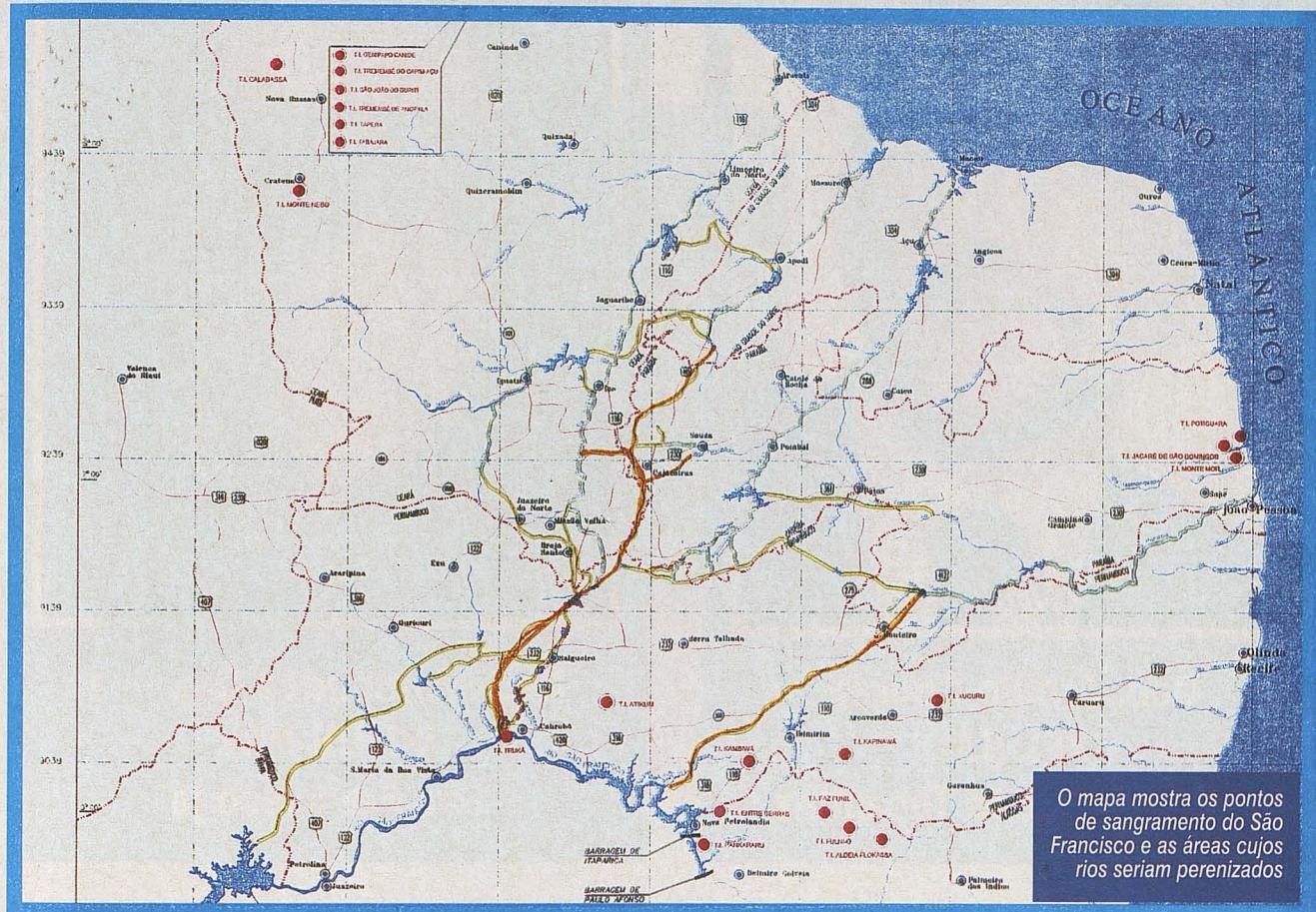
Na Paraíba, o projeto prevê o abastecimento de mais de 70 cidades, entre elas, Campina Grande e a região do Cariri, estabilizando ainda a exploração agrícola das áreas atendidas pelo sistema de irrigação Coremas-Mãe D'água. O mesmo ocorrerá em Pernambuco, onde 20 municípios devem ser beneficiados pela obra. No total 188 municípios deixariam de viver o fantasma da seca que, segundo o trabalho do Comando Militar do Nordeste, se agravará a partir do fenômeno La Niña.

Um século

O primeiro estudo para a transposição das águas do São Francisco datam de 1845, quando a seca dizimou 70% do gado bovino da região. Foi em 1847 que o deputado cearense Marcos Antonio de Macedo elaborou um projeto indicando "inevitabilidade" de um canal do São Francisco para os rios Jaguaribe e Boqueirão do rio Salgado. Durante muitos anos, Macedo defendeu este projeto até que, na seca de 1877 e 1879, o imperador Dom Pedro II resolveu adotá-lo, gerando fortes reações entre os parlamentares do sul do país, contrários à iniciativa, apesar da notícia de que a seca matara 500 mil pessoas em três anos. Dom Pedro cedeu e adotou a solução que vem sendo usada até hoje: exportou os nordestinos para a Amazônia.

Neste século e meio, nada mudou na paisagem da região e o assunto volta a ser tema de grandes debates na Câmara, onde o deputado Marcondes Gadelha jogou todas as suas cartas para que o projeto fosse incluído na LDO. O parlamentar paraibano disse estar convencido de que "esta é a única solução viável para o ominoso déficit hídrico da região; tudo o mais é paliativo e ilusório".

São Francisco vão rolar



Gadelha, que transformou seu projeto em bandeira da campanha para a Câmara, disse também estar convencido de que se a região continuar "entregue aos caprichos da natureza, vão agravar-se mais ainda os problemas e o Nordeste nunca mais fechará sua equação hídrica, ou seja, a demanda jamais será alcançada pela oferta".

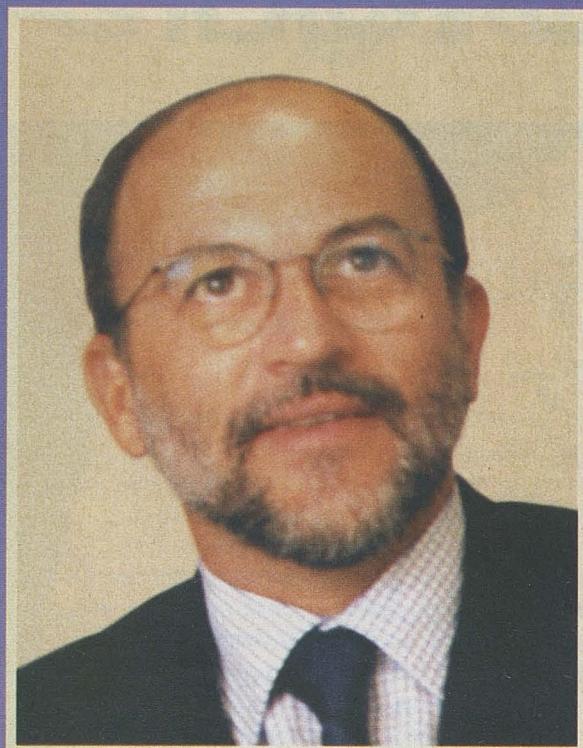
A alternativa do Tocantins

O deputado Aroldo Cedraz (PFL-BA) também defende a irrigação do Nordeste por transposição de águas, mas sua tese inclina-se pelo rio Tocantins, um dos afluentes do rio Amazonas. Mas, segundo estudos preliminares de ecologistas, a iniciativa traria mais problemas ambientais do que a transposição do São Francisco. O custo do desvio das águas do Tocantins está avaliado

por técnicos do Ministério de Minas e Energia em menos de US\$ 550 milhões.

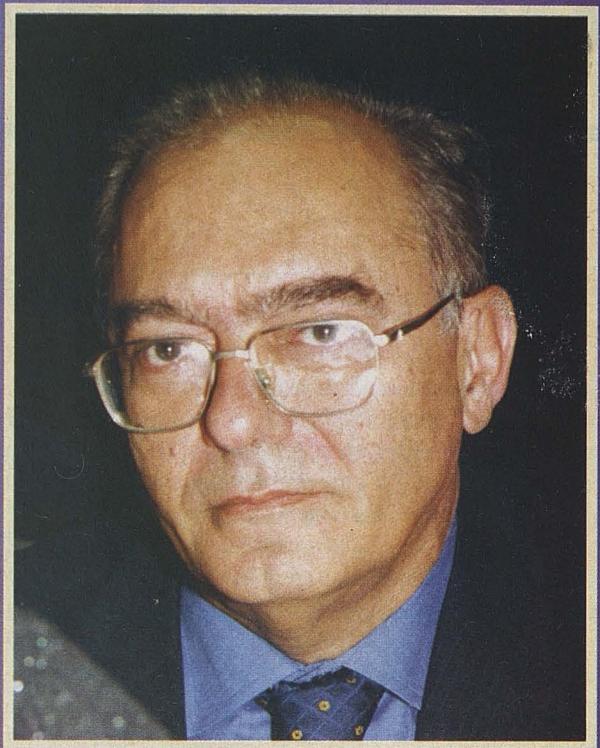
O fato é que o abastecimento de água do Nordeste transformou-se em tema de grandes debates entre os parlamentares da região e, ao contrário do século passado, quando a bancada sulista se manifestou contrária às obras, desta vez ainda não houve manifestações públicas rejeitando a proposta. Até o próprio presidente da República reconhece a necessidade do projeto e seu ex-secretário de Políticas Regionais, Fernando Catão, já havia iniciado os estudos de viabilidade da transposição das águas.

Empenhada na realização da obra, a Secretaria da Agricultura, Irrigação e Abastecimento da Paraíba já tem pronto os estudos para transformar a região de Várzeas de Souza em polo agroindustrial com distribuição fundiária variada no total de cinco mil hectares assim distribuídos: duas parcelas de 300 hectares des-



**Dep. Aroldo Cedraz
(PFL-BA):
a alternativa do Tocantins**

Fotos: CEDOC



**Dep. Marcondes Gadelha
(PMDB-PB):
São Francisco já**

tinadas a grandes produtores, 30 de 40 hectares a médios; 100 de 15 hectares a técnicos agrícolas e 170 de dez hectares para pequenos produtores.

Na defesa do projeto, o deputado Raimundo Gomes de Matos (PSDB-CE), integrante da Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior e relator da subcomissão especial de acompanhamento do projeto de transposição das águas do rio São Francisco, sustenta a tese de que a transposição vai garantir "um melhor aproveitamento dos recursos hídricos das próprias bacias receptoras, uma vez que serão reduzidas as perdas por evaporação e sangramento nos principais açudes beneficiados". Isto significa que nos períodos de

estiagem os reservatórios de maior porte devem apresentar um índice satisfatório de acumulação de água, ao contrário do que ocorre hoje em dia.

A obra, que transformará a paisagem do Nordeste, ainda não mereceu um estudo de impacto ambiental, que deve ser feito pela Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente. Este estudo "é fundamental" mas não deve inviabilizar a projeto, disse Gadelha lembrando que o pleno desenvolvimento da Europa e dos Estados Unidos só foi possível com a construção de grandes canais que fortaleceram o setor agrícola e permitiram a sobrevivência humana em áreas quase desertas. Além de empresas particulares, o 1º Grupamento de

Engenharia de Construção do Exército poderia participar da realização da obra. O artigo 142 da Constituição determina, entre as atribuições das Forças Armadas, o papel de cooperar com o desenvolvimento nacional e com a defesa civil. Para isso, este grupamento já promoveu seminários e debates sobre o problema da seca e a necessidade de se construir estes canais que, segundo os militares, são de interesse da "nação inteira". O ministro Fernando Bezerra, do recém criado Ministério de Integração Nacional apoia decididamente o desvio do São Francisco para o Nordeste e anuncia que as obras do projeto começarão no início do ano 2000. O senador Antônio Carlos Magalhães não apóia o projeto. ■

O lixo na

TV



Deputada Maria Elvira: a cultura do erotismo e da violência

Acada 60 minutos, as crianças assistem, diante da televisão, a 20 crimes. Este percentual se refere apenas aos filmes de desenho animado. A pesquisa foi feita pela Organização das Nações Unidas em seis canais abertos de televisão no país. De cada cem crimes, 70 são lesões corporais e os 30 restantes são assassinatos dos quais 34% inteiramente gratuitos. Na maioria dos casos, não há polícia e o crime fica impune. E, de acordo com a mesma pesquisa, as crianças ficam, em média, três horas por dia vendo televisão. Com estes dados em mãos, a deputada Maria

Elvira (PMDB-MG), presidente da Comissão de Educação da Câmara, reinicia os trabalhos do segundo semestre propondo a criação de uma subcomissão para analisar programas da televisão brasileira que, segundo a deputada, se constituem em verdadeiro "lixo", responsável, inclusive, pelo crescente comportamento de violência que vem se propagando nas escolas. Ela citou, entre outros exemplos, o apelo ao erotismo infantil que se banalizou nos programas de domingo, quando toda a família está reunida e que, segundo a deputada, constitui-se em uma violência menos explícita mas tão danosa quanto os assassinatos e extermínios mostrados

**Deputada denuncia
o erotismo e a
violência que
prejudicam a
nossa infância**

pela telinha. Maria Elvira manifestou sua indignação afirmando estar preocupada "com o lixo que estamos recebendo nas nossas casas todos os dias, dentro da luta pelo ibope, da luta por faturar mais, com comerciais mais caros e de ter os melhores anunciantes. As nossas crianças, a nossa família, a nossa cultura, a nossa educação, está sendo prejudicada pela péssima qualidade de programas de nossa televisão". Por esta razão, ela propôs ao ministro das Comunicações, Pimenta da Veiga, uma parceria do Legislativo e Executivo para a análise dos programas televisivos para que a sociedade tenha o controle dos veículos de comunicação.

De acordo com Maria Elvira, a violência tem como principais fatores a saúde, distribuição de renda, educação. E no capítulo educação, "os meios de comunicação são fundamentais e o que eles têm feito é criar uma cultura de violência".

Disse ela que estamos entregando a "terceiros uma concessão pública que é nossa, que pertence ao povo brasileiro e esses veículos estão sendo usados para deseducar nossas crianças. Gastamos um dinheiro imenso para buscar uma boa qualidade de ensino de primeiro grau, de segundo grau, universitário e ensino fundamental e vem a televisão deseducar, quer dizer, vem destruir todo o trabalho que nós, educadores, temos tentado fazer neste país. Por isso, estamos tão preocupados com o caráter lesivo dos nossos programas de televisão".

Importação

O acompanhamento dos programas de televisão já vem sendo praticado em diversos países mas, segundo a deputada mineira, "no Brasil, ele não existe e nossas emissoras estão importando programas de extrema violência, produzidos, principalmente, nos Estados Unidos e no Japão, porque a violência é um produto comercial, é barata e dá lucro".

A TV Record importou, recentemente, o desenho animado japonês "Pokemon". Este mesmo desenho provocou o internamento de 12 mil crianças nos hospitais por causa de uma cena em que aparece um raio de luz que provocava convulsões, vômitos e perturbações visuais.

Na mente infantil

No seu livro *A criança e a TV*, a educadora Raquel Soifer enumera algumas perturbações ocasionadas pela televisão na mente infantil.

Segundo a educadora, crianças que ficam horas em frente à televisão têm dificuldades de aprendizado, com deficiente organização intelectual, desatenção, disgrafia (dificuldades ortográficas), dislexia (dificuldade na leitura) e discalculia (dificuldades nas operações aritméticas). Estes problemas ocorrem com programas comuns.

Além destes prejuízos que afetam a educação da criança, os canais de televisão partiram, nos últimos anos, para uma verdadeira corrida de banalização do sexo. São danças sensuais, crianças quase nuas mostradas em programas infantis, as "tiazinhas" com seus chicotes e, agora, a grande campeã de audiência, Babi, da MTV Erótica, que há um ano é líder de audiência entre jovens de 13 a 21 anos. E o programa de auditório do Raul Gil, que elege crianças sósias de Carla Perez - que ficou famosa exibindo um rebolado supostamente erótico - e Tiazinha, que vulgarizou o sadomasoquismo.

Estes programas serão analisados pela subcomissão a ser criada na Comissão de Educação porque provocam a sexualização precoce responsável, entre outros, pelo alto índice da gravidez de adolescentes que vêm recebendo informações sobre um assunto tão importante e sério como a questão sexual apenas pela televisão. E as emissoras têm como principal eixo de suas programações diárias destinadas aos jovens, e nos filmes enlatados, o trípê sexo, violência e sensacionalismo.

O mais grave, lembra ainda Maria Elvira, é que, novamente, "as camadas mais pobres da população são a principal vítima destes programas deseducadores porque famílias de classe média e alta têm acesso às TVs a cabo que, embora ainda não sejam o ideal, mostram interesse em apresentar assuntos educativos, filmes de boa qualidade e boas informações".

Também a Internet

Se não bastasse o problema da televisão, que pode ter controle social, a Comissão de Educação deve enfrentar um problema que já vem afetando os países europeus. Trata-se da Internet. O computador também vem sendo responsável pela exploração sexual de crianças. Segundo dados da ONU, mais de um milhão de fotografias de crianças entre oito e 12 anos praticando sexo explícito estão disponíveis aos navegantes da Internet. Em 98, a "Operação Catedral", maior investigação deste crime cibernético já realizada no mundo, prendeu 96 pessoas responsáveis pela distribuição deste material. Oitenta presos são europeus.

Impor um código de Ética para os provedores da Internet é mais um desafio. Nos países do Primeiro Mundo os próprios provedores estão se movimentando para reduzir a exploração da pedofilia mas ainda não há um mecanismo seguro contra mais esta exploração infantil. No Brasil a discussão ainda está restrita a poucos círculos.

A deputada Maria Elvira sabe que o controle dos programas de televisão vai provocar iras dos patrocinadores e críticas daqueles que não aceitam uma fiscalização alegando a questão da censura mas está disposta a enfrentar o problema porque considera "insuportável o nível de violência que atingimos".

Algumas das sugestões já encaminhadas à deputada serão estudadas na Comissão de Educação. Entre estas, encontra-se a fabricação de aparelhos de televisão dotados de um *chip* que apaga a televisão quando são mostradas cenas de violência e sexo. Este mecanismo já foi adotado nos Estados Unidos.

Outra proposta toma como exemplo as campanhas promovidas na Europa, onde as donas de casa se organizam para sabotar produtos anunciados em programas que desrespeitam os limites da Ética.

Senado: condenação do abuso

O tema da pornografia e violência na TV passou a ser uma preocupação nacional, que se reflete na mídia.

Alguns quadros que apareceram na tela nas últimas semanas chocaram profundamente áreas importantes da sociedade brasileira e foram objeto de editoriais e reportagens.

Um dos quadros amplamente questionados, foi divulgado no Programa do Ratinho e apresenta a cena de uma produção tailandesa com uma mulher nua fumando pela vagina e o ânus.

Numa cena de Pegadinha no programa do apresentador Sergio Mallandro, numa falsa briga com outros figurantes, o ator Hamilton Tadeu disparou o revólver com bala de festim, segundo a produção, para assustar as pessoas. Esse se deu mal, um telefonema anônimo chamou a polícia e o ator foi detido e está sendo processado.

Outra denúncia nos jornais refere-se à novela Andando nas nuvens, da Rede Globo. Um figurante abria as pernas de uma menina para fazer sexo com ela. Enfim, são inúmeros os casos dessa natureza.

A Subcomissão de Rádio e TV da Comissão de Educação do Senado, presidida pelo senador Pedro Simon (PMDB-RG) está fazendo uma pesquisa sobre o tema. Noventa por cento das respostas condenam o abuso do sexo e violência na TV.

O Jornal do Brasil, em editorial com o título "Balas de festim", declara: "Em seus quase 50 anos de existência, a televisão brasileira resistiu a várias crises e sobretudo ao autoritarismo explícito, ao cabo dos quais completou a volta de 360 graus sobre si mesma. Evolui tecnicamente, mas permanece no mesmo lugar em matéria de ética e moral.

A lógica do horário nobre é simples: palavrão + sexo + baixo nível, tudo ponteado pelo bizarro dos noticiários que concorrem com programas de auditório forjados do primeiro ao último minuto.

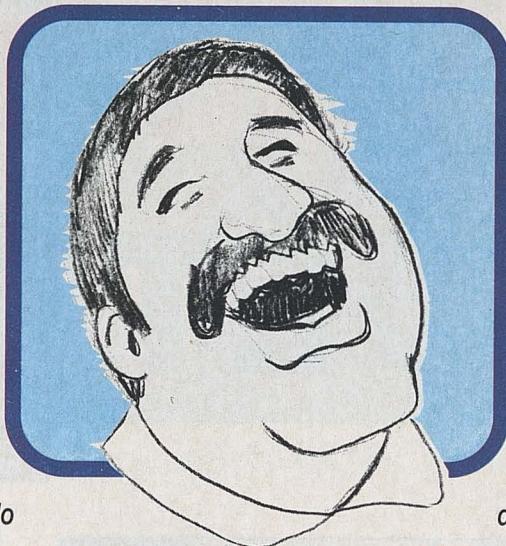
A programação tipo valedinho e as concessões que transitam por baixo do poncho de umas mãos para outras são o retrato sem retoque da televisão na era do Código de Ética da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert).

Ao que foi noticiado, as emissoras de televisão haviam se comprometido com o governo de evitar esses excessos mas não cumpriu.

O secretário nacional de Direitos Humanos, José Gregori, fixou para o dia 30 de setembro próximo o prazo para que as redes de televisão brasileiras elaborarem o seu próprio Código de Ética.

"Se não houver entendimento, teremos que abrir um capítulo na Lei de Comunicação de Massas para mostrar como a televisão deve tratar desses problemas", afirmou. Esse projeto de lei será em breve enviado ao Congresso pelo Poder Executivo.

Gregori considerou insuficiente o projeto de Código de Ética que vem sendo elaborado pelas TVs, que não especifica quais as penalidades a serem aplicadas quando houver transgressão às normas. ■



'Ratinho', visto por Jair Costa

Triste balanço de um meio de comunicação que vestiu a camisa da cultura de massa e, à custa de oligopólios e distribuição insana de canais, praticou tudo, menos cultura de massa." E acrescenta: "O balanço da televisão brasileira é decepcionante. Tudo culminou na "guerra de audiência" em que a própria alma está à venda numa peleja de ratos, leões e malandros.

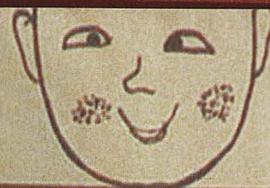
Mesmo à luz da ciência que estuda a conduta moral na biologia e na medicina, a interrupção da gravidez continua polêmica

ABORTO E BIOÉTICA



Márcia Schmidt

MC.F., solteira, portadora de lepra (hanseníase), tratava-se em segredo. Engravidou quando tomava talidomida (ver *cadernos do terceiro mundo* nº 44) e foi avisada de que estava gerando um filho malformado. Pediu autorização judicial para realizar um aborto amparado pela lei. O juiz negou-lhe o alvará de licença e o seu caso foi divulgado pela mídia. M.C.F. perdeu o emprego, prostitui-se para arumar dinheiro e submeteu-se a um aborto clandestino."



DEIXEM-NOS VIVER !

TENOS ESSE DIREITO !



Casos como o de M.C.F. mostram a fragilidade da legislação brasileira sobre aborto - que induz a prática clandestina, - a ética duvidosa da imprensa e o problema da prostituição atrelada à falta de oportunidades de emprego.

Os dados são alarmantes. A ONU aponta a existência de um milhão e meio de abortos clandestinos por ano no Brasil. A cifra praticamente coincide com a estimada pelo boletim *Aborto clandestino, uma realidade na América Latina*: um milhão e 400 mil, com base em várias fontes, inclusive o Sistema Único de Saúde (SUS). Trinta a 40 mil mortes maternas por ano e 25% dos casos de esterilidade feminina estão di-

retamente relacionados a abortos clandestinos.

Embora todos os países desenvolvidos tenham leis pouco restritivas em relação ao aborto, na América Latina, na África e nos países islâmicos ocorre o contrário.

A legislação brasileira só permite o aborto nos casos de risco de vida para a gestante. A lei não prevê a interrupção da gestação por estupro.

A última notificação de penalização de mulheres que tiveram um boletim de ocorrência por terem confessado aborto clandestino foi em Jundiaí (SP), em 1994. A penalização de mulheres por essa prática é uma exceção no

Brasil. Em geral quem é penalizado por homicídio, em caso de morte da mulher que se submeteu a abortamento, é a pessoa que o conduziu.

Dados recentes mostram que existem cinco milhões de agressões sexuais a menores de 10 anos por ano nos Estados Unidos. No Brasil o número de mulheres agredidas é subestimado porque, em geral, os casos não são denunciados. O Hospital Jabaquara, de São Paulo, por exemplo, que atende mulheres de baixa renda, registrou, de 1989 para cá, em quase dez anos, apenas 200 casos de agressão a mulheres.

A pesquisadora da Universidade de São Paulo (USP), Sílvia Pimentel, ana-

lisou 50 casos de violência sexual a mulheres, ocorridos em cinco regiões do país. Ela descobriu que as agressões frequentemente se passam em âmbito familiar. As agredidas são em geral menores de idade; os autores do crime são conhecidos em 70% dos casos e entre eles estão padrastros e vizinhos. Os homens não cometem a agressão embriagados e, na maior parte dos casos, a mãe da menina ou adolescente submetida à violência é conivente, pois é ameaçada pelo agressor. Nessas circunstâncias, ela dificilmente denunciará o estupro.

Anomalia fetal

Casais que têm o infortúnio de um diagnóstico de anomalia fetal também não estão amparados por lei caso decidam pela interrupção da gestação. O médico geneticista e professor da USP, Thomaz Rafael Gollop, assinala que diante de tal diagnóstico os casais em geral se desestruturam.

"Diagnósticos de anomalia fetal realizados com ultrassom oferecem quase 100% de segurança"



Em São Paulo, desde 1989, os juízes estão autorizando a interrupção da gravidez nesses casos, segundo o especialista. "Quando o feto é portador de anomalia grave, é uma tortura para os pais saberem que estão gerando uma criança malformada ou vítima de uma doença genética, que lhe dá pouca ou nenhuma chance de sobrevivência. Os juízes entendem que ninguém pode ser submetido a esse tipo de tortura." Dessa forma, a prática jurídica precedeu, no Brasil, à reformulação do Código Penal.

Em outras partes do mundo, o aborto é legal em casos como esses.

O alvará dado pelos juízes, que sai em poucos dias, permite a internação da gestante em hospital da rede pública ou privada num prazo de cinco a dez dias e obriga os planos de saúde a cobrirem os custos dessas curetagens. Parte das gestações interrompidas é de fetos com anencefalia, displasias esqueléticas graves e aberrações cromossômicas.

Os diagnósticos de anomalia fetal, 50% deles realizados com a ajuda do ultrassom, oferecem uma margem de segurança muito próxima de 100%. Uma pesquisa realizada em São Paulo revelou que, diante de um diagnóstico como esse, 65% dos casais optariam pela interrupção da gestação, 30% não sabem e 4% manteriam a gestação.

Com a experiência de 22 anos de profissão, Thomaz Gollop afirma que a opção de ter um filho deficiente é única e exclusivamente do casal. Pessoalmente, ele é favorável ao abortamento e denuncia a omissão do Estado e dos Planos de Saúde nos cuidados com os deficientes.

"Ao contrário dos países desenvolvidos, que assumem o tratamento e a educação dessas pessoas, no Brasil é a família que cumpre esse papel. Basta ver que todas as fundações das quais dependem os deficientes são privadas: Apae, Fundação do Cego, do Surdo-Mudo, etc."

O médico lembra o caso de uma menina de quatro anos com síndrome de Down que precisava ser operada de uma cardiopatia congênita e o Plano de Saúde negou-lhe a cobertura por tratar-se



justamente de uma anomalia congênita (presente na hora do nascimento).

Mas nem todos os cientistas pensam como Gollop. Eliane Azevedo, professora da Universidade Federal da Bahia, também médica e geneticista, é contra o aborto. E apresenta argumentos baseados na genética e na bioética, ciência que surgiu nos países desenvolvidos na década de 70 para enfrentar os desafios gerados no plano da ética pelo avanço das ciências biológicas. No nosso país, a Sociedade Brasileira de Bioética foi criada em 1995.

Com base na biologia, a médica mostra que não há diferenças na composição genética do recém-concebido e do adulto, visto que a informação genética presente em todas as células do organismo humano é a mesma presente no momento da fertilização (no chamado *zigoto*, que é a união do óvulo com o espermatozóide).

Portanto, na sua opinião, do ponto de vista da genética, o recém-concebido é um organismo completo. Nenhuma informação genética é adicionada nem subtraída para ele se desenvolver até a fase adulta. Não há alternativas biológicas, nem na reprodução natural nem

in vitro, para desenvolver um ser humano, a não ser a partir de uma única célula inicial. "O zigoto é vida humana em início", diz a pesquisadora.

Mas, essa definição do início da vida humana não tem aceitação geral. Muitos cientistas consideram como início da vida o décimo-quarto dia de gestação, por ser essa a data em que ocorre a implantação total do embrião no útero. Para outros é o sexto dia, porque a partir desse momento já se pode saber se a gestação será gemelar ou não. Outros entendem que a vida humana começa na oitava semana de gestação, quando se forma o sistema nervoso, ou seja, quando se inicia a vida cerebral.

Terapia gênica

Há quem entende, como Engelhardt, que existe uma diferença entre pertencer à espécie humana e ser uma pessoa. Como o recém-nascido não tem autoconsciência nem racionalidade não pode ser considerado uma pessoa.

Mas há especialistas, como a doutora Azevedo, que consideram as novas técnicas de correção de defeitos em embriões humanos um reforço da teoria da existência de vida já a partir da concepção.

A terapia gênica - técnica que consiste em implantar genes em embriões, antes do décimo-quarto dia de gestação, para corrigir defeitos presentes no DNA que gerariam doenças no indivíduo depois de nascido - corroboraria a idéia de que existe vida humana no embrião. "A terapia gênica vai diretamente contra a visão da inexistência da vida humana no embrião. A negação dessa presença justifica a prática do abortamento", diz a médica.

Um argumento usado pelos defensores do aborto é que a mulher deve decidir sobre o seu próprio corpo. Azevedo contra-argumenta: "O embrião

feto é independente do organismo materno. Não tem identidade imunológica com o corpo da mãe nem continuidade ou contiguidade com ela.

O corpo materno reage à presença do embrião como o faz diante de um corpo estranho; ela tem apenas 50% dos seus genes iguais aos do ser que está gerando. Os outros 50% vêm do pai. Além disso, o embrião mostra a sua auto-suficiência produzindo a sua própria placenta e promovendo o seu desenvolvimento mesmo em úteros empresados - as chamadas barrigas de aluguel.

O embrião é diferente de um tumor. "As mulheres têm autonomia para remover os tumores uterinos porque é uma parte do seu próprio corpo e não o de alguém em desenvolvimento", afirma.

Eliane Azevedo é da opinião de que os testes de triagem pré-natal para eliminar os fetos com anormalidades fazem com que a condição de "ser sadio" se torne superior à condição de "ser desejado". Por isso, não aceita o aborto mesmo nos casos de fetos malformados.

Com uma visão mais pragmática, o médico e professor da Escola Paulista de Medicina, Marcos de Almeida, entende que além da discussão sobre quando começa a vida humana estão as razões práticas que levam ao aborto.

Se fôssemos um país como a Holanda - que devido a um eficiente sistema de planejamento familiar tem o menor número de casos de gravidez indesejável do mundo (5,5 por mil mulheres em idade reprodutiva) e ainda dispõe de excelente sistema público de atendimento à gestação indesejável - a situação seria outra.

Mas no Brasil o ônus da gravidez indesejada decai sobre a mulher, que não dispõe de um adequado sistema público de saúde. Para Almeida, não existem princípios absolutos tais como "o direito do feto à vida" ou o "direito da mulher de decidir sobre o próprio corpo". Cada caso é um caso e deve ser examinado como tal. "Em termos éticos e mesmo legais deve prevalecer a

tolerância, atendendo ao fato de sermos uma sociedade moralmente pluralista.

A escolha entre abortar ou não deve ser livre. Uma política tolerante contempla as duas posições principais, o direito materno total e os direitos do feto desde a concepção", opina o médico.

Marcos de Almeida afirma que a maior parte das nações outorga à vida do feto menor valia do que à vida do recém-nascido: a pena para quem pratica o aborto é sempre menor do que aquela aplicada a quem mata uma criança já nascida.

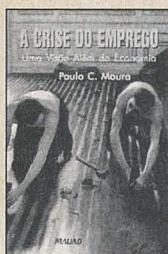
Sobre o filme *Grito do silêncio*, realizado pelo grupo Pró-Vida, que pretende mostrar as reações de um feto de 12 semanas durante o aborto, atribuindo-lhe medo e dor, o médico afirma: "À luz da ciência, um feto de 12 semanas não apresenta conexões no córtex cerebral e, portanto é biologicamente incapaz de sentir



Muitos cientistas consideram como início da vida o décimo-quarto dia de gestação

emoções como medo e sofrimento. A idéia apresentada no filme de que o feto reconhece perigo na ponta da pipeta e tentar escapar dela é absurda", argumenta. E cita um estudo de 1963 do *Jornal de cirurgia e ginecologia*, da Finlândia que investigou a atividade elétrica cerebral de fetos de oito semanas e meia até 22 semanas e meia: nenhuma atividade elétrica foi detectada no córtex, a parte do cérebro responsável pelas emoções.

Postal Norte-Sul



A CRISE DO EMPREGO

Uma Visão Além da Economia

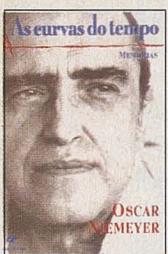
Paulo C. Moura

O novo livro do conhecido consultor de empresas mostra a realidade de hoje no Brasil frente à crise mundial de emprego e ao impacto da globalização. 280 páginas.

Ed. Mauad

Cód. 85-857-5683-7

R\$25,00



AS CURVAS DO TEMPO

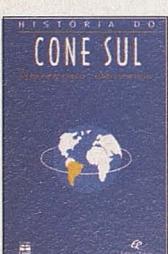
Oscar Niemeyer

Relatos autobiográficos em que o grande arquiteto conta sua trajetória, da infância no bairro de Laranjeiras, no Rio, até os dias de hoje. Ferreira Gullar, que assina a apresentação, afirma que é um livro para se incorporar à história. 296 páginas.

Editora Revan

Cód. 0162

R\$25,00



HISTÓRIA DO CONE SUL

Amado Luiz Cervo e Mario Rapoport (org.)

Coletânea de ensaios sobre a história dos países do Cone Sul, abordando suas relações regionais e sua inserção na economia internacional. 336 páginas.

Editora Revan

Cód. 0159

R\$30,00



A BANALIZAÇÃO DA INJUSTIÇA SOCIAL

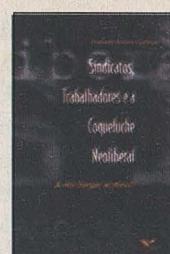
Christophe Dejours

Este livro tem como questão central as "motivações subjetivas da dominação": por que uns consentem em padecer sofrimento, enquanto outros aceitam infligir tal sofrimento? 160 páginas.

FGV - Editora

Cód. 20419-9

R\$21,00



SINDICATOS, TRABALHADORES E A COQUELUQUE NEOLIBERAL: a era Vargas acabou?

Adalberto Moreira Cardoso

A crítica ao processo de desregulamentação, como forma jurídico-política da flexibilidade do sistema de relações de trabalho no Brasil, ganha consciência analítica neste livro que rebate as teses dominantes sobre os "custos de trabalho" como obstáculo para a modernização da economia. 186 páginas.

FGV - Editora

Cód. 85-225-0265-X

R\$27,00



A VITALIDADE SEXUAL DO HOMEM

Uma Abordagem Natural

Michael T. Murray

O autor apresenta a obra com idéias baseadas em sua vasta experiência. Dos mais respeitados naturopatas, Murray também diagnostica distúrbios da próstata, detecta efeitos colaterais de determinados procedimentos e relaciona virilidade e reeducação alimentar aos exercícios físicos e a um programa de combate ao estresse. 188 págs.

Editora Campus

Cód. 20310-0

R\$26,00



A AMERICANIZAÇÃO (PERVERSA) DA SEGURIDADE SOCIAL NO BRASIL

Estratégias de bem-estar e políticas públicas

Maria Lúcia Werneck Vianna

As políticas implantadas no Brasil pela ditadura entre 1964 e 1985 revelaram-se perversas pelo seu caráter antidemocrático. A autora busca identificar os fatores de natureza política que vêm produzindo barreiras para a implantação do modelo universalista que embasa a Constituição de 1988. 256 páginas.

Editora Revan

Cód. 0156

R\$27,00



PRESTES

Lutas e autocríticas

Edição Comemorativa dos 100 anos de Luiz Carlos Prestes

Denis de Moraes e Francisco Viana

Este é o livro para o qual, em vida, Luiz Carlos Prestes deu o seu melhor depoimento. Para esta edição comemorativa, a família Prestes abriu seus arquivos de fotos (quatro cadernos de fotos, 32 páginas).

Ed. Mauad
Cód. 85-85756-50-0

R\$33,00



MENOPAUSA

Uma Abordagem Natural

Michael T. Murray

O livro mostra como você pode tirar proveito de vitaminas, minerais, ervas, exercícios, dietas e outros métodos naturais, assim como uma abordagem direta das causas e dos efeitos da menopausa e uma análise detalhada da terapia de reposição de estrogênio. As vésperas do século XXI, ela ainda é tratada como uma doença, não como um processo fisiológico normal. Como as mulheres podem adotar medidas naturais para viver melhor na época que antecede à menopausa? O livro esclarece essas dúvidas e desafia a comunidade médica a repensar o modo de tratar o assunto. 224 páginas.

Editora Campus
Cód. 20311-0

R\$28,00



RUMO À SIERRA MAESTRA

Che Guevara e Raúl Castro

Os diários inéditos da guerrilha cubana escritos por Che Guevara e Raúl Castro são revelados ao público com todos os bastidores da revolução cubana. Reproduz documentos, fotos e anotações que revelam detalhes nunca divulgados. O professor Emir Sader (Uerj/USP), um estudioso do tema, faz a apresentação da obra. 306 páginas.

Ed. Oficina do Autor
Cód. 517

R\$30,00



BENEDITA

Benedita da Silva, Maisa Mendonça e Medea Benjamin

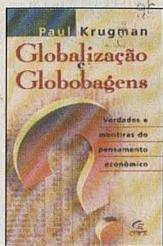
A autobiografia da senadora Benedita da Silva, escrita com o apoio da jornalista americana Medea Benjamin e da documentarista brasileira

Maisa Mendonça, é de "uma coragem rara nos políticos brasileiros", como observou o "Informe JB" em nota recente. 192 páginas.

Editora Mauad

Cód. 85-85756-44-6

R\$18,00



GLOBALIZAÇÃO E GLOBOBAGÉNS

Verdades e mentiras do pensamento econômico
Paul Krugman

O autor comenta como pensamentos econômicos provocam o aumento desenfreado do desemprego, fala sobre especulação financeira, aponta os caminhos do crescimento econômico, analisa o *downsizing* das empresas e desfaz falácias divulgadas mundialmente. 224 páginas.

Editora Campus

Cód. 20412-1

R\$34,00



VENCER É POSSÍVEL

Democracia sem exclusão, globalização com soberania

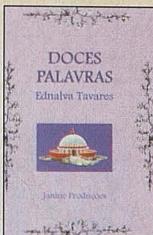
Nelson Mandela

Coletânea de textos do autor, selecionados e organizados pelo sociólogo Emir Sader. A obra é uma grande fonte de idéias e exemplos para os países, como o Brasil, que enfrentam hoje problemas para a construção de uma democracia sem exclusão social. 192 páginas.

Editora Revan

Cód. 0148

R\$19,00



DOCES PALAVRAS

Ednávalva Tavares

A luz que ilumina a alma pode transformar o corpo e torná-lo tão leve que o aproximará e muito do incorpóreo. 64 páginas. (formato: 15cm x 11cm)

Janine Produções

Cód. 0001 R\$5,00



A ÁGUA E A GALINHA

Uma metáfora da condição humana

Leonardo Boff

Uma história africana proposta ao leitor como reflexão de sua própria condição, origem e destino. Há que se buscar o equilíbrio. 208 páginas.

Editora Vozes R\$16,00

Cód. 85-326-1845-6



SOU CRIANÇA: TENHO DIREITOS

Oficinas pedagógicas de direitos humanos

Várias autoras

Crianças na faixa de 6 a 11 anos - alunos do sistema educacional ou integrantes de grupos ligados a diferentes instituições de caráter educativo, cultural e social. 196 páginas.

Editora Vozes R\$19,00

Cód. 85-326-2089-2



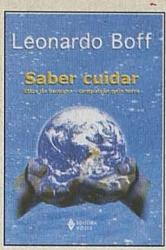
O DESPERTAR DA ÁGUA

Leonardo Boff

O livro continua o anterior *A águia e a galinha*, e relaciona a dimensão-água e a dimensão-galinha com o Universo, a história e a pessoa humana. 176 páginas.

Editora Vozes R\$12,00

Cód. 85-326-1977-0



SABER CUIDAR

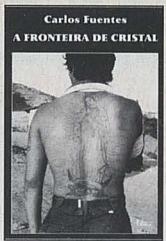
Leonardo Boff

O livro procura detalhar o cuidado em suas várias concretizações: cuidado com a Terra, com a sociedade sustentável, com o corpo, com o espírito, com a grande travessia da morte. A ótica do cuidado funda

uma nova ética, compreensível a todos e capaz de inspirar valores e atitudes fundamentais para a fase planetária da humanidade. 200 páginas.

Editora Vozes R\$ 16,00

Cód. 85-326-2162-7



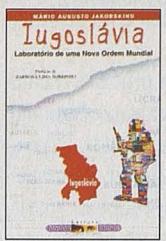
A FRONTEIRA DE CRISTAL

Carlos Fuentes

Um romance fragmentado em nove contos revela a agonia e a alegria dos mexicanos que vivem imprensados na fronteira entre o México e os EUA, ou que tentam atravessá-la. Uma ficção com alto teor de realidade, que faz um retrato pungente da divisão dos mundos: o 1º e o 3º, a opulência e a miséria. 176 páginas.

Editora Rocco R\$ 25,00

Cód. 85.325.0967-3



IUGOSLÁVIA

Laboratório de uma nova ordem mundial

Mário Augusto Jakobskind

Análise sobre a guerra nos Balcãs inserida no contexto de uma Nova Ordem Mundial. O autor faz uma retrospectiva histórica da região, do século VI até os nossos dias e também um apanhado sobre os 78 dias de bombardeios da Otan contra a Iugoslávia. 112 páginas.

Editora Novos Ideais R\$14,00

Cód. 85.87414-01-1

Nome:

Endereço:

Bairro:

Estado:

Profissão:

Tel.:

CEP:

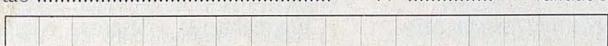
Fax:

E-mail:

Assinale a forma de pagamento de seu pedido:

Cheque(s) nominal(is) à Editora Terceiro Milênio Ltda. em anexo
 Autorizo débito no meu cartão pelo valor de R\$ _____

Cartão Nº Validade até _____ / _____



Data: ____ / ____ / ____

Assinatura do comprador _____

VALIDADE: até durar o estoque
CADEIRAS 211

CÓDIGO QUANTIDADE

Preencha o cupom em letra de forma e envie para a Editora Terceiro Milênio Ltda.
Rua da Glória, 122 / 105 e 106 - Glória
Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20241-180
Tel: (0-21) 221-7511 - FAX: (0-21) 252-8455
E-mail: etm@etm.com.br
Internet: <http://www.etm.com.br>

CONTRA O CINISMO E Zuenir Ventura

Como o Brasil de hoje é visto por um de seus mais lidos e influentes jornalistas

José Augusto Ribeiro

Na primeira metade de sua vida profissional, iniciada ainda nos anos 50, Zuenir Ventura foi um jornalista invisível e, ainda assim, um dos mais importantes e influentes da imprensa brasileira, na redação e na direção de jornais como a *Tribuna da Imprensa*, o *Diário Carioca* e o *Jornal do Brasil* e de revistas como *O Cruzeiro*, *Visão* e *IstoÉ*.

Naquela que é, por enquanto, a segunda metade (metade que já começa a converter-se na segunda fração de três ou quatro partes) dessa carreira, Zuenir, tornou-se um dos jornalistas mais visíveis do país - e isso sem ceder ao assédio quase sempre irresistível da televisão.

Essa visibilidade começou, talvez, com a publicação (em 1988) de seu primeiro livro, *1968, o ano que não terminou*, que em dez anos já teve quase trinta edições. E prosseguiu com a série de reportagens sobre Chico Men-

des, ganhadora do Prêmio Esso, então o maior prêmio jornalístico no país; com o livro *A cidade partida*, escrito e publicado já nos anos 90, na época das maiores chacinas de jovens, adolescentes e meninos no Rio; e com as colunas que Zuenir passou a escrever, uma vez por semana, primeiro no *Jornal do Brasil* e agora em *O Globo* e na revista *Época*.

Com todo o seu empenho em não escrever de maneira contundente, uma das suas crônicas mais recentes de maior repercussão foi aquela em que você comenta a segunda fornada de fitas do BNDES. Nela você discute exatamente a contundência da linguagem naqueles diálogos entre personagens importantes da República - a vulgaridade, a grosseria, o que um pensava do outro, o que um dizia do outro.

Se não eram amigos, pelo menos eram companheiros de equipe. Talvez os editoriais mais veementes da imprensa de oposição não tenham causado tanto impacto quanto aquela sua crônica. Você não é uma pessoa que

tenha vestido a camisa de oposição, mas você visivelmente ficou impressionado com o episódio das fitas. Por quê?

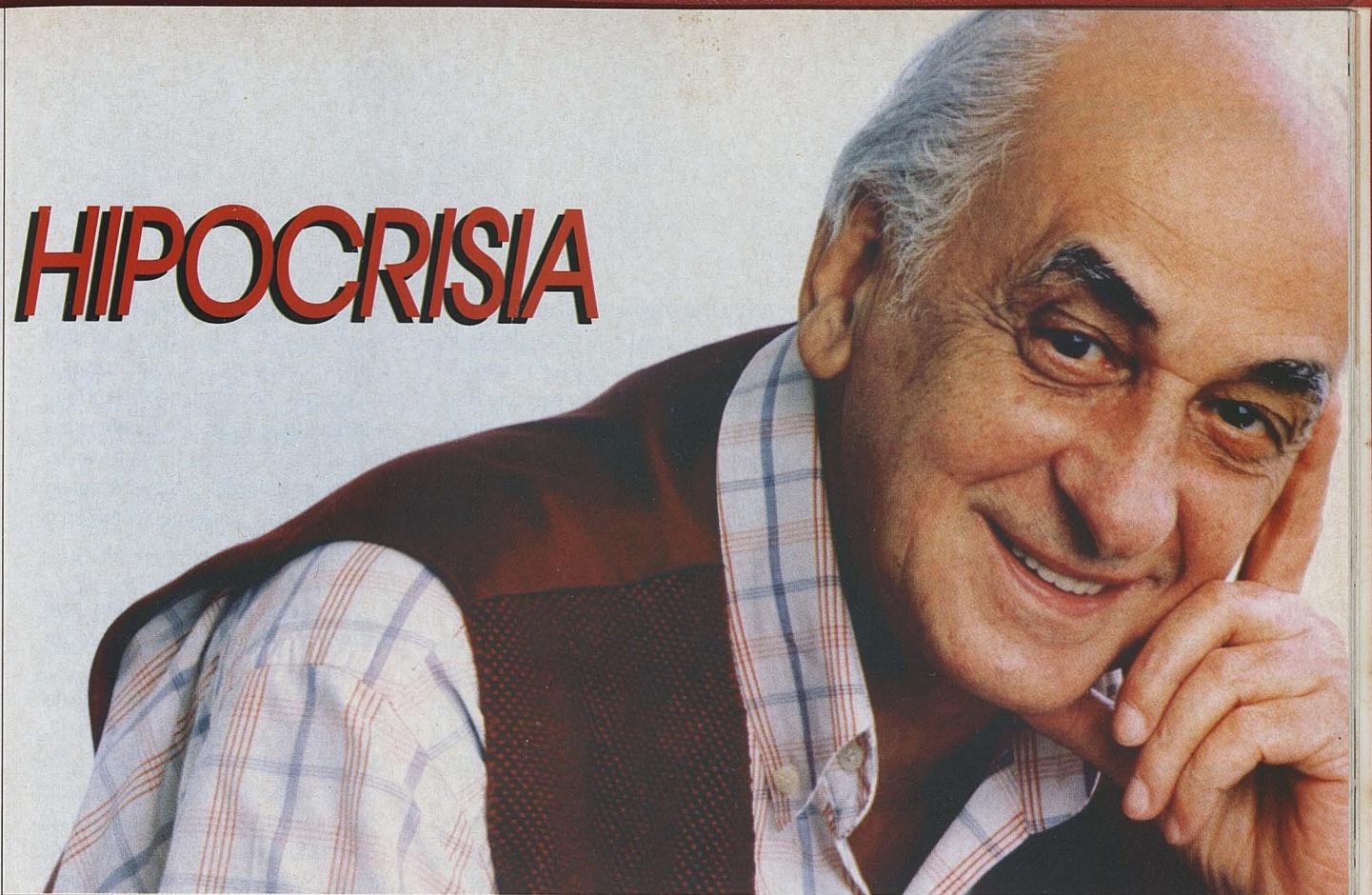
ZV - Pois é, realmente me chocou e chocou do ponto de vista moral. Eu não sou moralista, não sou udenista, não vivi essa época e tenho até muito cuidado de evitar esse ranço moralista. Eu sei que amigos, ao telefone, falam coisas com liberdade, não era esse o problema.

O problema era exatamente a presença, primeiro, de um cinismo perpassado todo de hipocrisia, quer dizer, de um tom malévolos na conversa toda. Um discurso privado tratando de coisas públicas como se elas pertencessem a cada uma daquelas pessoas.

O mais impressionante, até por isso, era aquela troca de confidências, de revelações. O choque que eu levei não foi tanto com o vocabulário, não foi porque tinha palavrão, não é isso - seria natural entre dois amigos conversando.

Era realmente o desprezo, o cinismo e a hipocrisia com que tratava seus amigos e a coisa pública. Era a esqui-

A HIPOCRISIA



zofrenia, a divisão entre esse discurso e o discurso público.

Nessa fita está o contraste com que o presidente dizia em todo o discurso público dele: que a imprensa é muito rigorosa com ele, é injusta com ele. Na fita, você vê que não é nada disso, porque, quando o interlocutor pergunta se ele tinha lido [o noticiário] ele fala do tratamento que a imprensa deu; o tratamento leniente, complacente que a imprensa deu ao episódio. Ele disse: "Foi até demais, não é? Até demais..."

Complacente demais...

ZV - Demais, exato...

Complacente demais. Em público disse o contrário. Você pega o discurso dele, o ideário do presidente, você tem a sensação de que, se chegar um estrangeiro e ler só o que ele disse, esse estrangeiro vai achar a imprensa injusta.

Que a imprensa sofre de "fracassomania" ou que qualquer crítico é "neobobo".

ZV - Exatamente. Ele desqualifi-

ca a crítica, quer dizer, o crítico. Eu nunca vi, ou vi poucas vezes, Fernando Henrique responder à crítica. O primeiro que ele faz é desqualificar o crítico. Então, aqueles diálogos são mais reveladores do que um tratado de sociologia sobre o comportamento desse político.

Nesses momentos, em que você não tem nenhuma censura funcionando, você não tem uma imagem que quer projetar, você está livre, sem nenhuma amarra.

Nesses momentos você se expõe. E o que temos é então um quadro daqueles jovens executivos, jovens primeiros-quadros deste país, com um poder incrível.

Então você pensa: "Nós, realmente, estivemos e estamos entregues a esse tipo de gente."

Nessas fitas há uma referência a um grupo que é chamado de "telegangue". O grande argumento do governo é dizer: "Olha aqui, a

prova de que não houve favorecimento é que ganhou esse grupo..."

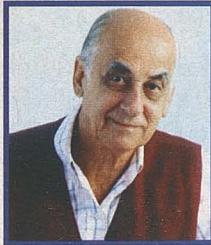
ZV - Como é que essas pessoas nessa posição qualificam um grupo de "telegangue" e não fazem nada para impedir a "telegangue". Não estou falando em medidas para favorecer o outro grupo, mas para tirar da concorrência. Nessas conversas, a gente via essas distorções todas, morais, éticas.

Se você tira os nomes ali, a identidade, e publica aqueles diálogos, você confundiria aquele diálogo com... Eu estou querendo ter a delicadeza de não fazer comparações muito grosseiras, mas certamente você atribuiria isso a que tipo de grupo?

Que reação você sente às suas crônicas?

ZV - Eu não acho que tenha a menor importância, sabe? Acho que o Fernando Henrique é uma pessoa muito inteligente, muito vaidosa. Ele disse uma vez que as pessoas viam que ele era vaidoso e inteligente e que

na verdade era mais inteligente que vaidoso. Essa é a pior declaração que ele podia ter feito, porque é a declaração de um vaidoso, não de um inteligente. Então não sei se ele fica preocupado. Agora, neste momento, está perdendo nas pesquisas, não é? Ele não gosta de oposição, ele não gosta de ouvir o contraditório. Está provado. Fernando Henrique realmente tem isso tudo debaixo de uma aparência democrática, simpática, charmosa. Ele é um encantador de serpentes, e não só de serpentes. Quando o vento é favorável, não tem pessoa mais agradável, mais simpática. Agora, quando há



“Eu acho que o grande equívoco, nesse mar de equívocos que o governo do Fernando Henrique cometeu, foi a reeleição”

qualquer palavra, ele reage de forma muito autoritária. É muito curiosa essa ambivalência dele, saltando da imagem de um político bem culto, com uma bela história, simpático, tolerante, acima da ralé e tal, e como se transforma quando é colocado diante de uma crítica ou de um contraditório.

E a reação dos leitores?

ZV - Eu não sou um colunista político, eu falo da atualidade, o meu viés é sempre cultural. Eu sou uma pessoa de cultura. Eu não tenho uma boa cultura política, minha cultura é cultural. E às

vezes eu falo porque está aí, não é? Você olha para a semana e não pode deixar de falar. Por mim eu não falaria do varejo da política. Um varejo muito pobre no Brasil. Mas os leitores até me atiçam mais, cobram mais...

Há um número grande de leitores que defendam o governo contra as críticas civilizadas que você faz?

ZV - Não. Vai ver que esses meus leitores me procuram porque eu falo de alguma maneira o que já acham.

Sim, mas tem que ter pelo menos 12% defendendo o governo, que é o que as pesquisas estão dizendo...

ZV - Pois é, mas olha, é impressionante. Eu abrira aqui o e-mail para você ver a quantidade de pessoas que atiçam, que se excitam... Falam de forma contundente contra o Fernando Henrique e ficam querendo mais. Não sei se as pesquisas quantitativas dão conta de uma grande indignação, de uma grande insatisfação, de um grande desencanto, desespero, de uma camada de eleitores...

Que têm Internet, têm computador, lêem jornal, têm que ter um padrão de vida..... que não é o do salário mínimo..

ZV - ... não é o do salário mínimo. Eu acho que o governo deveria fazer uma aferição maior desse tipo de opinião, social e culturalmente qualificada. Essas pessoas mandam às vezes crônicas, artigos, muito contundentes. Isso me impressiona, porque Fernando Henrique está só começando o segundo governo...

Será a decepção com a reeleição?

ZV - Eu acho que o grande equívoco, nesse mar de equívocos que o governo do Fernando Henrique cometeu, foi a reeleição. Realmente é uma tragédia para a biografia dele, para o governo dele. Nesse segundo governo, não conseguiu começar a governar.

E chega a haver pessoas que gostariam que ele se afastasse do governo?

ZV - Ah! sim! Há muita piada do tipo: "Fora Fernando Henrique!", como era o negócio do Collor... Eu escrevi uma crônica, dizendo assim: "Pessoalmente, ninguém pode acusar o Fernando Henrique de ser desonesto." Tratava-se de desonestidade com o dinheiro público. Recebi uma série de e-mails protestando. "Como é que você diz que ele não é desonesto? Como é que você tem coragem de dizer uma coisa dessas?" Ái eu percebi o que eles queriam dizer: você não pode avaliar honestidade se o governo dele permite tanta desonestade...

Ser honesto não é apenas não tirar proveito pessoal. É não deixar que os outros tirem.

ZV - É uma nova exigência, e eu aprendi muito com isso. Era a famosa frase da mulher do César...

Ele está gastando a reputação dele, de pessoa honesta, em benefício de pessoas que não mereciam isso?

ZV - É um pouco o seguinte: "O presidente da República não pode ser só pessoalmente honesto." Eu sou honesto, mas todo mundo do meu governo mente. Há desonestidade em torno de mim, mas eu continuo honesto, não é?"

Essas pessoas consideram que houve desonestade em medidas de

cuja procedência e legitimidade o governo está convencido. Como, por exemplo, a privatização das telecomunicações. Essas pessoas estarão contentando isso que é a base do governo?

ZV - Mais do que isso. Veja o caso da Companhia Vale do Rio Doce. Foi vendida por 3 bilhões, parece que é isso. Eu me lembro de que o discurso do governo Fernando Henrique, naquela época, era que essas privatizações, isto tudo seria revertido no projeto social.

E depois você viu que foi tudo para pagar a dívida, para pagar os juros. Quer dizer, é como se eu, na minha casa, resolvesse vender tudo o que tenho aqui para pagar um empréstimo que fiz no banco.

O presidente Fernando Henrique Cardoso está morrendo pela boca. Esses discursos são desmentidos a todo momento pelos jornais. Não pelos editoriais e opiniões, mas pelas primeiras páginas. O leitor percebe isso mais do que nós, jornalistas.

Isso significa que o leitor ficou perigoso porque é um leitor bem informado?

ZV - Ele é bem informado, ele guarda as coisas.

Quando o Armínio [Armínio Fraga, presidente do Banco Central] diz assim: "É o meu, o seu, o nosso", ele sabe muito bem que é menos o dele e mais o nosso, não é? O leitor, quando lê aquilo - e estou falando do leitor crítico, que lê jornal - forma sua opinião, através de uma leitura plural.

Na realidade, se diz que nós, jornalistas, somos formadores de opinião. No entanto, eu temo que não seja verdadeiramente assim, além de ficarmos numa responsabilidade muito grande. Atualmente, é o próprio leitor que faz a sua opinião.

Parte da frustração do eleitora-

do poderia vir do fato de o presidente ter uma biografia significativa?

ZV - Fernando Henrique é da minha geração. Ele foi produto de 68, daquela geração. Porque o conceito de geração não é por idade mas por afinidade, não é? Dr. Alceu foi da geração de 68, Sobral Pinto, também.

Fernando Henrique Cardoso era isso. De repente ele está no governo. E aí surgiu uma esperança tão grande, da minha classe, da minha categoria cultural, que, de fato, isso explica por que hoje talvez a maior irritação com o Fernando Henrique seja das classes intelectuais.

Ou seja, dos eleitores dele, não dos adversários.

ZV - Não dos adversários, dos eleitores, sobretudo dos pares dele. Depois de 20 anos de ditadura, um sociólogo importante, um quadro, chega à presidência.

É lógico que isso gera em todo mundo, mesmo quem não votou nele, uma expectativa. A frustração é muito profunda porque o investimento de esperança foi muito grande.

Então, historicamente, Fernando Henrique vai ver isso mais tarde, ele podia ter saído quando terminou aquele primeiro governo.

Poderia desempenhar um papel político importante, fora do governo...

ZV - Entrava no Senado, por exemplo. Ele lembra muito o Sarney da história dos cinco anos. É a sensação nesse momento.

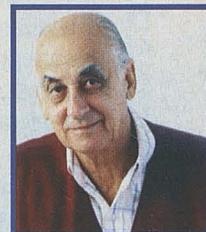
Não sou economista, mas acho que houve perda nesse país. Uma perda cultural, perda de auto-estima, de esperança, de confiança, de credibilidade.

Essa, então, foi a pior perda do

governo: perdeu a credibilidade. Não é mais o problema de saber se está governando bem ou mal, se é um bom administrador ou se não é, se é enérgico ou não.

Eu faço muita palestra entre jovens. Viajo o Brasil. É engraçado, tem gente que acha que existe um desinteresse entre os jovens. Eu não concordo. Falo para estudantes universitários, de escolas secundárias. Garotos de 16, 17 anos. Alguns dizem assim: "São uns alienados".

Eu não concordo com essa tendência. Acho que tem muito desencanto nisso tudo. Mas um desencanto resultado da frus-



"Alguns dizem que os jovens são alienados. Eu não concordo. Acho que tem muito desencanto, resultado da frustração"

tração. Não é um afastamento, ou desconhecimento, ou indiferença, isso não. É um sentimento bastante diferente.

Por isso, eu fico nas palestras conversando, duas, três horas, numa sala de duzentos, trezentos, quatrocentos alunos. Aí eu saio falando para mim mesmo o seguinte: "Tem gente que fica falando que esses jovens são uns alienados, não querem saber de nada." Portanto, se estão discutindo o Brasil durante mais de duas horas é porque nem tudo está perdido, não é?

Conjuntura mundial

Indicadores recentemente divulgados acendem a esperança de que a Ásia poderá contribuir para um crescimento da economia mundial este ano superior à taxa de 1,7% prevista pelo Banco Mundial. O dado mais animador é o aumento de 1,9% do PIB do Japão no primeiro trimestre, melhor resultado para a economia daquele país nos mais recentes três anos.

Estes números estão associados a uma política de investimentos públicos de inspiração keynesiana. O governo japonês prevê um dispêndio inicial de US\$ 17 bilhões para atingir um montante de US\$ 80 bilhões no próximo ano. Dos US\$ 17 bilhões anunciados, US\$ 4,2 bilhões estão sendo destinados à criação de 700 mil postos de trabalho, principalmente nos setores de telecomunicações e biotecnologia.

Ao mesmo tempo, foram concedidos incentivos à competição entre as indústrias, no mercado interno, e criado um programa de contratação de 300 mil pessoas para o serviço público, por um período de dois anos. O PIB, em consequência do crescimento de 1,9%, atingiu US\$ 4,05 trilhões. Já em maio último, a taxa de desemprego caiu de 4,8% para 4,6% da população economicamente ativa (PEA), e em números absolutos, os desempregados somaram 3,34 milhões em maio, contra 3,42 milhões em abril. O salário médio do japonês subiu para US\$ 2.780 em maio, superior em 1,5% ao registrado no mês anterior.

A China, por sua vez, depois de haver despertado receios de um mergulho na crise cambial e financeira que castigou vários países do Sudeste Asiático no segundo semestre do ano passado, anunciou uma queda nas taxas de juros, com o objetivo de estimular os investimentos e elevar os níveis de consumo, contrariando as previsões de desvalorização da moeda, o yuan.

Taiwan e Coreia do Sul também já emergiram da crise, retomam a trajetória de crescimento e ampliam a

capacidade para obtenção de expressivos saldos na conta de comércio do balanço de pagamentos, graças às exportações de manufaturados - produtos de maior valor agregado -, para os países centrais, particularmente.

Ao contrário do que afirmara o economista americano Paul Krugmann, logo que os "tigres" mergulharam na crise, o problema daqueles países não foi o modelo econômico baseado em forte intervenção do Estado e na parceria entre o Estado e iniciativa privada. As dificuldades resultaram de um ciclo de especulações que teve como consequência desequilíbrios financeiros e cambiais, superados meses depois sem que fossem necessários o

O primeiro-ministro japonês Keizo Obuchi reequilibra a economia de seu país com estímulos ao mercado produtor e consumidor interno. Na foto, Obuchi chega em 9/7 para contatos na China

desmantelamento de suas economias e a desindustrialização, ou a desnacionalização de seus parques industriais, a financeirização e a dependência em relação aos bancos internacionais.



Incógnitas: juros e câmbio

O Brasil continua a depender das instituições financeiras internacionais para fechar as suas contas externas. Principalmente capitais voláteis atraídos pelos juros ainda elevados, que depois da mais recente redução decretada pelo Banco Central, mantêm-se no patamar dos 21% ao ano, ainda um atrativo para os especuladores.

O efeito dessa queda tem seu maior significado na dívida pública, cuja expansão tende a ser menor na medida em que se reduz a sua remuneração. A taxa continua desempenhando o papel de inibidora dos investimentos e do consumo.

Os compromissos externos

se evidenciam cada vez mais como o grande ponto de estrangulamento da economia brasileira, hoje travada por uma recessão induzida pelos elevados juros e pelo desemprego, pois a massa salarial continua se comprimindo, não apenas por efeito das demissões em massa de trabalhadores, mas também pela redução significativa dos salários daqueles que ainda continuam empregados. Somente no período de janeiro a abril deste ano a redução dos salários do pessoal ocupado na indústria de São Paulo foi de 5,9%. Os salários, ali, voltaram, portanto, aos níveis dos salários vigentes em 1994 entre julho e agosto.

A médio prazo, as taxas de

Os riscos da economia norte-americana

Não obstante os mercados e os aplicadores norte-americanos terem absorvido sem traumas o aumento de 0,25% nas taxas de juros previsto e decretado pelo FED (Banco Central dos Estados Unidos), persiste nesse país o receio de uma recuperação rápida da economia mundial. Isso gera o risco de aumento da inflação por lá, em consequência de possíveis transferências de recursos aplicados no mercado acionário para bolsas de outros países. E, ao sentir-se tranquilo quanto ao futuro, o consumidor norte-americano poderá continuar gastando ao invés de poupar.

A verdade, no entanto, é que a recente alta dos juros (para 5%) vem atraindo aplicadores de outros países. Mesmo assim, analistas e estrategistas

de mercado são de opinião que a economia americana deve se desacelerar, caso contrário os rendimentos dos títulos públicos retomarão a tendência de alta, o mesmo podendo vir a acontecer com as taxas de juros do FED, cujo presidente, Alan Greenspan, entende que o crescimento precisa reduzir-se dos 4% atuais para 3%.

A oferta de emprego e o consumo, segundo constatam analistas econômicos, vêm se expandindo a taxas inferiores às de seis meses atrás. A economia norte-americana se mantém nos trilhos, destacam, com uma desaceleração natural. De qualquer forma, persiste o risco de uma expansão global rápida, mais acentuada do que a prevista. Isto obrigaria o FED a decretar novos aumentos das taxas de juros.

Baixo crescimento na Europa

Aeconomia da Europa é que ainda encontra dificuldades para retomar o crescimento. A Alemanha cresceu apenas 0,4%, uma vez que o acordo de estabilidade do euro limita os déficits públicos em 3% do PIB, e os efeitos de uma política keynesiana, que se baseia em gastos públicos para estimular a demanda e a expansão econômica, como ocorre no Japão, não podem repetir-se na Alemanha por força da prioridade atribuída à estabilidade. A redução da taxa de juros em 0,5% em abril passado não foi suficiente para um crescimento sequer razoável.

Argentina reduz PIB

Em recessão desde o último trimestre de 1998, a economia argentina vai encolher 1,5% este ano, segundo previsão do Governo, ou 2,5% de acordo com a Fundação Capital (FC). Dois fatores estariam contribuindo para projeções pessimistas: a sucessão presidencial em dezembro e a conjuntura internacional desfavorável, uma vez que a Argentina depende de recursos externos para investimentos na produção. Prevê-se, também, a queda do consumo em torno de 1,5%. Em maio, os desempregados no país eram 14,2% da PEA.

juros e de câmbio continuarão como verdadeiras incógnitas, embora alguns bolsões do empresariado brasileiro façam prognósticos de altas e de tempos mais difíceis. Eles levam em conta que o socorro do FMI, do Banco Mundial (Bird) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) não se repetirá com facilidade e que não se desenham num horizonte de médio prazo excedentes no nosso comércio externo capazes de fazer reviver as fases de superávits superiores a US\$ 10 bilhões na conta de mercadorias do balanço de pagamentos. O fato de o país depender cada vez mais de capitais externos, principalmente os de curto prazo e os voláteis, com a desregulamentação dos mercados, faz com que se prevejam novas crises,

certamente mais graves, expandindo perigosamente o ciclo do endividamento externo.

A reformulação recente do acordo com o FMI, firmado em meio à crise cambial e financeira do começo deste ano, revela incertezas que sugerem mudanças nos rumos da economia brasileira. Não há como persistir na orientação atual. Para intervenções no mercado de câmbio, destinadas a conter desvalorizações que comprometam mais ainda o real, o limite estabelecido pela nova versão do acordo com o FMI caiu de US\$ 8 bilhões (período de maio a julho) para US\$ 3,112 bilhões - intervenções no período de julho a dezembro. Esse teto só poderá ser ultrapassado se as reservas cambiais receberem reforços resultantes de novas captações no exterior.

Alca e União Européia imprensam o Mercosul

A primeira Reunião entre os chefes de Estado e de Governo da América Latina e do Caribe e da União Européia (Cimeira), realizada em junho de 1999, no Rio de Janeiro, não foi além de uma declaração de intenções. E a mesma sequer faz menção à futura Zona de Livre Comércio entre a União Européia (UE) e o Mercosul.

O documento mostra que o evento se perdeu em excessiva abrangência de questões mal alinhavadas - cultura, política educacional, científica, tecnológica, social, indígena e nuclear, economia, reformas estruturais, meio ambiente, etc. Na essência, a América Latina e o Caribe prometem se empenhar na liberação do comércio e em amplas reformas estruturais. No jargão neoliberal, isso significa crescente exposição de suas economias e respectivos mercados a uma liberalização sem limites, de cujas sequelas vão padecer por muito tempo os países que no ano passado mergulharam em graves crises cambial, financeira e econômica. Na América Latina, Brasil, México, Argentina e, mais recentemente, Chile são os maiores exemplos.

As promessas da UE são de grande empenho em "sólidas relações econômicas e financeiras baseadas em equilíbrio da liberalização do comércio e dos fluxos de capitais", princípio que hoje rege as relações comerciais entre os países desenvolvidos e os chamados mercados emergentes. Sobressai, aí, a Organização Mundial do Comércio (OMC) como "o principal foro para promover a liberalização do comércio e o estabelecimento de regras e diretrizes básicas para o sistema de comércio internacional".

A União Européia e a América Latina e o Caribe decidiram propor, em conjunto, na próxima reunião da OMC,



Os resultados da Cimeira mostraram que a UE está reticente nas concessões

o lançamento de uma nova rodada de negociações comerciais destinada à redução de barreiras tarifárias e não-tarifárias e ao comércio de bens e serviços, com a inclusão de todos os setores econômicos.

A Declaração do Rio de Janeiro, na sua abrangência retórica, incorporou ao mesmo item (18) "a prioridade à superação da pobreza, da marginalização e da exclusão social, no contexto da promoção do "desenvolvimento sustentável", bem como a modificação dos padrões de produção e consumo, promoção da conservação da diversidade biológica e do ecossistema global e do uso sustentável dos recursos naturais, para prevenir e reverter a degradação ambiental, principalmente a decorrente da excessiva concentração industrial e de padrões inadequados de consumo, da destruição das florestas e da erosão do solo, do esgotamento da camada de ozônio e do crescente efeito estufa que ameaçam o clima mundial".

Não faltou, nesse despropósito, "a proteção aos direitos das populações indígenas, inclusive seu direito de participarem equitativamente das oportu-

nidades e benefícios do desenvolvimento político, econômico e social e deles desfrutarem com total respeito à sua identidade, cultura e tradições".

Essa mescla de questões desconexas que nada têm a ver com a tão propalada Zona de Livre Comércio que tanto entusiasmara o governo brasileiro definem o sentido do verdadeiro objetivo dos europeus.

O documento da Cimeira é rico em trechos aparentemente ociosos e sem sentido, mas dá o recado. A reunião, de uma parte, revelou o desinteresse da UE em relações econômicas, comerciais e culturais sérias com a América Latina e o Caribe; de outra, a impotência dos países latino-americanos, com o Mercosul ainda desorganizado para um diálogo e relações em pé de igualdade, seja com a União Européia, seja com a Alca.

No caso específico do Mercosul, avançou apenas até à União Aduaneira. O bloco sub-regional formado por Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, portanto, ainda está distante de uma integração econômica, financeira, política, jurídica etc., e sem objetivos definidos na chamada nova ordem mundial.

As armadilhas da OCDE

O comportamento pendular entre a UE e a Alca, ainda uma característica do Brasil e do Mercosul, acabará por transformar o Brasil e o próprio bloco sub-regional numa espécie de marisco entre o mar e o rochedo. Infelizmente é o prognóstico que no momento se pode fazer, em face da teia que os Estados Unidos vêm tecendo com a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) para a cooperação da Europa com vista à submissão total dos países mais fracos. Isso explica os resultados da Cimeira. Vejamos.

Denunciado o Acordo Multilateral de Investimentos (AMI), concebido para sepultar as soberanias nacionais e revogar as legislações que se chocam com os interesses dos investidores estrangeiros, a OCDE, sob a liderança dos Estados Unidos, transferiu o palco das suas ações para a Organização Mundial do Comércio (OMC), onde continuou as suas tramas através da concepção de acordos e tratados destinados à eliminação de todos os obstáculos ao livre jogo das forças do mercado e à subordinação dos Estados nacionais à expansão ilimitada das multinacionais. Entre estes instrumentos de dominação, destacam-se a Parceria Econômica Transatlântica (PET), cujo objetivo é diluir a União Européia numa vasta zona de livre comércio com os Estados Unidos denominada Novo Mercado Transatlântico (NMT). Voltada para a libertação do capital de quaisquer influências no âmbito nacional, o NMT institui um condomínio entre os Estados Unidos e a União Européia destinado a forçar os países do Sul a aderirem a essa armadilha durante as negociações da Rodada do Milênio, prevista para começar em dezembro próximo no âmbito da OMC. Nesta ocasião será negociada a liberdade total para o capital.

A pauta inclui a revisão dos acordos de Marrakesh sobre agricultura, serviços e propriedade industrial, bem como o serviço público, a competição, os investimentos, o controle da publicidade etc. São

instrumentos complementares, por influência do *lobby* das multinacionais, o Transatlantic Business Dialogue (TABD), formado por grandes empresas de os ambos lados do Atlântico Norte. A mais recente reunião do TABD foi realizada em Charlotte, Carolina do Norte, em novembro do ano passado. Fazem parte da estrutura do TABD o Diálogo Transatlântico dos Consumidores, o Diálogo Trabalhista Transatlântico e o Diálogo Ambiental Transatlântico, para atraírem os interesses dos consumidores, dos sindicatos e dos ambientalistas, respectivamente.

As discussões em torno desses Diálogos transcorreram sob o mais rigoroso sigilo para uma conclusão até dezembro que vem. Por fim, os Acordos de Reconhecimento Mútuo (ARMs), cujo propósito é o alinhamento das normas e das exigências regulamentares em torno de um consenso com vista ao desmantelamento dos esquemas de proteção vigentes na Europa, particularmente nas áreas de alimentação, saúde e meio ambiente. Alcançado o consenso, os governos se verão constrangidos a extinguir as legislações que se conflitarem com os ARMs. O maior objetivo do documento assinado pela Cúpula Transatlântica de Londres, realizada em maio de 1998, é a formação de uma frente EUA-UE para impor a vontade das grandes potências ao resto do mundo durante a Rodada do Milênio.

Estaria aí a explicação para o fracasso da Cimeira do Rio de Janeiro?

A menos que os acordos concebidos após o fracasso do AMI, discutidos secretamente sob a batuta do sr. Leon Brittan, ex-vice-presidente da Comissão Européia, venham a ser do conhecimento do grande público em toda a Europa e a União Européia decida rejeitá-los (o que é dado como difícil), o Mercosul não terá assegurada a sua existência num futuro previsível. O Brasil, por sua vez, entrará num beco sem saída, eis que lhe restam escassas defesas, consumidas por quase cinco anos de prática de políticas inspiradas nos

postulados neoliberais. Mais ainda, se o atual governo insistir na fragilização do Estado e na exclusão do capital nacional das atividades.

O presidente Fernando Henrique Cardoso tem conhecimento de todas as ações dos Estados Unidos e de outros integrantes da OCDE. Ele próprio designou um alto funcionário do Ministério das Relações Exteriores para, na condição de observador, acompanhar as discussões sobre o AMI e seus sucedâneos. Sabia, portanto, que os representantes da UE não poderiam vir ao Brasil para fazer concessões à sombra da Cimeira, na melhor das hipóteses, por não haverem ainda assumido posição definitiva diante dos tratados e acordos subsequentes ao fracasso do AMI, graças às denúncias de jornais e organizações não-governamentais.

O NMT institui um condomínio entre os EUA e a UE para submeter os países do Sul na Rodada do Milênio da OMC, em dezembro

De fato, a Cimeira, que seria o primeiro passo para uma zona de livre comércio da América Latina e o Caribe com a UE - assim imaginava FHC - , limitou-se a uma alegoria que fez o Brasil perder tempo e dinheiro para sediá-la. Pena que o presidente tenha incorrido em equívoco ao afirmar que "o livre comércio entre o Mercosul e a União Européia é um passo essencial na promoção de níveis sempre mais elevados de intercâmbio, com vista à construção de ordem internacional mais equilibrada e pacífica".

A Declaração do Rio de Janeiro desmentiu o presidente.

Um país com medo

Os argentinos preparam-se para trocar de presidente e gerenciar a globalização

FC Leite Filho

Se existir um produto acabado de modelo neoliberal, ele se chama Argentina. Aqui, a modernidade globalizada jamais cortou tão fundo: reduziu o Estado ao mínimo, levou as privatizações e importações a baterem todos os recordes e fez o dólar circular livre e vorazmente de par com o peso, a moeda nacional, na base de um peso por um dólar. Agora, o país se

prepara para eleger seu novo presidente em 24 de outubro, juntamente com metade do Parlamento e dos governos e assembléias provinciais. Vista de relance da ainda imponente capital, Buenos Aires, a Argentina é um país feérico, que impressiona, sobretudo à noite. A luminosidade e o engenho dos *outdoors* e das vitrines e a majestade dos chamados edifícios inteligentes chegam a embevezcer. Andando na rua, porém, é possível se deparar, na cidade antes orgulhosa de seu perfil europeu, com

ruas sujas, casas abandonadas, gente maltrapilha, crianças mendigando e uma invasão de carros amarelo-preto espreitando os transeuntes.

Estes carros não são da polícia, pois a Argentina já superou de longe a Guerra Suja - a fase da tortura e da matança do regime militar, que ceifou a vida de quase 10 mil pessoas -, pois vive sob pleno estado de direito. Estes carros são táxis que, à procura de passageiros, trafegam em grande parte vazios, apesar do baixo custo da tarifa,



O presidente Carlos Menem chega ao fim de seu segundo mandato desgastado, deixando como herança um país fragilizado pela política neoliberal que ele impôs. A crise teve reflexos nos títulos argentinos, que recuaram e provocaram a queda da Bolsa, que atingiu 9% em julho, deixando perplexos os investidores (dir.)



a menor do mundo. Seu número quadruplicou no governo Menem, não por causa do aumento da demanda, que até diminuiu, mas porque se transformou no escondouro dos desempregados de estatais e de empresas privadas absorvidas por multinacionais ou simplesmente falidas.

Inflação de táxis

Vendo-se na rua da amargura e sem perspectiva de absorção no mercado, muitos desses profissionais utilizaram o dinheiro da indenização na compra de táxi para tentar a sobrevivência. Foi aí que se produziu a atual inflação de táxis, que hoje são quase 70% dos veículos em ruas movimentadas do centro, como a Avenida Nove de Julho, a principal. Os novos taxistas estão decepcionados com a escolha, porque a demanda encolheu - justamente por causa do desemprego

endêmico e da recessão brutal que se abateram sobre o país, desde a implantação, em 1991, do Plano Cavallo, depois chamado Plano Menem - enquanto a oferta foi triplicada.

O visitante também observa que os *out-doors*, que tanto impressionaram e dão um ar cosmopolita à cidade, só anunciam produtos de multinacionais, ao passo que as luzentes vitrines, como as da Calle Florida e da Avenida Corrientes, estão cheias de importados. Até a lá argentina, secularmente famosa pela sua qualidade, fica sempre relegada a um segundo plano, com o fim de dar passagem às marcas Yves Saint Laurent, Gucci, Calvin Klein. O mesmo ocorre com os sapatos portenhos, também de fama mundial, que são aos poucos rebaixados pelos italianos e ingleses, apesar de nada dever-lhes, mas, muito pelo contrário, superar-lhes em charme e qualidade. Quanto aos edifícios inteligentes, aqueles envolvidos e controlados por computadores, são também de propriedade das multinacionais onde o argentino quase não tem direito à entrada.

O dólar intocável

Os "milagres" da globalização não param aí. Os preços estão desproporcionalmente altos. Paco Giménez, engenheiro transformado em taxista, não se conforma em pagar 1,80 dólar por um café, ou 2,00 por uma coca-cola, sete vezes mais que no Brasil. Os hotéis, por seu lado, não ficam atrás e cobram 90 dólares, em média, a diárida, se for de três estrelas; 150,00, de quatro, e 250,00, se for de cinco estrelas.

Esmagada pela mídia, que só enfatiza e enaltece as menores taxas de inflação do mundo, varrendo para o esquecimento os efeitos recessivos e o desmonte da produção, a classe média está perplexa, ainda que a massa do povo esteja indignada. Ele ainda recebe uma carga aterradora da mídia, que ameaça com o apocalipse na eventualidade de o modelo econômico for mudado ou reformulado.

Virou tabu, por exemplo, inclusive nos meios oposicionistas, falar em desvalorização do peso. "Só um suicida cogitaria em mexer no dólar, pois perderia a eleição", comenta com muito cuidado o deputado Eduardo Galan, do Partido Socialista Popular (PSP), que integra, juntamente com a União Cívica Radical (UCR) e a Frente País Solidário (Frepaso), a coalizão oposicionista Aliança, que tem como candidato o presidente Fernando de la Rúa, atual prefeito de Buenos Aires.

Com efeito, o dólar enraizou-se de tal maneira na vida do país-irmão que passou a ser a base de cerca de 70% dos contratos, que vão desde a compra do carro e do eletrodoméstico à matrícula nas escolas. Por sua vez, os empréstimos nos bancos, onde é liberada a abertura de conta dolarizada, estão quase todos atrelados à moeda americana.

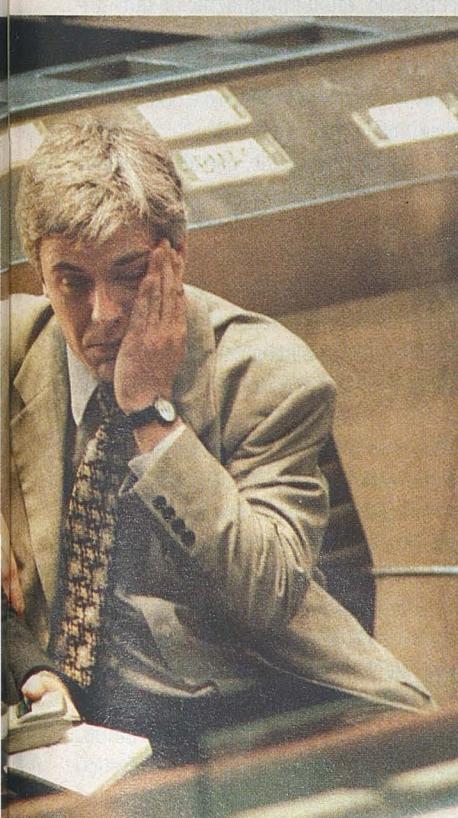
"A desvalorização agora seria uma catástrofe", salienta Sylvia Augsburger, secretária do Movimento de Mulheres do PSP, ao aludir ao fato de que o argentino, com o salário congelado e superdefasado, teria de arcar com uma alta violenta nas prestações, mensalidades escolares, tarifas e serviços. Se a desvalorização se der no mesmo ritmo da do México ou do Brasil, esses compromissos sofreriam um aumento entre 60% e 70%, de uma só pancada.

Mas todos sabem que o peso não conseguirá durar por muito tempo e que pode desabar depois de 10 de dezembro, quando toma posse o novo presidente a ser eleito em 24 de outubro.

O presidente Carlos Saúl Menem, sustentáculo da globalização na Argentina, tira proveito da situação de perplexidade e, no seu estilo habitual, "advertiu" outro dia que, se a chapa da Aliança for eleita, "a economia corre o risco de cair na receita fácil das desvalorizações".

Fernando de la Rúa, que segundo as pesquisas de opinião estava em junho 10% à frente do candidato peronista Eduardo Duhalde, governador de

•••



A luta eleitoral

Os analistas consideram que a disputa entre a chapa da Aliança, com Fernando De la Rúa para presidente e Chacho Alvarez para vice, e a do Partido Justicialista, encabeçada pelo carismático Eduardo Duhalde, atual governador da Província de Buenos Aires, será acirrada, apesar da vantagem que as pesquisas mostram em favor da oposição.

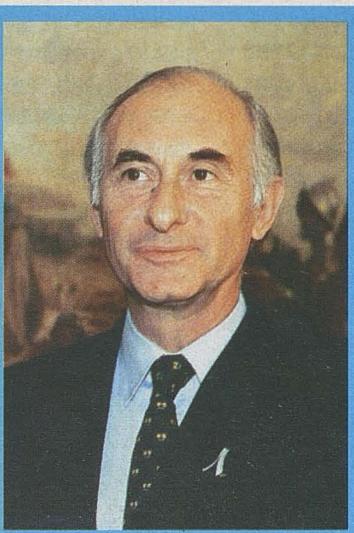
No entanto, Duhalde, que apresenta uma plataforma social mais agressiva do que De la Rúa, terá de explicar direitinho por que o atual presidente Carlos Menem, seu companheiro de partido, mandou às favas toda a doutrina nacionalista e socializante de Juan Domingo Perón e mergulhou o país na mais brutal recessão e submissão ao grande capital.

Fernando De la Rúa, de 62 anos, beneficia-se especialmente do desgaste de Menem, envolvido num surto interminável de escândalos de ordem moral e financeira. Doutor em direito pela Universidade de Córdoba, sua cidade natal, De la Rúa é um tanto tímido em relação ao desembarço de Duhalde, que tem a auxiliá-lo a esposa Hilda "Chiche" Duhalde, deputada federal com atuação nas camadas

mais pobres, onde desfruta de grande popularidade. É certo que o líder radical se elegeu senador e deputado várias vezes por Buenos Aires, onde reside um terço da população argentina, foi ministro aos 26 anos, no Governo de Arturo Illia, e candidato a vice-presidente na chapa de Ricardo Balbín contra Perón-Isabelita, em 1973. Mas tem pela frente o que em política se considera um candidato leve e desinibido. Também advogado e ex-prefeito de Lomas de Zamora, cidade da província de Buenos Aires, ex-vice-presidente da República, no primeiro mandato de Menem, posto que abandonou depois de eleito governador, agora em seu segundo mandato.

Eduardo Alberto Duhalde, de 58 anos, desfruta também da aura de ter integrado o círculo íntimo de Perón, condição negada a Menem, por quem o líder justicialista nutria indiscutível antipatia.

Finalmente, Duhalde poderá se beneficiar da retirada da candidatura de Domingo Cavallo, em cima do qual vem fazendo grande assédio. O ex-ministro da Economia poderia funcionar como fiel da balança em 24 de outubro.



De la Rúa: vantagem nas pesquisas

Buenos Aires, reagiu prontamente, chamando Menem de "irresponsável". Quando se trata da estabilidade dos mercados, "nenhum argentino, e muito menos o presidente, pode fazer afirmações dessa natureza".

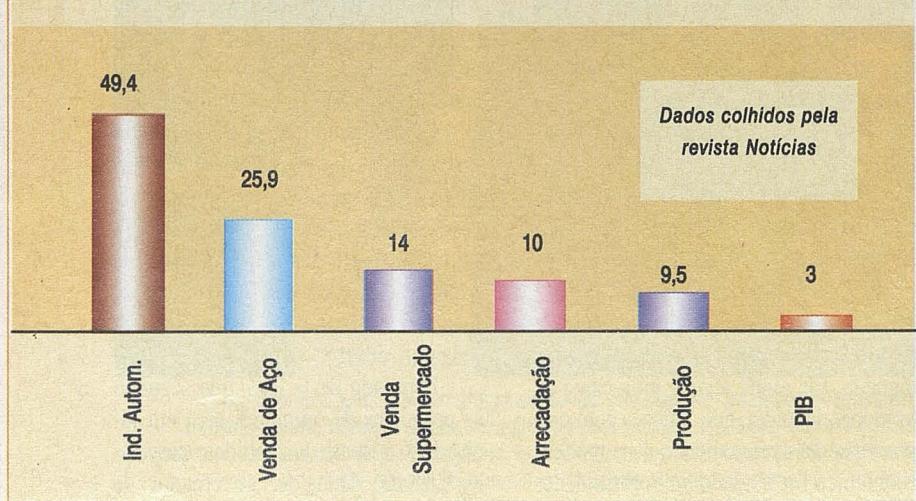
O peronista Eduardo Duhalde, que se lançou contra a vontade de Menem - que até agora conspira por um terceiro mandato - faz uma campanha de corte oposicionista, pois do contrário poderia ser arrastado pela impopularidade do atual presidente. É nítido o propósito do candidato de distanciar-se do menemismo. Em recente declaração ele disse que "Menem crê que é o melhor presidente da história e que o que fez é perfeito. Porém não percebe que 93% das pessoas não pensam assim."

Foi Duhalde que cogitou, depois de "constatar" que a dívida - hoje em torno de 120 bilhões de dólares, o dobro da recebida por Menem, em 1989, em plena hiperinflação - estava "empobrecendo" o país, de pedir o seu perdão. De la Rúa, comedido, falou inicialmente de um "tratamento político" da dívida, mas depois recuou: "Temos de cumprir os compromissos, pois nosso objetivo é conseguir a máxima confiança".

Eduardo Duhalde, que afirma seguir a pregação do Papa João Paulo II, autor da exortação aos países credores a perdoar total ou parcialmente a dívida das nações pobres, mantém-se disposto a enfrentar esse problema, tipo de postura considerada demagógica pelos aliancistas, como Carlos "Chacho" Alvarez, candidato a vice de Fernando de la Rúa: "Eduardo Duhalde fala para a arquibancada, como Carlos Menem prometia a revolução produtiva, quando em campanha, em 1989", diz ele.

Vários fatores contribuíram para a crise argentina e um deles teria sido esse apelo de Duhalde ao papa que revelaria a verdadeira situação das finanças do país. Também foi considerado um gesto de desespero a proposta de Menem de ingressar na Organização do Atlântico Norte (Otan), iniciativa sobre a qual as potências ocidentais preferiram silenciar.

Quedas de 1999 em %





Buenos Aires, a capital argentina, mantém todo o seu charme, apesar da crise provocada pelo modelo econômico adotado pelo presidente Menem

Privatizações

Os dois candidatos juram, contudo, que manterão a política de estabilidade, de paridade do peso com o dólar e não se dispõem aparentemente a alterar as privatizações. Estas, por sinal, constituem uma situação complexa. Ao contrário do que ocorreu no Brasil, onde as empresas privatizadas não cumpriram a eficiência prometida e chegaram a piorar muitos serviços, lá as privatizações chegaram a empolgar alguns setores argentinos.

Juan Lescano, dirigente de uma fábrica de vasilhames de isopor em Buenos Aires, com ramificações no Brasil e no Uruguai, conta que, na época da estatal Entel, sua mãe esteve na fila dos telefones durante 25 anos e só foi conseguir uma linha depois da venda da empresa. Não importa para ele, homem bem estabelecido, que as tarifas tenham quintuplicado, mas que os telefones estejam disponíveis e funcionando.

Este é também um aspecto negativo da burocacia argentina. Enquanto os brasileiros dispunham de estatais como a Telebrás, Eletrobrás e a ECT, que chegaram a ser modelo no mundo, suas similares argentinas, tanto nos regimes civis como nos militares, permaneciam ato-ladas na ineficiência, no empreguismo e no tráfico de influência. O mesmo ocorria com a Alfândega, onde a corrupção era endêmica, e com o Aeroporto Internacional de Ezeiza, 10 vezes menor que o do Galeão.

No entanto, se as privatizações conseguiram resolver alguns problemas crônicos, elas, por outro lado, criaram outros bem maiores na vida prática, especialmente em matéria de encarecimento dos serviços, alguns dos quais tornaram-se simplesmente inacessíveis ao argentino comum.

No Aeroporto de Ezeiza, que foi recentemente privatizado, o cidadão motorizado é obrigado a pagar quatro pedágios, (R\$ 9,70), e, se permanecer mais de 15 minutos com o carro no terminal, pagará mais 3,00 dólares (R\$ 5,40), quantia que vai aumentando com o tempo de permanência. Nas estradas de maior percurso são cobrados até oito pedágios.

A privatização do setor elétrico, ocorrida há sete anos, foi outro fracasso. Em abril último, Buenos Aires passou dez dias ininterruptos quase às escuras, com *black-outs* generalizados nos bairros mais importantes. E que dizer do setor petrolífero, depois da privatização da YPF, Yacimientos Petrolíferos Fiscales, a nossa Petrobras? A gasolina está à razão de 1,00 dólar por litro, num país onde o petróleo foi sempre farto e barato, quando era estatal.

Pobreza e violência

Todo este quadro só poderia redundar no empobrecimento de contingentes enormes da população e, consequentemente, na escalada da violência e da

criminalidade. Buenos Aires já não é "aquela cidade tão limpa e elegante", que provocava no Rio "loucos desejos de igualá-la", como nos referia Lima Barreto, no início do século.

O empresário Juan Lescano observa que nos bairros mais elegantes, não se pode sair à noite, sob pena de ser assaltado. Os jornais publicam quase diariamente assassinatos de adolescentes e crianças, para roubar-lhes tênis ou bicicleta.

Na verdade, a globalização de Menem aumentou em três vezes o número de favelados, que vivem abandonados nas chamadas *villas miserias*, um enorme cinturão de pobreza em torno de Buenos Aires. A inflação dos táxis, como lembra Lescano, gerou um tipo de delinqüência inesperada. Trata-se da prática de assaltar e até de assassinar turistas, para roubar-lhe a bagagem e os dólares.

Em Ezeiza, os visitantes defrontam-se com enormes cartazes advertindo-lhes contra os taxistas autônomos e aconselham a utilizar as empresas cadastradas, que cobram quase o dobro.

Finalmente, a falsificação de dólares e pesos tornou-se um pesadelo para os argentinos. Notas a partir de 20 dólares ou 20 pesos não são aceitas por qualquer estabelecimento comercial, sem antes passar por uma maquininha de identificação. O jornalista e ex-deputado Carlos Alberto Caó, teve o desabro de receber uma nota de 20 pesos e quase foi repreendido no hotel, quando, sem saber da fraude, tentou repassá-la.

Qualquer que tenha sido o tamanho do estrago, a globalização não conseguiu afetar a bravura do argentino. Ele não se acovardou diante da publicidade agressiva da mídia em favor da globalização predatória. Já fez nada menos de dez greves gerais contra o governo Menem e sustenta manifestações quase diárias contra o modelo econômico do presidente que se insinou no movimento peronista para executar a maior contrafação do século. ■

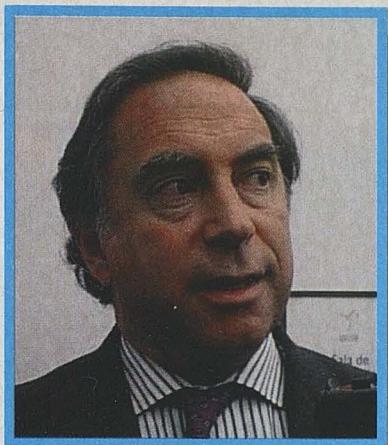


Revendo os caminhos

Índices alarmantes de desemprego e a proximidade das eleições presidenciais levam o governo da Concertação a imprimir novos rumos à economia, priorizando a solução do drama dos pequenos e microempresários

Micaela Ramada

No final de junho, o presidente Eduardo Frei fez uma reforma ministerial e imprimiu um novo rumo à sua política econômica, através de um pacote de medidas destinadas a conter a recessão. Como pano de fundo das mudanças estava a eleição presidencial de dezembro próximo. Com a campanha nas ruas, prometendo esquentar nos próximos meses, a Concertação - coligação situacionista de centro-esquerda que governa o Chile desde o fim da ditadura - se



Juan Gabriel Valdés

preparava assim para a disputa do poder com a direita num delicado momento político, em que o caso Pinochet trouxe à tona problemas não-resolvidos nem esquecidos do passado recente. O candidato presidencial da direita, o economista Joaquín Lanín, aproveitou as mudanças para cutucar a administração Frei, afirmando que o pacote era uma confissão do "fracasso" da Concertação.

De fato, um dos inspiradores das mudanças foi o candidato da coligação situacionista, Ricardo Lagos (ver **cadernos do terceiro mundo** nº 210), o primeiro socialista a disputar a presidência do Chile desde a época de Salvador Allende. Ele não queria começar a sua campanha em meio às críticas generalizadas pela difícil conjuntura social. No mês de junho, a economia apresentava um índice de desemprego próximo aos dois dígitos.

Em nível oficial se admitia, antes das medidas, a existência de meio milhão de desempregados e um retrocesso no PIB de 6%. Com a decisão de dar uma guinada na economia, privilegiando investimentos de cunho social, como os U\$60 milhões destinados à criação de 150 mil empregos, o governo espera obter um crescimento de 4 a 5% no ano que vem. Uma das iniciativas de maior impacto no pacote foi a criação de um programa para aliviar as dívidas de mais de 60 mil pequenos e microempresários, que estão sendo beneficiados com linhas especiais de crédito.

Integração no Mercosul

Com as mudanças no Ministério, o ministro do Exterior, José Miguel Insulza, do Partido Socialista, foi designado para a Secretaria-Geral da Presidência, onde desempenhará importante papel de articulação política nos próximos meses. Ele foi substituído por Juan Gabriel Valdés, que atuava como diretor de Relações Econômicas Internacionais da chancelaria. O novo ministro é filho do ex-senador Gabriel Valdés, que foi

chanceler durante o governo de Eduardo Frei Montalva (pai do atual presidente).

Durante a Cimeira do Rio de Janeiro, Juan Gabriel Valdés - que fazia a sua estréia internacional como chanceler - falou a **cadernos do terceiro mundo** sobre as relações com o Mercosul, qualificadas por ele de "excelentes".

Ele reiterou a posição do Chile no sentido de negociar com o bloco, o mais breve possível, o tema dos serviços e dos investimentos, iniciar o diálogo sobre o setor automobilístico e reduzir os prazos para a implementação do Acordo de Complementação Econômica, de forma a aumentar o número de produtos de acesso liberado aos respectivos mercados.

"Desejamos iniciar o quanto antes esse trabalho já que a vontade do Chile é se inserir o mais rápido possível no Mercosul", disse Valdés. E esclareceu que, segundo a lógica da sua economia, que é de baixas tarifas e que pela sua natureza não pode participar plenamente da união aduaneira, "o Chile vê muitas outras maneiras de se incorporar ao Mercosul - como serviços e investimentos - que podem ser inclusive muito mais determinantes para a integração das nossas economias que o simples acordo tarifário".

E acrescentou: "O Chile quer trabalhar seriamente com a União Européia e com o Mercosul porque entendemos que o que estamos fazendo é unir duas regiões, não obtendo vantagens particulares numa negociação."

Sobre a Área de Livre Comércio das Américas (Alca), Valdés afirmou

que atualmente os doze grupos de trabalho estão fazendo avanços técnicos importantes. "Mas não chegamos ainda ao momento das decisões duras, no qual teremos de negociar o tema das tarifas. Isso muito provavelmente será depois do ano 2000. Portanto, me parece que tal e como as coisas andam, e com os Estados Unidos sem *fast track*, os tempos da negociação da Alca e da negociação com a Europa serão bastante parecidos."

Segundo Valdés, o Chile teria preferido que tivesse sido definido um prazo final para a negociação com a Europa, como existe para a Alca. E que no ano 2005 o processo estivesse terminado. "A nós convém um mundo pluralista, multipolar, no qual as nossas exportações entrem por partes iguais a diferentes regiões do mundo.

O Chile tem tido a sorte de que a proporção de suas exportações dirigidas à Europa, Ásia, América do Norte e América Latina são similares. Isso nos dá, sem dúvida, mais força em épocas de crise, quando temos que enfrentar a queda das exportações para um determinado setor."

Quanto às recentes medidas econômicas, Valdés assinalou que elas têm por objetivo "reativar a economia", mas que já permitiram "uma mudança no clima político chileno, que era devido, é óbvio, a razões psicológicas".

Ele lembrou que o Chile cresceu nos últimos doze anos a um ritmo de 8% e que as repercuções da recente crise asiática geraram uma diminuição nas exportações e, portanto, no ritmo de crescimento. "Nessas circunstâncias, é natural que se produzam situações anímicas, mais do que econômicas, que devem ser enfrentadas."

Para o novo chanceler, a decisão de o governo lançar um pacote de medidas econômicas "que permitam a queda das taxas de juros e vão aumentar o emprego foi bem recebida e demonstra que o presidente Frei vai governar até o último dia de seu mandato". ■



A definição de uma política social conjunta, que valorize o homem e não o lucro é o grande desafio da nova Europa

O lançamento do Euro

A transição para uma moeda única, o euro, que foi lançado em janeiro deste ano, foi um processo longo, arduamente negociado pelos chefes de Estado da União Européia



Edouard Bailby

O euro já não é algo utópico. Em 1º de janeiro de 1999, a nova moeda entrou em vigor em onze dos quinze países da União Européia: Alemanha, Áustria, Bélgica, Espanha, Finlândia, França, Holanda, Irlanda, Itália, Luxemburgo e Portugal. Lançado por um banco dos Estados Unidos, com falta de imaginação, o nome Euroland está sendo empregado na imprensa internacional, mas na verdade Bruxelas ainda não escolheu a denominação oficial. Por enquanto, o mais correto é falar em Zona Euro.

Na França, que foi a primeira a cunhar milhões de moedas na pequena cidade de Passac, como nos demais dez países, a opinião pública está sendo acostumada a conhecer progressivamente a equivalência da moeda nacional em euros, seguindo as recomendações da Comissão Européia. Nas con-

tas de muitos bares e restaurantes, nos bancos e no comércio os clientes têm hoje os cálculos feitos em francos, liras ou marcos e em euros. Por enquanto ninguém presta muita atenção a esses detalhes, mas o importante é que todos se acostumem à moeda única que entrará em circulação no ano 2002. Hoje, ninguém tem a menor dúvida sobre o lançamento do euro, em substituição às demais moedas, mesmo se muitos ainda eram incrédulos no ano passado.

Segundo as últimas sondagens, a maioria dos europeus encara o futuro com otimismo. Para 70% dos italianos, 66% dos franceses e 55% dos alemães, o euro será uma coisa boa ou muito boa para a economia de seu próprio país. No que se refere à sua vida pessoal, 66% dos italianos, 62% dos franceses mas apenas 33% dos alemães acreditam que o euro terá consequências boas ou muito boas. De todos os europeus, são os espanhóis, que, por sinal, têm um dos poucos governos de direita na União Européia, os menos entusiastas.

Até 2002 a nova moeda só poderá ser utilizada nas operações bancárias e nas bolsas dos onze países. Que está acontecendo na prática para o cidadão comum? Em primeiro lugar, ninguém tem a obrigação de abrir uma conta nova em euros, porém os bancos apresentam automaticamente duas contabilidades: uma em moeda nacional e outra em euros. Quem quer realizar as suas operações bancárias em euros pode pedir um carnê de cheques na moeda europeia. No que se refere aos cartões de crédito, não há por enquanto nenhuma mudança, sendo que todas as compras no exterior são contabilizadas em moeda nacional e em euros.

Os mercados financeiros, por sua vez, adotaram o euro como unidade de cotação e pagamento. Naturalmente, a maioria dos europeus está preocupada

com a perspectiva de realizar mentalmente operações complexas. Na França, já estão sendo fabricadas pequenas calculadoras chamadas *eurettes* que resolvem num segundo os problemas dos cidadãos desorientados. Para os turistas o euro trará benefícios certos pois não haverá mais riscos de câmbio entre as onze moedas nacionais, uma vez que o euro será a moeda única.

Viajar pela Europa custará portanto menos caro; as empresas exportadoras terão menos gastos administrativos e dentro da Zona Euro os especuladores não poderão jogar uma moeda contra a outra. Outra vantagem: os países-membros não poderão recorrer como antes a desvalorizações competitivas para aumentar as suas exportações.

Segundo a "regra do nem nem", estabelecida pela Comissão Européia, em Bruxelas, nada nem ninguém pode obrigar um cidadão a pagar ou a ser pago em euros antes de 1º de janeiro de 2002, quando entrarão em circulação as notas e moedas dos Onze. As primeiras serão idênticas, com monumentos fictícios gravados para não ferir as susceptibilidades nacionais. Quanto às segundas, concebidas de maneira a serem reconhecidas pelos cegos, apenas um lado terá um símbolo nacional; o outro será igual para todos. Um país como a França terá de imprimir 2,5 bilhões de notas e cunhar 10,5 bilhões de moedas a serem guardadas em lugares ultra-seguros para evitar tentativas de assalto.

Uma das principais preocupações dos dirigentes europeus no momento refere-se aos bilhões de dólares da chamada economia clandestina (tráfico ...)

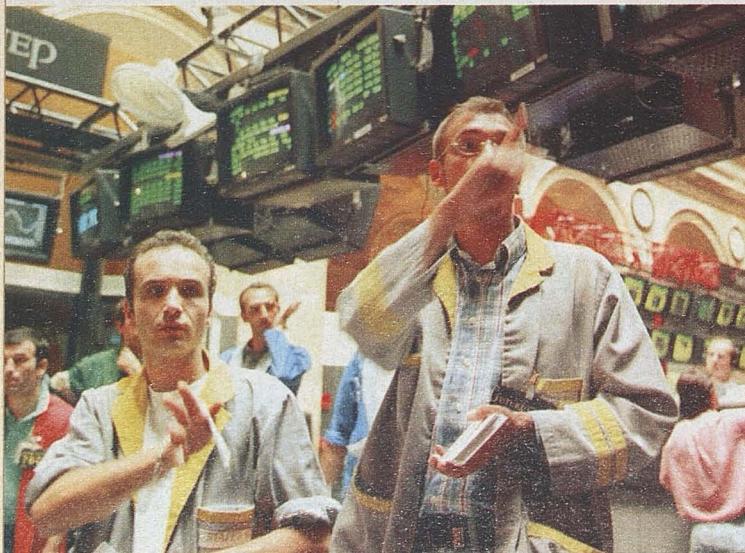


de drogas, trabalhos não-declarados, contrabando, etc.) que tentarão aproveitar o lançamento do euro. Segundo o Eurostat (instituto europeu com sede em Bruxelas), essa economia paralela constitui a quinta força da União Europeia depois da Alemanha, França, Itália e Grã-Bretanha.

O governo de Madrid considera que de 20 a 25% do PIB espanhol provém das atividades subterrâneas, incluindo as falsas declarações das empresas a respeito das suas rendas ou mais-valias. Que medidas financeiras e jurídicas tomarão os Onze? Alguns temem que se forem drásticas esse capital não-declarado fuja para outras moedas, como o dólar ou o franco suíço, enfraquecendo o euro. Não terminou o debate a respeito.

Euro x dólar

Atualmente os Estados Unidos têm 268 milhões de habitantes com um Produto Interno Bruto de 7.200 bilhões de dólares, ao passo que os Onze da União Europeia têm 290 milhões de habitantes com um PIB de 6.900 bilhões de dólares. A diferença é relativamente pequena, razão por que a Zona Euro



Muitos esperam que a construção da nova Europa possa ser uma resposta à globalização dos mercados

O futuro da nova moeda dependerá do Banco Central Europeu, que começou a funcionar em 1º de janeiro

poderá ser em alguns anos um contrapeso à hegemonia econômica e financeira dos Estados Unidos no mundo. Hoje 80% das transações internacionais são realizadas em dólares e grande parte do restante em marcos alemães, especialmente na Europa central.

O futuro da nova moeda dependerá essencialmente do Banco Central europeu, que começou a funcionar em 1º de janeiro. Aprovado por 538 dos 626 deputados do Parlamento europeu, com sede em Estrasburgo, Wim Duisenberg é o seu primeiro presidente.

Quando era ministro da Fazenda e filiado ao Partido Trabalhista, de esquerda, mudou radicalmente de política dois

anos depois de ocupar o cargo, aplicando um extremo rigor monetário. A partir de 1982 assumiu a presidência do Banco Central Holandês onde seguiu ao pé da letra os ensinamentos do Bundesbank alemão.

Apoiado sem vacilação pelo governo do chanceler Kohl, apesar das reticências da França, que preferia um candidato menos ortodoxo, Wim Duisenberg tem a difícil tarefa de fortalecer rapidamente o euro. Vários índices indicam

que procurará se manter mais perto do modelo do Bundesbank do que do modelo do Banco Central dos Estados Unidos, praticando uma política de comunicação centralizada e discreta.

Ao contrário dos norte-americanos, por outro lado, o Banco Central Europeu (BCE) não tem como objetivo o crescimento mas sim a estabilidade dos preços entre 0 e 2%. Com um marco que dobrou em 50 anos o seu valor em relação ao dólar, o Bundesbank é o primeiro acionista do BCE com 24,4% do capital, seguido do Banco da França (16,9%) e do Banco da Itália (15%). O menor acionista é o Banco Central de Luxemburgo, com 0,15%.

Para Jacques Delors, antigo presidente da Comissão Europeia, o Banco Central Europeu terá de explicar no futuro a sua política diante do Parlamento europeu assim como aos parlamentos nacionais, governos e à opinião pública. Social-cristão, Delors concorda que o BCE seja totalmente independente, mas ao mesmo tempo considera que os governos e os representantes dos cidadãos devem permanecer informados.

A nova Europa

Secretário-geral das Comissões Operárias Espanholas (CCOO), cujos objetivos são similares aos da CGT francesa, Antonio Gutierrez declarou no ano passado: "Estamos enganados quando falamos na dimensão social da Europa sem levar em consideração a sua dimensão monetária ou econômica e vice-versa". Acrescentou a respeito: "Os europeus não devem limitar-se a pedir aumentos salariais e aumentos das despesas sociais.

É necessário que insistam antes de mais nada na redistribuição mais solidária desses gastos sociais". Concluiu a sua análise com a seguinte afirmação: "Creio que a construção da Europa pode ser uma resposta à globalização dos mercados."

Este é o ponto-chave da questão.

Quando foram estabelecidas as bases do Mercado Comum Europeu, após a Segunda Guerra Mundial, graças a uma reaproximação histórica entre a França e a Alemanha, era a época da Guerra Fria. Existia o temor nos meios políticos e sindicais progressistas que a Europa Ocidental caísse nas mãos dos Estados Unidos servindo exclusivamente aos interesses do grande capital. Não havia ainda uma consciência popular comum,

pois o euro dará forçosamente nova vida ao debate político, desta vez em nível continental. Os adversários da nova moeda falam em abandono da soberania nacional. Mas como pode haver uma verdadeira independência se as economias europeias dependem até hoje das flutuações do dólar?

Um dos líderes da revolução de 1968 na França, o deputado verde Daniel Cohn-Bendit, que tem a dupla

"Aqueles que acreditam que ter uma moeda única é uma garantia contra uma política neoliberal estão enganados.

Margaret Thatcher rebentou nos anos 70 com a proteção social na Grã-Bretanha em nome de uma libra forte e contra a Europa. O euro levará as sociedades a considerarem de outro modo a realidade da União Europeia. Com a moeda única não mais podemos dizer a um parceiro que enfrenta



organizada e combativa, contra as forças reacionárias internacionais. As lutas eram mais de caráter nacional.

Hoje a situação é diferente. Houve nos últimos anos mobilizações populares, principalmente na França e Alemanha, que foram organizadas em ambos os lados da fronteira. Elas obrigaram os tecnocratas de Bruxelas e os governos da União Europeia a dar maior importância ao conteúdo social estabelecido no Tratado de Maastricht.

A batalha está apenas começando,

nacionalidade francesa e alemã, publicou em 1998 com o deputado socialista Oliver Duhamel um livro intitulado *Pequeno dicionário do euro* para mobilizar a opinião pública. Ele esclareceu numa entrevista à revista econômica *Challenges* em junho do ano passado: "Sou a favor da moeda única porque ela vai acelerar a construção da Europa."

Perguntado sobre como os Onze podem ter confiança no futuro quando não parecem ser capazes de resolver o problema do desemprego, respondeu:

dificuldades: não é o nosso problema, é o seu".

Em outras palavras, as forças progressistas e os sindicatos terão de reconsiderar a sua estratégia para impor uma política social conjunta frente aos interesses econômicos das multinacionais e às manipulações financeiras das bolsas.

Às vésperas do século XXI, a construção de uma Europa moderna, decidida a valorizar o homem antes de privilegiar o lucro, será o grande desafio da nossa época. ■

Novo comando

A derrubada de "Nino" Vieira põe fim à guerra civil e o novo governo decide honrar a convocatória de novas eleições



Após o golpe contra Nino Vieira, a vida volta ao normal na Guiné-Bissau, abalada por uma longa guerra civil que deixou milhares de mortos

Nestor Cozetti

Em 7 de maio o presidente da República da Guiné-Bissau, general João Bernardo ("Nino") Vieira¹, foi deposto pelo general Ansúmane Mané, antigo chefe-do-Estado-Maior das Forças Armadas Revolucionárias do Povo (Farp). Mané, por sua vez, tinha sido destituído do seu cargo por Vieira em junho de 1998 - por suspeita de envolvimento no tráfico de armas para os guerrilheiros senegaleses que lutam pela independência da província de Casamance, na região sul desse país, vizinho da Guiné-Bissau. Essa província fazia parte da Guiné-Bissau portuguesa até o final do século passado; nela se fala o "crioulo", língua que tem grande influência do português, e a etnia que nela habita ficou dividida ao meio com a partilha colonial, vivendo parte dela no que é hoje território do Senegal.

Raízes históricas

A "Terra de Negros", significado da palavra Guiné, resiste desde o século XVI aos seus colonizadores e invasores, com seus ancestrais reinos dos povos fula e mandinga. Os primeiros contatos entre guineenses e cabo-verdianos - consolidados no século XX com a fundação do Partido Africano pela Independência da Guiné e Cabo Verde, o PAIGC - datam do século XVII, quando os habitantes de ambas as colônias portugue-

sas se encontravam na escala obrigatória nas ilhas como escravos com destino ao Brasil. O Movimento das Forças Armadas (MFA), que derrubou o regime ditatorial português em 25 de abril de 1974 - data conhecida como a Revolução dos Cravos - foi o sucessor do Movimento dos Capitães, que nasceu em Bissau, naquele mesmo ano. O movimento estava integrado por jovens capitães portugueses que haviam combatido a vitoriosa guer-

lha guineense, tomando consciência do anacronismo que significava a manutenção de um regime colonial nessa altura do século XX. Em Guiné-Bissau e Cabo Verde, em 1950, a taxa de mortalidade infantil alcançava o índice de 600 por cada 1.000 nascimentos. Em 1960 apenas onze guineenses tinham educação secundária. Neste quadro é que em 1956 Amílcar Cabral funda o PAIGC, iniciando a guerra de guerrilhas contra o colonialismo. Em 1968 os portugueses só controlavam Bissau e

a zona costeira e em 1973 o PAIGC proclama, nas terras já liberadas, a República Democrática, Antiimperialista e Anticolonialista da Guiné-Bissau. Essa vitória, junto ao avanço dos movimentos de libertação em Angola e Moçambique foi a causa principal da derrota, um ano depois, da ditadura em Portugal.



Oito anos antes, em 1980, o próprio Vieira tinha assumido o poder através de um golpe de Estado contra o presidente Luiz Cabral, irmão do "pai da nacionalidade" e fundador do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) - Amílcar Cabral, assassinado pelo colonialismo português.

Conflito internacionalizado

Nos doze meses anteriores ao atual golpe do general Mané, o país viveu uma guerra civil tão sangrenta quanto os quinze anos de luta - finalmente vitoriosa - contra a metrópole colonial portuguesa. O chefe-do-Estado-Maior das Forças Armadas Revolucionárias nunca aceitou o seu afastamento do cargo e se sublevou com o apoio de 90% do Exército. Os terríveis combates que a partir daí se iniciaram ultrapassaram as fronteiras do país: milhares de soldados dos vizinhos Senegal e Guiné-Conakry acudiram em socorro a Vieira. Mas não tiveram sucesso. Acabaram sendo substituídos por uma força de paz de 600 homens do Grupo de Supervisão da Comunidade Econômica da África

Oidental (Ecomog), que ingressaram na Guiné-Bissau desarmados e com a incumbência de pacificar o país. A missão de paz africana fracassou e os combates só terminaram após a destituição de Vieira, ao custo de milhares de mortos e dezenas de milhares de feridos.

Muitos analistas acreditam que a internacionalização do conflito contou com algum nível de interferência da ex-metrópole colonial do Senegal, a França, sem cujo consentimento o governo de Dakar não teria se envolvido na guerra civil da Guiné-Bissau. Os quinze foguetes lançados pelas forças rebeldes contra o Centro Cultural Francês em Bissau - o prédio de arquitetura mais moderno da capital, similar ao Centro George Pompidou parisiense - foram interpretados como uma resposta a essa ingerência indireta no conflito.

Um dado a lembrar é que em 1997 o governo de Bernardino Vieira trocou a moeda nacional, o peso guineense, pelo franco CFA, a moeda corrente da África francófona, numa iniciativa que demonstrou a crescente influência da França nos assuntos internos da ex-colônia portuguesa. O golpe de Estado de Vieira contra Luiz Cabral, em 1980,

interrompeu a união com a República de Cabo Verde e agravou as condições socioeconômicas. A consequente insatisfação popular levou o governo a prometer eleições para 1992, mas o pleito não chegou a se realizar. O assassinato de um alto comandante militar serviu de justificativa para que a consulta popular fosse novamente adiada. Finalmente, as eleições foram realizadas em 1994 e o PAIGC venceu o candidato do Partido pela Renovação Social, dissidência do PAIGC, liderado por Kumba Iala.

A aproximação do governo com a França, que acontece a partir de 1995, leva a um descontentamento crescente no seio das Forças Armadas e na oposição, que utiliza a destituição de Mané como detonante para a sublevação armada que finalmente provocou, em maio passado, a queda de Vieira.

O "governo civil de transição" que foi instalado a partir de então promete respeitar a convocação de eleições gerais que tinha sido feita pela administração anterior. ■

"Vieira ficou conhecido como "Nino", diminutivo de "menino", na tropa militar portuguesa, por ter sido um dos mais precoces líderes da guerrilha independentista"

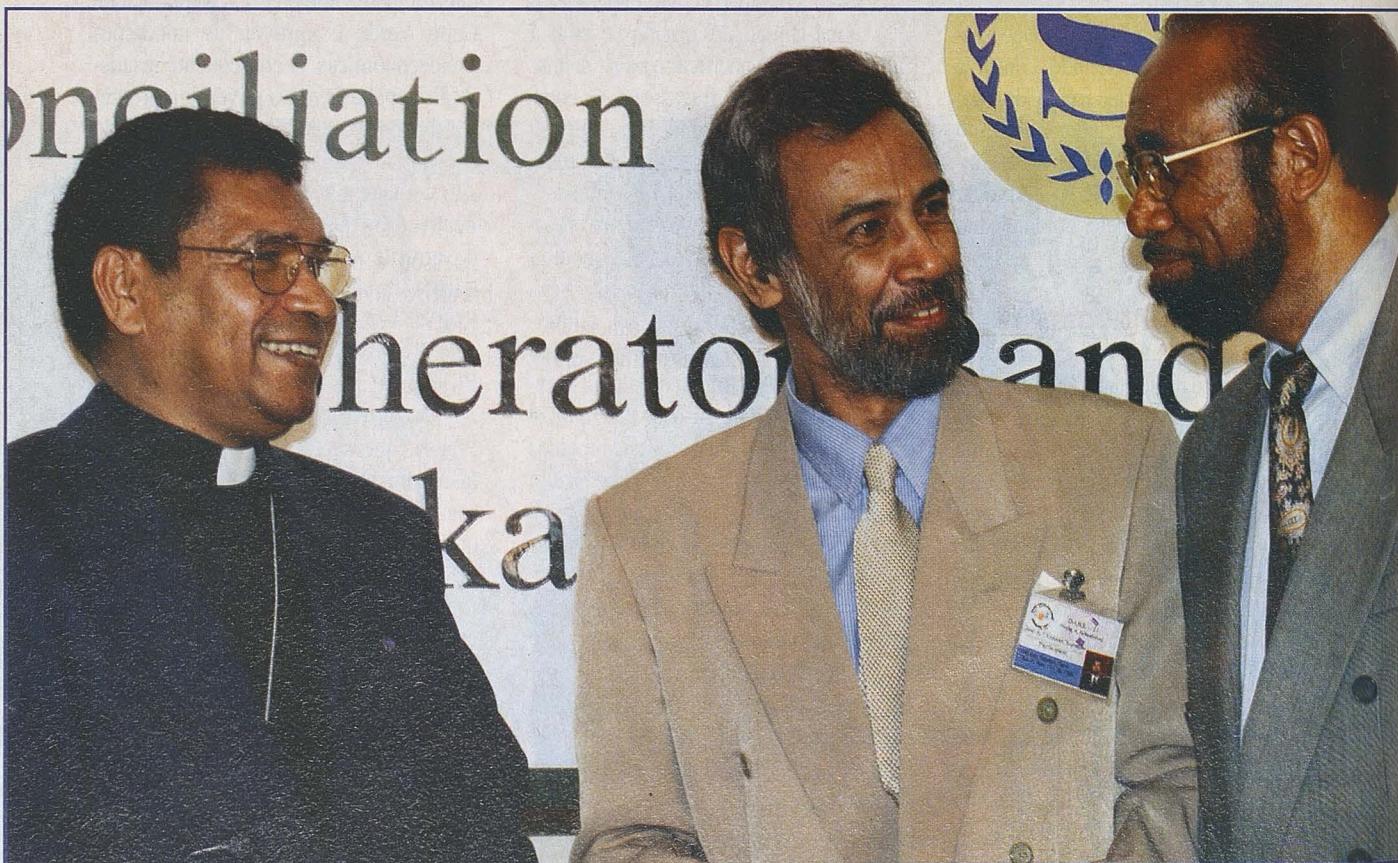
Acordo definitivo?

**Nações Unidas
adiam o plebiscito
diante da onda
de violência
desencadeada pelas
milícias pró-Indonésia**

No final de junho, após uma histórica rodada de conversações, os dois principais grupos políticos de Timor Leste - o que defende a independência, liderado por Xanana Gusmão, e o que luta pela manutenção dos vínculos com a Indonésia - anunciaram que tinham chegado a um acordo para depor as armas. O anúncio foi feito em Jacarta, capital da Indonésia, ao finalizar um encontro de vários dias que reuniu cerca de 60

representantes de ambas agrupações. As conversações vão prosseguir, pois detalhes importantes a respeito da forma como o desarmamento será realizado ainda estavam sendo equacionados, mas a atitude construtiva das lideranças presentes ao encontro permitiu que a Organização das Nações Unidas retomasse a confiança na realização do plebiscito sobre a independência, ainda no mês de agosto.

Das conversações que tiveram lugar em Jacarta, participaram Dom Ximenes Belo e José Ramos Horta, premi-



O bispo Carlos Ximenes Belo, Prêmio Nobel da Paz, Xanana Gusmão, líder dos grupos independentistas de Timor, e Lopes da Cruz, líder das facções pró-Indonésia, conversam em Jacarta após a assinatura do acordo de paz, em 30 de junho passado

ados com o Nobel da Paz pela sua luta em favor dos direitos humanos do povo maubere. Para poder participar do diálogo com as facções pró-Indonésia, Ramos-Horta recebeu, em 24 de junho último, um visto de entrada na Indonésia, país ao qual esteve proibido de retornar por mais de duas décadas.

Pouco antes, a ONU tinha se visto forçada a anunciar o adiamento da consulta popular, "por falta de garantias de que os timorenses poderiam fazer uma escolha livre", nas palavras de Kofi Annan, secretário-geral da ONU. Ele anunciou oficialmente que o plebiscito na ilha de Timor, anteriormente fixado para 8 de agosto, tinha sido adiado pelo menos até o final do mês.

A eleição vai definir se o país continuará anexado à Indonésia - com um estatuto de autonomia - ou conquistará a sua independência. E o clima de terror e violência política que tomou conta de Timor nas vésperas da consulta foi interpretado pela comunidade internacional como uma manobra dos setores mais conservadores da Indonésia e de facções das Forças Armadas desse país, que se opõem a qualquer mudança no estatuto da ilha que ocupam ilegalmente desde 1975.

Em particular, a responsabilidade maior caberia ao general Wiranto, ministro da Segurança e Defesa da Indonésia e homem forte do regime, que estaria inconformado com o compromisso assumido pelo seu governo perante a ONU, aceitando a realização do plebiscito. Ele seria um dos instigadores da conduta das milícias pró-Indonésia, as quais, segundo denúncias da missão de observação das Nações Unidas na ex-colônia portuguesa, são responsáveis diretas pelos recentes atos de violência em Dili, a capital de Timor, e no interior da ilha.

Enviados especiais de jornais europeus e norte-americanos e militantes de organizações de defesa dos direitos humanos de todo o mundo que já estão em Timor acompanhando o processo de



O general Wiranto (dir.), ministro da Defesa da Indonésia, falou à imprensa em Dili, capital de Timor, em 12 de julho. Ele disse que há condições para a realização do plebiscito em agosto, porque "a violência está sob controle"

preparação da consulta popular denunciaram que dezenas de civis foram mortos nas últimas semanas pelas milícias.

Em 1982, o Conselho de Segurança da ONU aprovou uma resolução exigindo a retirada de Timor Leste das forças de ocupação. Mas a Indonésia nunca deu ouvidos à exigência e a ONU nunca tomou nenhuma medida para fazer valer a sua decisão. A situação começou a mudar há pouco mais de um ano, quando a população indonésia rebelada pela situação caótica da economia forçou a renúncia do ditador Suharto, iniciando um processo de mudanças políticas profundas no país.

Virtual vencedora das recentes eleições nacionais realizadas na Indonésia, Megawati Sukarnoputri - filha do falecido presidente Sukarno, derrubado pelo general Suharto com um golpe sangrento com mais de 700 mil vítimas - não se pronunciou nem contra nem a favor da independência de Timor.

O Brasil participará do trabalho da Missão da ONU para o Timor (Unamet). O chanceler Luis Felipe Lampreia expressou a preocupação do governo brasileiro com a situação de segurança que vive a população timorense em recente carta enviada ao chanceler indonésio, Ali Alatas. ■

Militante dos direitos humanos faz campanha em Jacarta em favor da paz em Timor





Zona de Livre Comércio em 2000

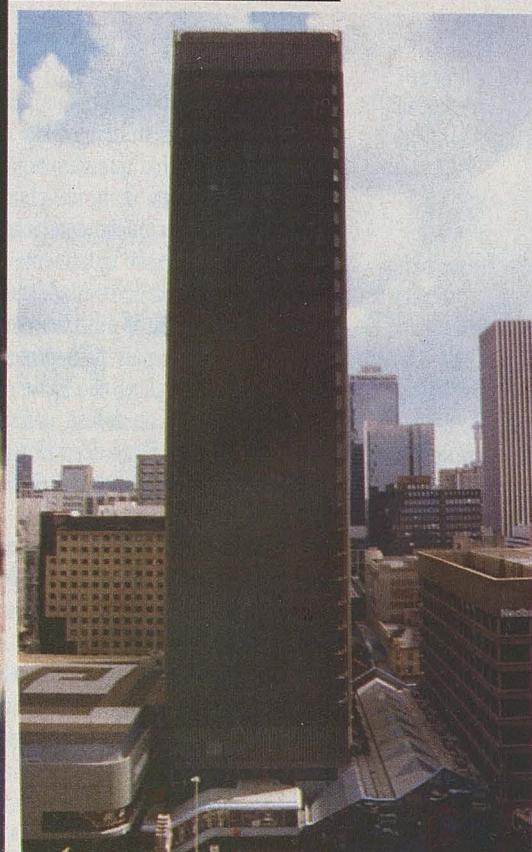
Uma das regiões mais pobres do planeta se prepara para enfrentar unida os desafios da globalização

Judith Achieng

AÁfrica oriental e austral se converterá numa União Econômica no ano 2000. Mais de 250 dirigentes de 21 países da região, integrantes do Mercado Comum da África Oriental e Austral (Comesa), reunidos em Nairóbi, capital do Quênia, assim o resolveram, após constatarem que "os países do Comesa, com uma população de 380 milhões de pessoas, têm poucas chances de competir

com o resto do mundo, uma vez que suas economias possuem pequenos mercados internos, bases de produção sem diversificação, uma infra-estrutura sem desenvolvimento e contingente humano pouco capacitado."

A projetada União Econômica dará aos países do Comesa a vantagem de um mercado ampliado para competir com os mercados externos e também a possibilidade de construir sua própria infra-estrutura sem depender tanto dos credores, asseguraram. "A concretização de um grande mercado torna-se mais urgente no atual contexto



"Ainda que os países do Comesa tenham diferentes costumes, culturas e metas econômicas, a integração finalmente chegará"

mesma", declarou o secretário-geral do Comesa, Justus Mwencha. Os países da região se situam entre os mais pobres do mundo, embora contem com abundantes recursos naturais.

O Comesa tem um Produto Interno Bruto de 170 bilhões de

dólares, e é integrado por 15 dos 20 países que a ONU qualifica como de menor desenvolvimento do mundo.

Rica herança cultural

Esses países são os que têm maior pobreza, doenças e analfabetismo no planeta. Mesmo contando com uma rica herança cultural, terras, jazidas minerais, água, petróleo e gás, não têm a capacidade de explorar esses recursos plenamente com o objetivo de proporcionar uma forte base para o desenvolvimento econômico, disse Biwott.

Só 10% das terras férteis são utilizadas com fins econômicos e ainda não foram exploradas bilhões de toneladas de minerais, como ferro e fosfato, explicou. Apenas 4% do potencial energético dos numerosos rios e lagos foram aproveitados.

Austing Sichinga, à frente da delegação da Zâmbia na reunião, disse que

a região está muito atrasada para alcançar a infra-estrutura necessária para um mercado único. "Em matéria política, tudo parece pronto, mas, na prática, a questão é diferente", disse. "Ainda que os países do Comesa tenham diferentes costumes, culturas e metas econômicas, a integração finalmente chegará", declarou D. Chantaram, do ministério de Desenvolvimento Econômico e Cooperação Regional de Maurício.

Constituído em 1994 para substituir a Zona Comercial Preferencial, que não produziu a desejada integração econômica e social, o Comesa fez crescer o comércio entre os países da região em 500%, de 834 milhões de dólares em 1985 para 4.200 milhões em 1998.

O Comesa tem o projeto de melhorar os transportes e a rede de comunicação da região com um capital inicial de seis bilhões de dólares financiado pelos Estados-membros. O banco da Zona Comercial Preferencial, também fornecerá 685 milhões de dólares para fomentar a atividade do setor privado no turismo, comércio exterior, manufatura e transporte.

Dos países-membros, Egito e Madagascar já aplicaram uma redução tarifária de 90% e outros oito informaram sobre uma redução de 80%. "Isso é uma evolução muito estimulante.

Há muito tempo que afirmamos que se deve agir no Comesa como uma região unificada, e não como uma série de países individuais", observou Mwencha. (Judith Achieng)

econômico, que é cada vez mais globalizado", disse o ministro de Cooperação Regional do Quênia, Nicholas Biwott.

A secretaria do Comesa, com sede em Zâmbia, fixou a data de outubro de 2000 para alcançar a meta de tarifa zero entre os países-membros. Também pretende criar uma tarifa de comércio externo comum para 2004, seguida de uma união monetária e da livre circulação dos habitantes para o ano de 2025.

"Concluimos a tarefa a que nos propomos e mostremos ao resto do mundo que a África pode ajudar a si

A morte dos idiomas orais, prevista para o próximo século, é um dado alarmante do empobrecimento da cultura humana como consequência da revolução tecnológica e do predomínio de um grupo de nações



Entre as línguas ameaçadas está o curdo, pela repressão que esse povo sofre, principalmente na Turquia

O holocausto da PALAVRA

Numa época em que aumentam os militantes da causa ecológica que denunciam as ameaças à biodiversidade, pouca atenção está recebendo um outro fenômeno igualmente preocupante: a perda da diversidade cultural do planeta. "Apesar de existirem muitos esforços internacionais para proteger a diversidade biológica, não acontece o mesmo no terreno da defesa da diversidade lingüística. E, ao destruir aquela, estamos destruindo também esta", denuncia Tove Skutnabb Kangas.

A renomada lingüista, em conferência pronunciada em Haia, Holanda, alertou para o fato de a quase totalidade dos idiomas orais da Ásia, África e América estarem fadados a desaparecer nos próximos 100 anos como consequência da globalização ou da repressão cultural.

"As línguas estão morrendo a um ritmo nunca antes registrado, e estudos rigorosos indicam que cerca de 90% dos idiomas orais deixarão de existir no próximo século", denunciou a especialista.

Cerca de 6.000 línguas sobrevivem no mundo de hoje, estando todas elas em perigo de extinção sob a influência do inglês, do chinês, do russo, do espanhol ou do português, avaliou o antropólogo norte-americano Jared Diamond em seu livro *Guns, germs and steel* (*Armas, germes e aço*), de 1997.

Não se sabe, no momento, quantos idiomas alguma vez existiram, já que os registros começaram com o surgimento da escrita, cerca de 3.000 anos antes de Cristo, o que representa apenas 0,1% da história da espécie humana, explicou Diamond.

Para tratar do problema, um congresso de especialistas internacionais se reuniu em maio na Holanda, para realizar audiências públicas e receber documentos e relatórios sobre casos de ameaça aos direitos humanos lingüísticos.

O direito à comunicação

O congresso baseou seus trabalhos na Carta sobre a Comunicação Humana, adotada há cinco anos na Holanda por especialistas em comunicação, acadêmicos e ONGs. "A carta promove o direito à comunicação como um direito básico de todos os indivíduos e de suas comunidades", explicou Cees Hamelink, professor de Comunicação International da Universidade de Amsterdã.

"Nessa ocasião decidimos nos concentrar no direito à diversidade lingüística, que inclui o direito das pessoas a se expressar, a utilizar sua língua em instituições educativas e à proteção de seu idioma minoritário", acrescentou.

Muitos desses idiomas foram abandonados historicamente, e os povos que os falam submetidos a repressão e discriminação, como é o caso da língua *creole* no Caribe, do curdo, falado por 25 milhões de pessoas na Turquia, Iraque, Irã e Síria, e do berebere, no norte da África.

O *creole* (termo francês que originalmente designava os filhos de europeus nascidos em uma colônia americana) tem várias versões muito difundidas no Caribe. Nasceu como uma mistura dos idiomas aborígenes com o dos colonizadores europeus e dos escravos da África ocidental. Embora falado pela maioria dos habitantes da região, o *creole* foi proibido ou ignorado durante longos períodos em vários países do Caribe, por ser considerado culturalmente inferior.

"O *creole* é totalmente excluído do sistema educativo. Os processos judiciais são traduzidos para o inglês, ainda que todos os implicados falem apenas o *creole*. O inglês é o idioma oficial do Parlamento, dos negócios e do mundo financeiro", observou Samuel Kennedy, um professor de Santa Lúcia, uma das ilhas do arquipélago das Pequenas Antilhas, descoberta por Cristóvão Colombo e independente desde 1978.

"Quase 99% de nossa progra-

mação de televisão é de origem norte-americana. Só a rádio local tem algumas horas de programas em *creole*", acrescentou.

O principal obstáculo para o desenvolvimento do *creole* é a atitude negativa para com ele da população em geral, como herança da escravidão e do colonialismo.

Contudo, Kennedy manifestou esperanças devido a um crescente sentimento de orgulho pelo patrimônio cultural do país, o aumento da atenção dos acadêmicos para a questão e o desenvolvimento gradual de uma ortografia *creole*.

Por seu lado, o idioma curdo é ainda uma expressão cultural reprimida abertamente na Turquia, no Irã, Iraque e Síria. O curdo escrito tem três alfabetos diferentes e pelo menos três centros de padronização, assinalou Sertac Bucak, um representante de origem curda.

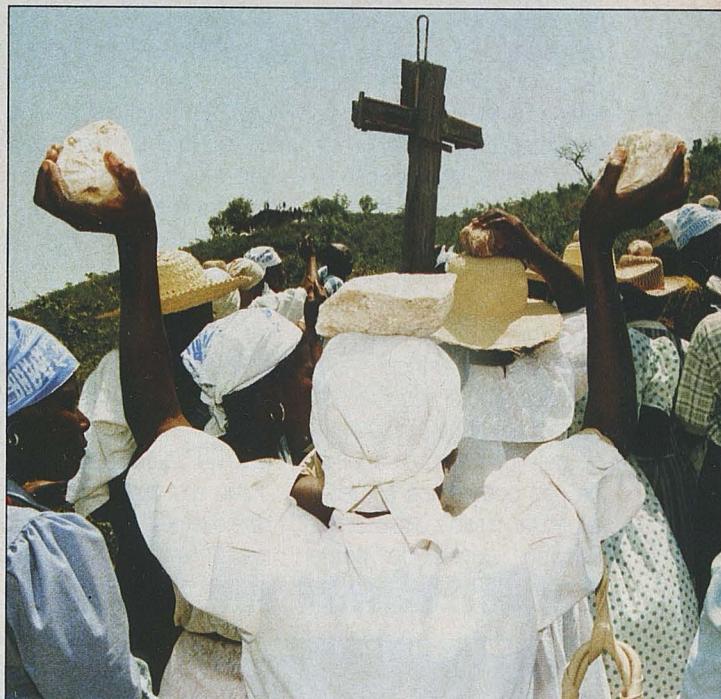
A situação dos curdos é particularmente grave na Turquia, onde sua cultura é desconhecida oficialmente pelo governo, que insiste em impor o idioma turco aos 12 milhões de curdos que vivem no país, o que provocou uma rebelião sangrenta.

"A Constituição da Turquia proíbe a existência de instituições educativas em outra língua que não seja o turco. Não se podem estabelecer mídias eletrônicas em curdo e nos é proibido dar um nome próprio de nossa etnia a nossos filhos", afirmou Bucak.

Os bereberes (termo derivado do vocábulo "bárbaro"), que constituem um dos grupos humanos mais antigos do norte da África, vivem uma situação comparável à dos curdos. Espalhados

pelo Marrocos, Argélia, Máli, Níger e Egito, sofrem discriminação e tentativas de substituir sua cultura, particularmente no Marrocos, onde o governo insiste em programas de homogeneização árabes.

"O fato de alguns bereberes viverem em países europeus poderia contribuir para a proteção de seus direitos lingüísticos. Devemos explorar essa possibilidade no âmbito da Carta Euro-



Embora falado pela maioria dos habitantes da região, o 'creole' foi proibido ou ignorado durante longos períodos em vários países do Caribe

péia de línguas regionais e minoritárias", exortou Paul de Waart, um professor holandês de direito internacional.

A linguagem é essencial para a identidade humana, e a proibição de usar a língua materna constitui uma grave violação aos direitos humanos. A comunidade internacional não se ocupou devidamente desse problema", denuncia Hamelink. (Branko Milinkovic). ■

Colômbia

Ainda sem cessar-fogo

O presidente Andrés Pastrana insistiu em dizer que seu governo continuará buscando um diálogo de paz com os guerrilheiros das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) apesar dos recentes ataques em localidades próximas à capital - a mais ousada operação do grupo rebelde nos últimos anos - que deixaram dezenas de mortos e feridos.

Analistas políticos afirmam que os revolucionários, que têm atualmente sob seu comando 40% do território do país, desejavam demonstrar com essas ações que o diálogo com o governo não implica um cessar-fogo. "Apenas quando as negociações tiverem entrado num patamar de definição de uma agenda de paz poderemos começar a pensar nisso", disse Jorge Briceño, conhecido como Mono Jojoy, designado pelos

rebeldes para integrar a delegação que negocia com o governo. (Ver entrevista com Manuel Marulanda em *cadernos do terceiro mundo* nº. 210.)

As Farc, o principal grupo guerrilheiro colombiano, e o Exército de Libertação Nacional (ELN), iniciaram em julho uma ofensiva generalizada em todo o país, forçando o governo a decretar o toque de recolher. Os rebeldes desejam criar as condições para serem considerados um movimento belligerante pela comunidade internacional. A referência que eles têm em mente é a Organização para a Libertação da Palestina, em relação ao Estado de Israel. Aspiram a um *status* que lhes permita serem considerados como um poder paralelo ao do governo colombiano. Para isso devem consolidar os territórios já conquistados.



O exército colombiano mostrou à imprensa os cadáveres de dezenas de guerrilheiros que tombaram nos recentes ataques das Farc

Panamá



Membros do Serviço Marítimo Nacional (Armada) hasteiam a bandeira do Panamá no mastro principal do Forte Sherman, em 30 de junho de 1999, dia histórico em que essa fortaleza militar foi devolvida ao país pelos Estados Unidos, em cumprimento aos tratados Torrijos-Carter, de 1975. Até o final deste ano toda a Zona do Canal deverá estar sob a soberania panamenha.

Ecuador

Explosão social

A renúncia do presidente Jamil Mahuad está sendo exigida pela Frente Patriótica, uma agrupação de sindicatos e organizações sociais e indígenas, que tem convocado greves e agora organiza um grande levantamento popular.

A Frente se opõe à política econômica do presidente, a quem acusa de se submeter às imposições do FMI, "favorecendo os banqueiros internacionais", nas palavras de

Luís Villacís, presidente da coligação de forças oposicionistas.

Mahuad decretou estado de emergência para enfrentar uma greve geral contra as medidas econômicas que jogou o país no caos.

O presidente da Federação de Exportadores, Luis Maldonado afirmou que o país está à beira de uma explosão social e da ruptura da ordem institucional". O desemprego afeta 14% da força de trabalho

Argentina

Democracia frustra jovens

O número de jovens argentinos que desconfia das instituições do Estado passou de 67 para 80% em seis anos, e a credibilidade no sistema democrático caiu de 79 para 68%.

A pesquisa foi realizada recentemente pela empresa Demoskopia entre mil jovens de 14 a 24 anos, que também inquiriu sobre temas econômicos, sociais, trabalhistas, drogas e família.

Os dados, que serão publicados em livro, foram comparados a um estudo semelhante efetuado pelo mesmo órgão em 1992. Ficou em evidência uma grande perda de credibilidade nas instituições estatais.

A desconfiança no governo aumentou de 50 para 89%; na polícia, de 80 para 82%; na administração pública de 73 para 77%; na Justiça, de 60 para 73% e nas Forças Armadas, de 73 para 74%. Só a Igreja Católica recuperou adeptos, registrando-se uma queda dos que descreem de 53 para 45%.

O diretor da Demoskopia, Hartmut Hentschel, afirmou que em 1992, embora houvesse críticas ao funcionamento das instituições, 79% acreditavam que a democracia era o melhor sistema e só 7% cogitavam uma alternativa melhor.

Segundo ele, "quando o sistema não funciona bem, a convicção democrática é afetada". E os dirigentes políticos são responsáveis, por

não abrir aos jovens os canais de participação que uma democracia moderna exige.

Na opinião de Hartmut Hentschel, uma abertura dos canais de participação poderia reduzir a brecha entre os jovens e a política, levando-se em conta que 50% afirmaram que "não participa, mas o faria".

No entanto, o número de jovens que manifestou "pouco" ou "nenhum" interesse pela política cresceu de 68%, em 1992, para 79% no ano passado.

O voto é obrigatório na Argentina, mas 23% não votariam se o sufrágio fosse voluntário e 18% declararam que "dependia" da oferta eleitoral. O número dos que não querem participar na vida política aumentou de 32 para 36%.

Segundo a pesquisa, 39% acreditam que a distância entre ricos e pobres crescerá e 51% prevêem que aumentará a violência urbana.

Atualmente, 70% dos jovens consideram-se expostos a um alto nível de violência e sentem que existe "desigualdade de oportunidades".

Na Argentina, o golpe de Estado ocorrido em 1976 contra o governo constitucional de María Estela Martínez de Perón acabou dando início a uma sanguenta ditadura, a qual terminou em 1983 com um saldo estimado de trinta mil pessoas desaparecidas.



O embaixador dos Estados Unidos no Chile, John O'Leary, entrega à diretora da Biblioteca Nacional de Santiago, Marta Cruz-Coke, mais de 5.800 documentos liberados pelo seu país com informações, antes secretas, sobre o regime de Augusto Pinochet. Acredita-se que esta divulgação comprometerá de forma irreversível a situação do ex-ditador na Grã-Bretanha.

Peru

Preso líder senderista

O governo peruano obteve mais uma vitória contra a guerrilha do Sendero Luminoso ao prender, no leste do país, o líder do grupo maoísta, "comandante Feliciano", ou Oscar Ramírez Durand, de 46 anos (foto). Antes de passar à clandestinidade, ele era um jovem típico de classe média, filho de um general reformado, e considerado por seus amigos "sério e introvertido".

Durand substituiu o fundador do Sendero, Abimael Guzmán, em 1992, quando

foi preso. O comando do Sendero poderá passar agora para Filomeno Cerrón Cardoso, o "comandante Artemio". Aproveitando a ocasião, Fujimori acenou com uma segunda reeleição.



Você
adora
tolerância
zero.

A Gestapo
também adorava.
Trate de ler.

Coleção
Polícia
AMANHÃ

2

TEXTOS FUNDAMENTAIS DE POLÍCIA

Do
Patrulhamento
ao
Policionamento
Comunitário

ORGANIZAÇÃO
Carlos Magno Nazareth Cerqueira

FUNDAÇÃO FORD

Freitas Bastos Editora

Uma publicação

IC
Instituto
Carioca de
Criminologia



Freitas Bastos Editora

Av. Londres, 381 Bonsucesso
CEP 21041-030 Rio de Janeiro RJ
telfax (021) 573 8949



Irã

Jovens exigem democracia

Areação enérgica das forças de segurança e dos milicianos islâmicos armados não foi suficiente para conter as manifestações estudantis no Irã, que se estenderam da capital Teerã, no início de julho, para todo o país nas semanas seguintes. Os protestos, que reuniram mais de 10 mil estudantes, começaram como reação ao fechamento do jornal *Salam* (Paz), favorável à abertura democrática que está promovendo o atual presidente Mohamad Khatami.

A repressão desencadeada pela polícia, que invadiu a Universidade de Teerã deixando pelo menos um morto, fez com que as manifestações se espalhassem a outras cidades e provocou a renúncia do ministro da Educação.

Os confrontos geraram a mais grave crise política desde a implantação da Revolução Islâmica, em 1979, e ninguém sabe qual será o desfecho da situação. Talvez tenha entrado em colapso definitivo a coexistência de dois poderes, o político, simbolizado pelo presidente eleito por voto direto, Mohamad Khatami, de

quem os jovens exigem a ampliação das reformas, e o teocrático, simbolizado na figura do aiatolá Ali Khamenei, líder religioso supremo e autoridade máxima do país, de acordo com a Constituição islâmica.

Há vinte anos atrás, a geração anterior de jovens teve papel decisivo no levante que levou à deposição do xá Reza Pahlevi. Mas os líderes islâmicos que tomaram o poder não foram capazes, nestas duas décadas, de interpretar os anseios de liberdade política e de liberação dos costumes das novas gerações - mais de 50% dos iranianos têm menos de 30 anos - e foram se afastando cada vez mais da população.

A revolta dos estudantes tanto poderá dar novo impulso às reformas iniciadas por Khatami como conduzir a um endurecimento do regime, permitindo aos membros da linha dura lançarem uma escalada repressiva para consolidar o seu poder. Tudo dependerá dos líderes islâmicos, que deverão decidir de que forma vão reconquistar a sua legitimidade: pela força ou pelo diálogo.

Argélia

Em busca do fim da violência

Uma anistia lançada a 5 de julho pelo governo da Argélia beneficiou os guerrilheiros da Frente Islâmica de Salvação (FIS) não envolvidos em crimes de sangue e dispostos a deporem as armas. A iniciativa faz parte do projeto de pacificação nacional do novo presidente, Abdelaziz Buteflika.

Um referendo popular sobre a "concórdia civil" tam-

bém está previsto na iniciativa oficial, como forma de legitimar ainda mais um governo que tem enorme legitimidade em sua origem: está formado principalmente por militantes da Frente de Libertação Nacional (FLN) que dirigiram o país depois da luta armada pela independência, em 1962.

A violência que estremeceu a Argélia nos últimos anos teve início em 1992,

quando foram canceladas pelos militares as eleições gerais em que a FIS vencia. A partir daí, sucederam-se os ataques dos Grupos Islâmicos Armados, principalmente contra os "estrangeiros".

Em 1993, a metade dos 8 mil franceses que viviam na Argélia regressaram a seu país. Hoje, com 3 milhões de desempregados e milhares de famílias vitimadas pela guerra civil, os argelinos confiam em poder abrir um novo capítulo de sua história e deixar para trás a etapa da violência protagonizada por um lado pelo Exército e por outro pelos extremistas islâmicos.

Escócia



O conhecido ator Sean Connery, famoso pela sua interpretação do agente secreto James Bond, "007", e sua esposa Micheline, chegam à cerimônia de abertura do Parlamento escocês. Connery, que desempenhou um ativo papel de ativista pró-autonomia, foi convidado de honra da histórica cerimônia, que pôs em prática o que as eleições de maio deste ano determinaram: mesmo ainda fazendo parte do Reino Unido, a Escócia passou a ter autonomia legislativa para criar e votar as próprias leis, o que não acontecia há mais de três séculos.



Consumidores entram em um Duty Free Shop a bordo do ferry-boat Mahet, que deixou Calais, no norte da França, com destino a Dover, na Grã-Bretanha. Milhares de pessoas fizeram a travessia do Canal da Mancha só para fazer compras em 30 de junho, último dia dos free shops no velho continente. Eles foram abolidos pela nova legislação econômica em todos os países que formam a UE.

China

Novos hábitos

PANORAMA
Internacional

Os Mc Donald's e os Kentucky Fried Chicken (KFC) se encontram hoje em muitas esquinas da capital chinesa, e, em suas portas, filas de jovens esperam para entrar. Até o fim da década de 80, fast food era uma expressão desconhecida pelos chineses. Agora, todos os habitantes de regiões urbanas, desde Xian até Pequim, conhecem os KFC e os Mc Donald's, mesmo que não tenham provado a comida.

Os jovens constituem o principal alvo dos estabelecimentos de fast food, segundo o empresário Lao Rong. "Eles têm liberdade e dinheiro para consumir, uma vez que são seus pais quem financiam seus desejos."

A alimentação mudou muito em Pequim desde a década de 80. "Em 1979, só havia uma loja do KFC na capital chinesa. Agora há mais de 85. Isso mostra que se tornaram populares. Diariamente atendem entre 150 a 300 clientes", disse Han Chiannai, um pesquisador de hábitos alimentares da Academia de Ciências Sociais.

Mas os empresários chineses não ficam de braços cruzados. A pesar de se sentirem ameaçados pelos novos concorrentes, abrem seus negócios, inclusive com produtos similares, ao lado das cadeias de comida ocidental.

**Você diz
que o Brasil
é o país da
impunidade.**

**Negros pobres
acham o contrário.
Trate de ler.**

COLLEÇÃO Pensamento
Criminológico

2



Vera Malaguti Batista

DIFÍCIL GANHOS FÁCEIS
Drogas e Juventude Pobre
no Rio de Janeiro

Instituto
Carioca de
Criminologia

Freitas Bastos Editora

Uma publicação



Freitas Bastos Editora

Av. Londres, 381 Bonsucesso
CEP 21041-030 Rio de Janeiro RJ
tel/fax (021) 573 8949

República Dominicana

ONU fechará instituto da mulher

A República Dominicana se opõe ao fechamento do Instituto Internacional de Investigações e Capacitação para a Promoção da Mulher (INSTRAW), com sede em Santo Domingo, uma das três agências da Organização das Nações Unidas (ONU) com sede no Terceiro Mundo. As outras são o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) e para a Habitação (Habitat), ambas em Nairóbi, capital do Quênia. O fechamento do INSTRAW está previsto para agosto, devido aos cortes orçamentários da ONU.

O ministro das Relações Exteriores da República Dominicana, Eduardo Latorre, insiste em que o INSTRAW "deveria permanecer" no país apesar da crise financeira da ONU. A República Dominicana doou o edifício que abriga os escritórios do INSTRAW, como parte do acordo com a ONU.

O governo dominicano se opõe à fusão do INSTRAW com outros institutos da mulher e sua consequente rein-

tegração nos escritórios centrais da ONU, em Nova Iorque. Além disso, autoridades de Santo Domingo alegam que o INSTRAW não pode ser dissolvido sem que a Assembléia Geral de 185 membros aprove a medida. O INSTRAW tem vários projetos em andamento em países do Terceiro Mundo, entre eles a própria República Dominicana, Sri Lanka e África do Sul. O fechamento do instituto obrigaria a interromper o trabalho com mulheres carentes.

O financiamento do INSTRAW provém das contribuições voluntárias dos 185 Estados-membros da ONU. Mas, com os anos, só restaram 35 contribuintes regulares.

Criado para formular novos métodos de participação das mulheres nos processos de desenvolvimento, o orçamento do instituto ascende a dois milhões de dólares por ano. Mas, em 1998, teve um déficit de mais de um milhão de dólares.



Uruguai

Em Montevideu, capital do Uruguai, membros da organização Hijos (Filhos), formada por filhos de desaparecidos durante a ditadura uruguai (1973-1984), exigiram o fim da impunidade ainda vigente em relação às violações aos direitos humanos cometidas durante os governos do período de governos de fato. O Uruguai sofreu severas violações aos direitos humanos mas, após a redemocratização, uma lei ratificada em plebiscito anistiou os militares.

Turquia

Ocalán descoberto pelo supergrampo

A condenação à morte por enforcamento do líder curdo Abdalla Ocalán está provocando duras represálias contra os turcos. Na própria Turquia já foram registradas muitas mortes em atentados. Mas a onda anti-turca se estende a outros países, principalmente a Alemanha, onde vivem mais de 500 mil curdos.

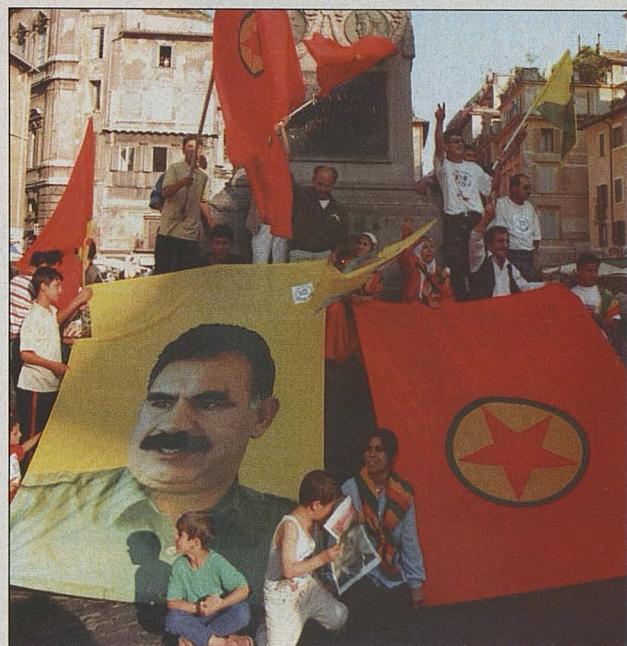
Este é um motivo sério para que a União Europeia esteja pressionando o governo de Ankara para transformar a pena de morte em prisão perpétua. Outro motivo, também de peso, é que a Turquia luta para entrar na Comunidade Europeia, que lhe traria benefícios políticos e econômicos.

Mas, agora, surgiu denúncia que pode ajudar a livrar Ocalán da forca. Infor-

mações que circulam na Europa levantam uma hipótese que se considera muito provável: o líder curdo vinha sendo seguido pelo supergrampo norte-americano. Esse sistema de espionagem, instalado para vigiar a antiga União Soviética ampliou-se agora a todo o mundo, inclusive o Brasil (ver reportagem no número 210 de *cadernos*).

É um sofisticado sistema de espionagem eletrônica coordenado pela National Security Agency, capaz de rastrear ligações telefônicas e conversações.

Teria sido essa agência dos Estados Unidos que localizou Ocalán em fevereiro deste ano no seu refúgio no Quênia, seguindo-o até o aeroporto, em cujo trajeto foi seqüestrado por um



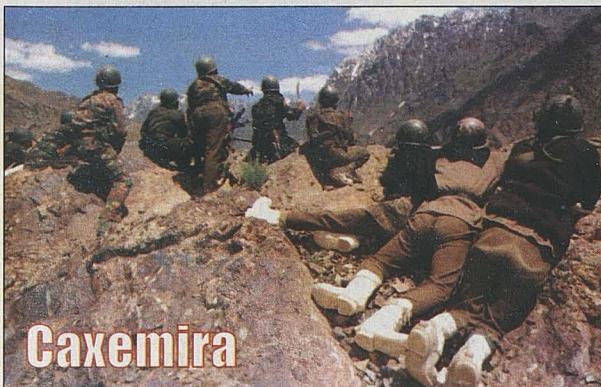
Nas capitais europeias se sucedem as manifestações em favor de Ocalán

comando turco, que teria sido alertado da presença do dirigente curdo na África pela espionagem norte-americana.

Os governos europeus estão atentos e muito preocupados com essa nova arma de domínio dos Estados Unidos, exigindo que cesse a espionagem eletrônica. Caso contrário, já apa-

relhados tecnicamente, passariam também a acompanhar os norte-americanos e, seguramente, terão muito o que espionar.

O destino de Ocalán ainda é incerto mas em círculos diplomáticos especula-se que as últimas revelações sobre a origem da informação que levou à sua captura poderá salvar-lhe a vida.



Caxemira

Um acordo entre militantes islâmicos muçulmanos apoiados pelo Paquistão e forças indianas foi assinado em meados de julho, após dois meses de intensos combates. Esse foi o pior confronto entre a Índia e o Paquistão pela província de Caxemira - que pertence à Índia mas tem maioria muçulmana - nos últimos 30 anos. Ambos os países já se enfrentaram em duas guerras pela província desde 1947, ano da sua independência.



Palestina

Mulher palestina enche sua garrafa de água fresca trazida por ativistas israelenses na vila de Bet Furíq, na Cisjordânia, território palestino autônomo. Milhares de litros de água, em um gesto de boa vontade, foram levados pelos pacifistas judeus para os palestinos que vivem nos territórios ocupados. Israel vive um novo clima, desde a posse do novo primeiro-ministro, o trabalhista Ehud Barak, que está pondo em prática seu compromisso de retomar as negociações com os árabes e pôr fim a quase um século de violência na região.

**Você acha
que todos
são iguais
perante
a lei.**

**Visite uma prisão.
Ou trate de ler.**

**discursos
sediciosos**

CRIME, DIREITO E SOCIEDADE

ano 3 números 5 e 6 1º e 2º semestres de 1997

Alexandre A. Marinho	Jose Mauricio S. Alvarez
Alexandre Macedo	Kiko Goffman
Alfredo Boaventura	Luiz Huisman
Andréa Bressan	Luiz Eduardo de V. Vieira
Carolina Flores	Luiz Guilherme Vieira
Carlos Eduardo Machado	Marco Aurélio
C. M. Nazareth Carneiro	Maria Helena C. Pinheiro
Dea Rita Matozinhos	Maria Lucia Karam
Eduardo Galeano	Nelio Roberto Soárez Machado
Eliane Botelho Jinqueiro	Nelio Batista
Gisallo Cerqueira	Patrícia Ribeiro Serra Vieira
Giziane Neder	Sérgio Haroldo de Resende
Humberto Telles	Sérgio Demônio Hamilton
Jose Eduardo Azevedo	Diego Gómez Bouquette

ISSN 1413-988X



9781413-988X



Freitas Bastos Editora

Uma publicação



Freitas Bastos Editora

Av. Londres, 381 Bonsucesso
CEP 21041-030 Rio de Janeiro RJ
telfax (021) 573 8949

Tailândia

Novas feridas

O primeiro-ministro da Tailândia não imaginou, ao oferecer um cargo-chave ao ex-ditador militar Thamom Kittikachorn, que traria de volta os fantasmas de um período trágico da história do país.

Thamom, um marechal de 88 anos, que governou a Tailândia com mão de ferro até 1973, foi nomeado guarda real especial do Quarto Regimento de Cavalaria, mas declinou a oferta diante dos protestos generalizados. Mesmo assim, muitos tailandeses continuam a pedir um ajuste de contas com o ex-ditador.

"Não desejo que haja desordem no país por minha causa", declarou Thamom, acusado de graves violações aos direitos humanos.

As manifestações causadas pela designação mostraram que ainda está viva a lembrança dos massacres de estudantes, perpetrados em Bangkok em outubro de 1973 e de 1976, quando os jovens realizavam protestos públicos contra o governo militar.

Agora, grupos de defesa dos direitos humanos e militantes veteranos, que protestavam contra os militares há duas décadas, pedem uma revisão desses episódios. "Os acon-

tecimentos de outubro fazem parte do passado, mas jamais foram integrados à nossa história", assinalou Thongchai Winitchakul, ex-líder estudantil, preso por dois anos após o massacre do campo de desportos da Universidade de Thammasat, na manhã de 6 de outubro de 1976. Não se sabe ainda, ao certo, o número de mortos nesse massacre.

Thamom, primeiro-ministro até sua queda e exílio, em 1973, disse só aspirar agora a ingressar em um mosteiro budista.



O primeiro-ministro Mahathir Mohamad

OEA

Convenção Interamericana

A Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA) adotou em 8 de junho passado a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência.

O evento permanecerá aberto à assinatura dos Estados-membros na sede da organização até a sua entrada em vigor. O citado instrumento jurídi-

co, que consta de dez artigos, tem como objetivo prevenir e eliminar todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiências e contribuir para a sua plena integração na sociedade. Para atingir esses objetivos, os Estados-membros deverão adotar medidas de caráter legislativo, social, educativo, trabalhista, etc. para a eliminação da discriminação contra essas pessoas.

Serra Leoa

Assinado acordo

A herança da divisão do butim colonial, em 1885, por Bismarck no histórico Congresso de Berlim e as seqüelas da partilha africana ainda não chegaram ao fim. As imposições de fronteiras artificiais converteram alguns Estados independentes em países artificiais, gerando conflitos que hoje se transformam em novas guerras, quase sempre inspiradas por ambições econômicas de interesses estrangeiros.

Serra Leoa é um exemplo dessa situação. O pano de fundo das guerras civis eram as divergências históricas entre as principais etnias teme e mende, mas o fator decisivo tem sido a disputa pelas multinacionais das riquezas florestais, da produção de bauxita e ferro e, sobretudo, de diamantes.

Ao custo trágico de mais de 50 mil mortos e mais

de 100 mil feridos e mutilados, com o deslocamento dos seus lares de mais de 800 mil pessoas, Serra Leoa está avançando agora para um processo de paz.

O acordo para pôr fim à guerra civil iniciada em 1991 foi homologado dia 7 de julho em Lomé, capital do vizinho Togo, pelo atual presidente Ahmad Tajan Kabbah e o líder da Frente Unida Revolucionária, Fodday Sankoh, que chefia a rebelião armada.

Os rebeldes ganharam dois ministérios e quatro cargos de vice-ministro, e Sankoh foi designado titular da poderosa Comissão de Reconstrução, que será a encarregada de reorganizar a economia do país.

A expectativa é de que, ao trazer as forças rebeldes para dentro do governo, esse acordo seja duradouro.



Assim que o acordo entre o governo e os rebeldes foi anunciado, a população de Serra Leoa começou a reconstruir as suas casas e as ruas das cidades

Congo

Uma nova etapa

Avança o processo de paz na República Democrática do Congo, ex-Zaire, um país tido como modelo clássico do velho colonialismo. Um cessar-fogo entre as forças leais ao presidente Laurent Desiré Kabila e os grupos rebeldes foi obtido no começo de julho, pela intervenção de um grupo de quinze países africanos.

O acordo final, discutido em Lusaka, capital da Zâmbia, prevê a desmobilização das forças rebeldes, o desarmamento e a integração dos seus combatentes na administração e a criação de uma força de paz africana sob os auspícios da Organização das Nações Unidas.

Kabila também ofereceu aos rebeldes civis e militares uma anistia, que só exclui os acusados de genocídio. "É uma solução africana e mostra que temos capacidade de resolver nossos próprios problemas", disse o chanceler da Tanzânia.

Kabila tomou no seu conturbado governo várias medidas nacionalistas com vistas à independência econômica. Restabeleceu o nome histórico do país, Congo (Zaire tinha sido adotado pelo ditador Mobutu Zeze Seko), e tentou limitar a influência das potências capitalistas e das suas empresas multinacionais, provocando resistências internas e pressões externas. Essa posição não deve ter sido estranha ao levante armado contra seu governo.

O Congo também sofreu

as consequências da partilha colonial. Como resultado da Conferência de Berlim, foi reconhecido o "Estado Livre do Congo", que não tinha nada de livre, pois foi oficializado como propriedade privada do rei Leopoldo da Bélgica, estatuto vigente até 1908.

Na verdade, o poder real era a Companhia de Katanga, que explorava as riquezas minerais. Essa situação ficou praticamente inalterada até o surgimento na cena política do líder Patrice Lumumba, com o seu Movimento Nacional Congolês, que iniciou a resistência a essa situação. Lumumba foi assassinado com o apoio de mercenários belgas.

O Zaire foi governado por fantoches até que, em 1975, Mobutu tomou o poder. Ele instalou uma ditadura corrupta e brutal, que o converteu em um dos governantes mais ricos e cruéis da África. Centenas de milhares de vítimas foi o saldo dos longos anos de resistência das forças populares contra a ditadura.

Mobutu, derrotado pela insurreição liderada por Kabila, fugiu em 1997 para o Marrocos e lá faleceu. Mas o Congo estava longe de encontrar a paz.

Apoiados pelo exército de Ruanda, militantes da etnia tutsi se sublevaram, disputando o poder. Com a guerra civil instalada no Congo, Angola, Namíbia e Zimbábue passaram a apoiar militarmente o governo de Kabila.

O Teatro do 'País dos Homens Íntegros'

Nestor Cozetti

O fato de acreditar na função social da arte e no seu papel como agente formador de uma consciência crítica levou várias entidades nacionais e internacionais a patrocinarem o Seminário "Mudança de Cena: O Teatro para o Desenvolvimento Social". Com o apoio do British Council, a Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro e o Centro de Teatro do Oprimido, dirigido por Augusto Boal, o evento contou com a presença de secretários de cultura do Estado e do governo federal, além de representantes de vários continentes.

De Burkina Faso (ex-Alto Volta) que significa "terra dos homens íntegros", veio o professor Prosper Kompaore, diretor do ATB - Atelier Théâtre Burkinabé.

"O Próximo Ato? Políticas Públicas para a Mudança de Cena", foi o assunto desenvolvido por Kompaore, que é também professor da Universidade de Ouagadougou, no encerramento do seminário. "No contexto de nosso país - explica - o teatro é um meio de comunicação muito importante e tradicionalmente enraizado".

A atividade do ATB, criado em 1978, é fundada em uma estética inspirada na bagagem cultural do povo, privilegiando a participação do público, sempre objetivando um trabalho útil de intervenção social através da representação teatral. A escolha dos temas é determinada pelos problemas concretos que o povo enfrenta. E a finalidade é provocar uma tomada de consciência

Também na África o teatro é usado para despertar as consciências, à semelhança do Teatro do Oprimido que o diretor Augusto Boal desenvolveu no Brasil

Esforço de Integração

"O ATB praticava o Teatro Forum antes de descobrir que um brasileiro chamado Augusto Boal já elaborara uma teoria do Teatro do Oprimido baseada, entre outras, na técnica do Teatro Forum. Decidimos adotar esta denominação para qualificar os espetáculos com uma proposta a partir da qual se realizariam em colaboração e com a participação dos que se aproximasse.

Uma sessão comporta três momentos importantes: primeiro o grupo apresenta a peça antímodelo expondo de modo revoltante os problemas, isto depois de haver "saudado" o público. Em seguida a peça é repetida e os espectadores são convidados a intervir como atores propondo as mudanças necessárias. Por fim, um longo debate é articulado entre expectadores, atores e todos os presentes com o fim de estender a informação e focar os aspectos que não foram suficientemente explícitos.

É uma síntese harmoniosa entre a arte teatral e o desenvolvimento popular em Burkina Faso", conclui. Mas, e a relação do teatro e o desenvolvimento social, como se dá? Kompaore responde: "O teatro passa a mensagem para despertar as consciências na mobilização por objetivos precisos. O teatro que praticamos é de intervenção social, sobretudo dando a palavra à minoria, gente que não tem ocasião de se expressar, dizer o que pensa. É assim que atuamos com os campões, os grupos femininos e as crianças nas minas de ouro no norte do país". Lembre-se que os países africanos lideram as estatísticas mundiais de exploração do trabalho infantil. (Ver **cadernos** nº 208.) ■



estimulando a busca de soluções para problemas cotidianos como saúde, auto-suficiência alimentar, água potável, educação sexual, a condição feminina, desigualdades sociais, unidade nacional, etc.

Teatro Forum é como denominam sua técnica de apresentação, que conta com a participação ativa do povo expectador, como se se tratasse de um debate em praça pública, com a intervenção de todos.

VISITE O NOSSO SITE NA INTERNET

Desde dezembro de 1996, a revista
CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO

tem um site na Internet.

O site permite assinar a revista, enviar comentários e sugestões, e ler os textos publicados nos últimos 12 números, assim como conhecer o sumário da edição que está nas bancas.

Entre as nossas metas, a médio prazo, está oferecer aos interessados pesquisas on line

sobre temas correlatos aos das matérias publicadas.

Em breve, para tornar o site mais dinâmico, vamos incluir um serviço de chat - conversa com os editores que informarão e discutirão os assuntos em pauta, a linha editorial, e as fontes utilizadas para as notícias setoriais.

Nosso e-mail:
etm@etm.com.br

NAVEGUE EM NOSSAS PÁGINAS

<http://www.etm.com.br>



Para obter os números mais recentes entre em contato com a **EDITORIA TERCEIRO MILÊNIO** ou através do formulário de pedidos.

EDITORIA TERCEIRO MILÊNIO

Rua da Glória, 122, gr 105/106 • Glória • 20.241-180 • Rio de Janeiro • RJ
Tel. (021) 221-7511 • Fax (021) 252-8455

MAGIA CULTURAL,
PRAIAS, SOL DIRETO,
BRISA CONSTANTE,
PATRIMÔNIO HISTÓRICO
QUE FAZ
VIAJAR NO TEMPO.



E TEM GENTE QUE
VEM SÓ A NEGÓCIOS.



São Luís tem uma economia emergente, quase virgem se comparada às maiores cidades do país. E por isso mesmo oferece oportunidades singulares para pessoas ousadas e com visão empresarial, especialmente no campo do turismo – com a aceleração das obras de infra-estrutura, novos hotéis e tudo mais que está acontecendo a olhos vistos. Só que São Luís tem muitas outras coisas para olhar e se apaixonar. Mesmo o mais determinado empresário vai sentir que veio para esta vida a passeio. Nem sempre a negócios.



 **PREFEITURA**
Trabalho e Honestidade